

# Trabalhos da Associação

dos

# Arqueólogos Portugueses

VOLUME III



LISBOA  
1 9 3 7



BIBLIOTECA

Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS  
PORTUGUESES  
BIBLIOTECA

N.º 5179

DATA 27-7-87

# Trabalhos da Associação

dos

# Arqueólogos Portugueses

VOLUME III



LISBOA

1 9 3 7

## A FALSA HISTÓRIA DA RESTAURAÇÃO (1)

**É** já um lugar-comum dizer-se que estamos, em Portugal, numa época de revisão histórica. Não é inútil, todavia, perscrutar as causas que tornaram necessária essa revisão, nem conhecer os pontos sôbre os quais ela deve incidir.

Largas e complexas são as causas, cujo estudo pormenorizado nos levaria muito longe. Sem curarmos de especificar sua origem e desenvolvimento, podemos essencialmente reduzi-las a duas: a influência das ideas políticas sôbre a história e a preocupação da síntese antecipada aos elementos que deviam prepará-la.

A influência da primeira, sempre censurável sob o ponto de vista histórico, pode, todavia, apresentar aspectos justificáveis. Mais ou menos nítidamente, todos os propagadores ou defensores de sistemas de govêrno correspondendo a opiniões prefixadas sentiram a fôrça que na discussão lhes adviria de poderem apresentar factos históricos que comprovassem a excelência de suas doutrinas. É evidente que a melhor maneira de impressionar as mentalidades

---

(1) Oração inaugural do ano associativo, lida em sessão de 30 de Janeiro de 1937.

incapazes de abranger ideas gerais consiste em mostrar-lhes exemplos que, por um conhecido processo de extrapolação psicológica, se transformam rapidamente para elas em modelos a todos os casos applicáveis. Nada mais falso, mas nada mais eficaz.

De longa data vêm estas deformações históricas, e contam entre nós, na sua estirpe, exemplos verdadeiramente notáveis e que, sob o ponto de vista nacional, devemos até louvar. Quero referir-me à obra eminentemente patriótica dos cronistas do princípio do século xvii e também às afirmações dos escritores que, nos primeiros tempos da Restauração, tam importante papel desempenham na nossa defesa espiritual contra a absorção intentada por Castela.

Infelizmente, o mesmo processo pôde servir a diferentes e até contrários intuitos; e, desde que uma publicação officiosa, a *Dedução Cronológica*, iniciou a grande divulgação da história deturpada para efeitos políticos, não mais ela cessou de ser repetida, comentada e ampliada, não mais os seus processos deixaram de ser aproveitados, não mais o espírito faccioso que presidiu à elaboração daquele livro, escondido as mais das vezes, quasi patente outras, glorificando-se algumas, abandonou a direcção das obras que como históricas se apresentavam.

Estes factores alteraram profundamente a concepção e a exposição da história, chegando ao absurdo oficialmente sancionado, como na lápide que, nas paredes de um edificio público, exalta um grupo de indesejáveis, ou na inscrição do monumento de Pombal, que aponta como reforma sua a resistência à invasão estrangeira, atirando para o olvido Aljubarrota e Montes Claros em beneficio de combates insignificantes, sotopondo a vultos desconhecidos heróis como o Santo Condestável, padroeiro desta casa.

Só em época relativamente próxima, demasiadamente próxima podemos dizer, se introduziram em Portugal os processos modernos de história e se procurou reduzi-la a simples enumeração de factos, como melhor forma de se eximir a qualquer espirito de parcialidade. Louvável intento, sem dúvida; mas a obra assim empreendida resultará sempre incompleta, senão invertibrada. Exactamente a concatenação dos factos, pensamos nós, constitue a história e ela pode ser feita sem falhas de consciência, baseando-se no prin-

cípio que já o século XVIII enunciou por Vico, mas cuja aplicação tam descurada tem sido — a constância do raciocínio humano.

E assim, a missão do historiador consistirá essencialmente em penetrar os elementos que nesse raciocínio influíram, ou seja no estudo da mentalidade e da moralidade da época de que trata.

O mesmo espírito, porém, que informava a escola que dominou o passado século, inibia-a de intentar êsse estudo. Quem se julgava, ou queria fazer-se julgar — e ambas as atitudes devem ter existido — possuidor de uma verdade política impossibilitava-se de compreender ideas alheias, por vezes tam distantes das suas, e era naturalmente conduzido a formular seus juízos com ausência de senso da relatividade.

Uma maneira, quasi única, existe de o readquirir, fazendo penetrar os tempos idos: o conhecimento profundo dos elementos históricos, pela reunião de estudos sobre os mais variados factos, sobre todos se possível fôr. Quasi única, dizemos, porque o exemplo de Oliveira Martins nos prova que a sensibilidade literária, quando excessivamente fina, pode conduzir a resultado similar pelo simples conhecimento dos escritores de outrora. Mas êsse caso, excepcional como é, não pode ser apresentado para infirmar as vantagens da monografia como forma de preparação para os estudos históricos.

Ora, entre nós, a história considerou-se feita; os trabalhos parcelares, não muito numerosos, mas, por vezes, de mais alta importância, ficaram na maior parte inutilizados. O próprio estudo da literatura se abandonou, decretando-se, em obediência ao critério de facção, a inferioridade de obras que a ela não convinham. A busca dos documentos originaes, especialmente dos de proveniência particular, nunca metódica, quasi nunca official, a resultados alguns conduzia.

É claro que êste desconhecimento do espírito de outros tempos falseava totalmente a história, porque o historiador raciocinava sobre bases erradas. Não houve período que escapasse à alteração de valores: factos e pessoas perderam a sua importância relativa.

A influência de todos os factores apontados na história do período da Restauração é o objecto das nossas palavras; mas, na

impossibilidade de, em tempo limitado, intentarmos o estudo completo que o assunto merecia, vemo-nos obrigados a apresentar somente um ligeiro apontamento dos erros que na história corrente se vêm repetindo.

\*  
\*      \*

Os *factos históricos* da Restauração acham-se relatados com exactidão louvável na obra basilar para o estudo da época, o *Portugal Restaurado* do Conde da Ericeira. Graças a êsse livro verdadeiramente grande, podemos dizer que a *narração* não precisa de ser alterada. Quando, porém, se passa a concatenar essa *narração*, a estabelecer, digamos, o esqueleto que dela faz um todo, vamos encontrar deformações lamentáveis, que, por vezes, chegam à completa inversão da verdade.

Antes de mais nada opõe-se 1640 a 1580, como se os acontecimentos de uma e outra época se contrariassem. Na verdade assim não é, nem histórica, nem politicamente.

As duas datas representam marcos do mesmo caminho. O espírito nacional fizera aceitar Felipe II, quando representava a melhor garantia da independência portuguesa; sem receio afirmamos a falsidade do aspecto que se quis dar às ambições pessoais do Prior do Crato; longe de ser um defensor da autonomia não hesitava em colocar Portugal na absoluta dependência de duas nações naturalmente adversas, nem em aliar-se com o inimigo tradicional. Pelo contrário, o primeiro rei Áustria garantiu — e respeitou sempre — a nossa individualidade nacional e a orientação que racionalmente se impunha à nossa política.

Quando mais tarde ela era ameaçada pelas tendências absolutistas do govêrno de seu neto, o mesmo espírito o expulsou do trono. E evidentemente as circunstâncias haviam mudado; a política seguida pela dinastia de Aviz, — e que, provavelmente, representava a única forma de criar um apoio à nossa excessiva expansão —, revelava agora mais os seus inconvenientes do que fazia apreciar as suas

glórias. A situação internacional modificara-se: a casa de Áustria ia em decadência; o império de ultramar, as *conquistas*, viam-se a braços com dificuldades gravíssimas.

Mas erraria quem supuzesse que só essas circunstâncias determinaram a nossa reacção nacional. Ela, pelo contrário, vinha de longe e tinha a dirigi-la dois elementos eminentemente portugueses, os nossos maiores valores intelectuais e morais: a Companhia de Jesus, a Universidade de Coimbra.

Muito mais que a quaisquer outros a elas se deveu a Restauração; mas principalmente a elas se deveu a continuidade de esforço, a perfeita medida dos meios, a clara intelligência dos fins. Os jesuítas e os letrados são os maiores obreiros da Restauração.

Examinemos os factos: o golpe do 1.º de Dezembro, relativamente fácil, se o quizermos considerar factu isolado, pouco significa. Sem a preparação intelligente, sem a continuação criteriosa, pouco além subiria de um motim como o que, pela mesma época, intentou Padilla. Mas depois do resultado feliz, a sua manutenção apresentava-se difficil. Vemos então, a-par-de uma acção militar segura que nada sacrifica às aparências, desenvolver-se uma acção diplomática que não influe só nas relações internacionais, mas produz a criação de novas condições de resistência.

Têm sido estudadas as nossas embaixadas e inapreciável serviço prestaram à nossa história os que trouxeram elementos para o seu conhecimento. A Carlos Roma do Bocage e Pedro de Azevedo, aos nossos consócios Sousa Viterbo, Conde de S. Payo e Rodrigues Cavalheiro, a outros mais — e aqui recordaremos o trabalho ainda inédito do senhor Conde de Tovar sôbre a embaixada do Conde de Miranda — pertence essa obra, e por ela se fizeram credores do reconhecimento nacional; mas, sem ofensa de nenhum, permitimo-nos destacar entre todos o nome do prof. Edgar Prestage, não só pela maior amplitude dos seus trabalhos, mas ainda pelo espírito tão português dos livros de quem entre nós não nasceu.

Todavia há uma face dessa acção diplomática que tem ficado, e provavelmente continuará sempre obscura, porque a tal a condena a sua própria natureza: referimo-nos ao papel desempenhado pelos agentes secretos que D. João IV manteve em Madrid. Dêle só pode-

mos, até hoje, avaliar pelas conseqüências, mas por elas deduzimos que a sua importância deve ter sido considerável.

Levados a citar o nome de D. João IV, temos aqui que nos referir a uma das mais importantes rectificações que a verdade histórica nos impõe. O período que decorre de 1640 a 1668 apresenta quatro aspectos distintos e êles correspondem tam nitidamente às mudanças dos monarcas portugueses que não é possível considerar independentes as duas séries de acontecimentos.

A correlação impõe-se, mas, ainda uma vez, devemos considerar errada a maneira por que ela foi estabelecida.

Na primeira época, a que acabamos de nos referir, governa D. João IV. As calúnias, já hoje largamente rebatidas, que contra êle lançou o sectarismo liberal, tendem a anular-lhe a figura. Entre elas, citaremos principalmente a acusação de cobarde e irresoluto que se lhe dirigiu. ¿Como, porém, ligar êsses defeitos com a sublevação das terras do Duque de Bragança *que antecede* a de Lisboa, mas que se deixa na sombra? ¿Como considerar secundária a figura histórica do Rei que nunca teve validos, mas que tam bem soube escolher os seus auxiliares? ¿Como não notar que a obra por êle dirigida resiste a tôdas as vicissitudes e que nela se apoia tôda a história da Restauração?

O extrêmo bom senso de D. João IV, e talvez o natural pendor do seu espírito, levavam-no a fugir a exhibições de valor pessoal, aliás demonstrado em várias emergências. Naturalmente, dêsse aspecto se aproveitaram os panfletários castelhanos para deprimir a figura do nosso Rei, e na sua esteira navegaram outros modernos panfletários que em Portugal se condecoraram de historiadores. Mas o desmentido provém do próprio govêrno espanhol: a morte de D. João IV determina imediatamente a ofensiva castelhana e até a traição de alguns até então leais portugueses. ¿Que melhor preito ao organizador da resistência, que tão alto conceito tinha da sua missão de procurador dos descaminhos do Reino?

Na situação que Portugal atravessava, com um govêrno incipiente, com tôdas as guerras que além-mar herdara do tempo da casa de Áustria, com dificuldades políticas internas e vida económica difícil, é D. João que da sua fortuna pessoal mantém a guerra.

A sua attitude para com os governos estranhos, sempre comedida, mas sempre digna, condiz com a direcção que imprime à guerra, evitando emprêsas aventureosas a que a França tenta arrastá-lo, mas conservando sempre uma tal capacidade de resistênciã que, à data da sua morte, havia povoações castelhanas anexadas, como essa Vila Nueva del Fresno que alguma vez se chamou Vila Nova de Portugal.

Atrás do Rei ; que admirável coorte de auxiliares nos não deixa entrever a história! Os secretários que dirigem os negócios políticos, os conselheiros de estado, os conselheiros de guerra não seriam todos talvez — é natural que não fôsem — pessoas de qualidades excepcionais. Mas excepcional é a obra que do conjunto de seus esforços resultou — o que vale muito mais.

Todavia os seus nomes são quási desconhecidos. De todos só um, o conde de Soure, deveu à amizade de D. Luiz de Menezes ver affirmado o seu valor. O conde de Sabugal deixou testemunho das mais altas qualidades de intelligência nos comentários à tradução de Galeazzo Gualdo Priorato, ; mas, salvo raras excepções, quem hoje o recorda? Uma colecção de monografias sôbre êsses auxiliares de D. João IV — e para ela há elementos não despiciendos nas nossas bibliotecas públicas — é indispensável para a perfeita comprehensão desta época, que só sob o ponto de vista diplomático podemos considerar bem conhecida.

Falecido o Rei, e assumindo a regência a sua viúva, assistimos à offensiva castelhana. É ainda o mesmo grupo que se mantém em tórno da Rainha, é devido aos seus esforços que o inimigo é vitoriosamente repellido. É provável, todavia, que dissensões se houvessem introduzido nos conselhos. Elas explicam uma certa falta de continüidade na conduta política da guerra.

Não podemos nem queremos criticar a maneira como ela é dirigida; para tal nos faltam certos elementos de informação. Mas verificamos algumas flutuações, que não existiriam se D. João IV fôsse vivo. Também a attitude diplomática do novo govêrno é menos notável que a do anterior, ou pelo defeito intrínseco da regência ou pela falta do grande dirigente.

Mas, quando o perigo insta, o govêrno não desanima e cumpre

brilantemente a sua missão. É notável a actividade que por vezes leva a regente a intervir até em assuntos de carácter técnico. Pode verificar-se nos arquivos do Conselho de Guerra que durante este período, mais que em qualquer outro, elle vê as suas opiniões contrariadas pela resolução soberana — nem sempre feliz. É durante este período que a nossa resistência militar toma nova forma, por acção de Schönberg; sou invencivelmente levado a relacionar a sua vinda com a falta de André de Albuquerque, outro esquecido, de quem, há muito, já tive a honra de falar nesta Associação, que persisto em considerar o mais notável homem de guerra do tempo entre nós, e cujo lugar, vago pela sua morte em combate, Schönberg vem preencher.

Tocamos agora em outra época que consideramos mal avaliada: a que se segue ao golpe palaciano pelo qual D. Afonso VI assume, talvez nominalmente, o govêrno directo. A figura principal deste período é a do Conde de Castel Melhor e esta, ao contrário do que acontece aos que primeiramente consideramos, tem sido desmedidamente exaltada.

¿Com razão? ¿Sem razão? O estudo que do período temos feito conduz-nos à negativa. Não se trata evidentemente de negar ao escrivão da puridade qualquer espécie de mérito; consideramo-lo uma figura digna de atenção, mas não o vemos dotado de excepcionais qualidades. Político hábil, espirito curioso, mas sem idealidades, para nós, o seu melhor retrato é o que faz o dr. Eduardo Burnay, quasi por incidente, numa curta brochura publicada em 1923 e que pequena difusão teve, ao que supomos.

¿Donde provém a aura que o envolve? Talvez para ela concorra o aspecto aventureiro de grande parte da sua vida, mas supomos que se origina principalmente em uma causa política. Castel Melhor é um predecessor de Pombal; a sua doutrina política, bebida também no estrangeiro, é a mesma. E note-se que, falando da *sua* doutrina, não empregamos, talvez, a expressão própria; ao lado de Luiz de Vasconcelos, aparece, nos primeiros tempos, Sebastião César de Menezes, personagem enigmática, homem de altas qualidades de intelligência, nos seus livros demonstradas, de não menos alta ambição e de conduta duvidosa em política. Há dèle uma notícia, aliás colhida

em obra pouco digna de crédito, que o aparenta intelectualmente com a época pombalina. Ora a figura de Castel Melhor surge na *Dedução Cronológica* alçapremada a primacial por métodos repreensíveis, como, em regra, o são os daquela obra. Afirma-se que foi êle que resolveu a questão das conquistas, inteiramente resolvida na regência de D. Luíza de Gusmão. Atribue-se-lhe a glória da resistência às grandes invasões castelhanas; mas a verdade é que o exército, elemento dessa resistência, já estava organizado, que a influência do ministro nos actos de campanha nos aparece secundária — e isso podemos verificá-lo ainda pelo arquivo do Conselho de Guerra — e que, finalmente, as grandes operações que conduzem às principais batalhas da Restauração se dão durante o govêrno de Castel Melhor — mas em resultado de iniciativas castelhanas. Por último, a *Dedução* elogia-lhe as notáveis medidas económicas, mas nem ela diz quais fôssem, nem delas ficou noticia ou vestígio. E aqui nos ocorrem as páginas proféticas da *Catástrofe de Portugal* que parecem adivinhar a existência do que se intitularia «primeiro ministro immediato à Real Pessoa». A obra de sua inspiração ou autoria devia exaltar a glória do que primeiro fizera publicar a defesa do espirito que êle encarnava.

Para que tudo esteja deturpado nas apreciações sôbre êste govêrno, a própria história da queda de Castel Melhor é apresentada como efeito da sua opposição à influência que a rainha francesa queria tomar, devido a maquinações dos agentes da França apoiados no exército por Schönberg. Com carácter de excesso de prova, apresenta-se umas vezes o escrivão da puridade como fugindo a servir os interêsses da França, outras atribue-se-lhe a glória de idear a conquista da Galiza.

Chega a causar-nos espanto semelhante acumulação de paradoxos. ¿Como se compagina a opposição entre D. Maria Francisca e o ministro, que provoca a queda dêste, com a nenhuma influência política que por ela a rainha adquire? ¿Como os agentes da França fazem cair o ministro que acaba de assinar o tratado de aliança que ela desejava e que nos liga à sua guerra contra a Casa de Áustria? ¿Como se diz que Afonso VI quer refugiar-se no exército do Alentejo, exactamente aquele em que mais se podia temer de Schönberg,

cuja influência, aliás, supomos muito mais intelectual do que efectiva? ¿Como se admite que eram movidos pela França os homens que, apenas ocupam o governo, rompem o tratado que a favorecia? E, finalmente, que é isto da conquista da Galiza? ¿Pois não provam à evidência tôdas as campanhas a insuficiência de fôrças que Portugal tem para operações ofensivas de envergadura? Se a tomada da modesta praça de Valencia de Alcântara esgota o exército para tôda a campanha, ¿quantos anos, quantos esforços, seriam precisos para tomar a Galiza? Em contraposição, a suspeita *Anticatástrofe* apresenta Castel Melhor a mandar invadir a Galiza, *pro forma*, para fingir intuitos que não tem. Pensava muito bem, se pensava assim, mas era muito mais simples proceder como depois procedeu o Príncipe Regente, cuja situação internacional não era mais segura que a de seu irmão e que não podia contar com uma fraqueza da França que a inibisse de tomar contra Portugal atitudes que antes poderia tomar. Longe disso, ambos os elementos lhe eram mais desfavoráveis. A situação do Príncipe era menos firme, a importância política da França aumentara.

Para nós, foi pelo contrário a adesão de Castel Melhor aos interesses da França contra os de Portugal que provocou a sua queda, que ao mesmo tempo representa o triunfo da forma política tradicional revigorada em 41, contra ideas estranhas por êle representadas. Se a rainha e a diplomacia francesa concorrem para ela — e mais acompanham do que concorrem, a nosso ver — é facto que só admite uma interpretação lógica, a de procurarem manter a sua influência, sacrificando o aliado da véspera e seguindo a bandeira vencedora, a quem precisam alegar serviços.

Chegámos ao último período da Guerra da Restauração, e nele vamos encontrar novas causas para rectificar a história corrente.

Apresenta-se a paz como quási vergonhosa; censura-se o regente porque nada obteve senão o reconhecimento da independência e da integridade nacional — êsse pouco. Queriam-no conquistador de territórios e, em verdade, na época, pela importância das conquistas se media a glória de um soberano. Mas em Portugal as vélhas ideas tinham ainda fôrça bastante para contrastar vitoriosamente as ilusões políticas.

Está o êrro basilar em que se supõe encerrado o período da Restauração com o tratado de 13 de Fevereiro. Ora, pelo contrário, a Restauração continua. Uma nação pobre e esgotada por vinte e sete anos de guerra, obrigada à manutenção de um exército desproporcionado, não podia reconstituir-se economicamente, enquanto continuava os seus esforços. D. João IV encarara o problema e seu filho vai tentar resolvê-lo. A paz trazia — e só ela podia trazer — a concórdia com a côrte romana; era a resolução do problema religioso, então e sempre indispensável ao espírito nacional.

Sobre essas bases, a independência, a riqueza, a paz das almas, se edificaria o verdadeiro edifício da Restauração. Os aumentos territoriais, se houvesse vontade e fôrça para empreendê-los, viriam a seu tempo — e vieram. Ninguém ignora, pensamos, o prestígio político de que Portugal gozou na Europa no fim do século XVII, mas a maior parte esquece que a guerra da Sucessão terminou, deixando na posse de Portugal a colônia do Sacramento.

A paz contrariava interêsses pouco recomendáveis; convinha à França manter contra Castela o inimigo de tantos anos; convinha aos militares manter a guerra de que viviam; convinha aos ambiciosos manter o estado que mais largo caminho lhes abria a honras e proveitos. Mas à nação era necessária a paz, e, obtidas as condições dela, demonstrada a Castela a sua impotência contra nós, o Príncipe assinou o tratado sem olhar a solicitações estranhas e pronto a afrontar as dificuldades que da sua atitude lhe podiam advir.

Soube adoptar a única norma de conduta que permitia a Portugal escapar à influência avassaladora da França, da Inglaterra ou Espanha. O mais hábil proceder era o escolhido, equilibrando os seus interêsses de maneira a que os pudéssemos contrapor uns aos outros.

É nesse ambiente que se desenvolve o reinado de D. Pedro II; devido à sua finura diplomática, vemos a sua aliança requestada, a sua colaboração solicitada, mas não vemos nunca a sua política seguir os interêsses de uma grande potência. Se a nossa importância territorial correspondesse à fôrça moral de que nessa época desfrutámos, Portugal seria o fiel da balança da Europa, como, na verdade, foi por todos considerado num determinado momento histórico.

Ora — caso curioso — os artífices da paz que a tal levou são ainda os velhos colaboradores de D. João IV, e aí está uma das explicações dos ataques ao Príncipe dirigidos. A outra consiste em que o seu govêrno, pela forma como começa e se desenvolve, representa um cheque nas tendências centralistas e representa uma vitória do espírito católico de Portugal — e as mesmas causas que fazem acusar D. João IV motivam as calúnias a seu filho.

Podiam elas ser combatidas pelo simples conhecimento dos papéis da época. Os escritos particulares — e não são raras entre nós as «relações de sucessos de mui vária índole» que constituem forma peculiar do memorialismo hispânico — aguardam, porém, na maior parte inaproveitadas que lhes dêem entrada na literatura histórica. Há todavia uma obra, impressa há perto de cinqüenta anos, as *Monstruosidades do tempo e da fortuna*, que apresenta caracteres de honestidade. O seu autor parece suficientemente afastado dos interesses públicos para ser imparcial. Se outras memórias tivéssemos para térmo de confronto, poderíamos reconstituir o espírito português neste fim de século. As curtas relações existentes, impressas e manuscritas, chegam, porém, para o fazer pressentir e tudo nelas contraria a opinião que ao sectarismo anti-católico convém impor.

Eis-nos regressado ao ponto por onde começámos: a necessidade das monografias para base das sínteses históricas. Se pudemos interpretar os factos e valorizar as pessoas por forma diferente da usual, é isso devido, em parte, a escassez de informações, que não consentem opiniões definidas sôbre certos casos.

Por isso, nem de longe quero apresentar o ensaio que tive a honra de ler como definitivo ou irrefutável; mas posso, com plena tranqüilidade, afirmar que é honesto. Outros virão depois, com mais amplos elementos, robustecê-lo ou infirmá-lo. Falta ainda a base sólida de conhecimentos que permitirá estudar a fundo a Restauração, a sua mentalidade e os seus homens.

Aproxima-se o tricentenário do primeiro de Dezembro de 1640. Seria uma nobre celebração espiritual que para êle lançássemos os alicerces sôbre que se erguesse o estudo definitivo da Restauração. Na hora incerta que vai correndo ¿que melhor incentivo do que o perfeito conhecimento de um dos mais elevados actos do naciona-

lismo pátrio? Embora dispersos por arquivos e cartórios, os materiais não faltam: assim haja quem empreenda a obra.

De V. Ex.<sup>a</sup> que aqui representa o sr. Ministro da Educação Nacional ousou solicitar para ela, em nome da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a sua protecção. De V.V. Ex.<sup>as</sup> todos, entre quem vejo tão ilustres representantes da intellectualidade portuguesa, solicito, do fundo da minha obscuridade, o seu contributo.

GASTÃO DE MELO DE MATOS

## FÉLIX ALVES PEREIRA — 1865-1936

○ DR. Félix Alves Pereira, falecido em 26 de Outubro de 1936, era um dos nossos mais competentes arqueólogos. A sua morte abre uma lacuna difícil de preencher no reduzido grupo dos cientistas portugueses. Muito sabedor, deixou-nos trabalhos importantes sobre todos os capítulos da Arqueologia, trabalhos que nos ficam a atestar a sua grande competência.

Muito estudioso, êle procurava sempre novos elementos que lhe permitissem desvendar os problemas que um achado arqueológico suscitava.

Robusto e trabalhador infatigável, em longos passeios arqueológicos ou em explorações no terreno (e várias foram as escavações por êle praticadas), procurava a verdade científica no exame consciencioso e erudito dos seus achados ou dos que outros haviam feito. Mesmo nos últimos anos da sua vida, quando a doença de um ente querido o levou a fixar residência em Sintra, Alves Pereira percorria durante horas e horas a serra ou a charneca circunvizinhas em procura de antigualhas que proficuamente estudava.

Não era um coleccionador, pois Alves Pereira não guardou nenhum dos seus múltiplos achados e antes generosamente os ofe-

receu a museus ou a colecções particulares. O objecto arqueológico encontrado interessava-lhe como cousa de estudo e se procurava, com carinho, que o documento não se perdesse não tinha o desejo de o conservar avaramente na sua posse.

Com um grande poder de análise e de síntese, os seus escritos, a que não faltava lindo recorte literário, ficarão certamente clássicos na nossa Arqueologia.

Espírito bem formado e extremamente consciencioso não publicou senão uma pequena parte do material coligido. Primeiro que desse um trabalho como terminado sofria êste longa gestação. E enquanto êle não fôsse analisado em tôdas as suas minúcias não o enviava para a imprensa.

Conhecemos grande parte do seu espólio científico. Há ali muito material aproveitável; trabalhos quâsi terminados, muitíssimos apontamentos que em pouco tempo poderiam ser concatenados e impressos. Mas Alves Pereira não achava que o estudo neles versado estivesse perfeito e adiou assim a sua publicação.

Quantas vezes insistimos com êste nosso querido amigo para que publicasse, por exemplo, uma memória sôbre castros portugueses. À sua amabilidade e muita estima devemos o ter podido conhecer os seus cadernos de apontamentos sôbre as civilizações castrejas do nosso país. Sabíamos bem a soma enorme de material que Alves Pereira havia acumulado. Tratava-se de um assunto da maior importância e que aquele nosso querido amigo conhecia em todos os seus detalhes. Alves Pereira achava-o porém sempre incompleto e deixou de publicar essa monografia, para a qual tinha material e competência difíceis de adquirir.

Outra vez tivemos necessidade de recorrer à sua amabilidade para que nos desse sugestões sôbre arte popular e êste imediatamente nos forneceu apontamentos e desenhos (Alves Pereira desenhava primorosamente) que poderiam dar um lindo livro. Falámos-lhe no assunto e êste nosso querido amigo atribuiu a amabilidade a nossa sugestão. «Mas se aquilo não interessa a ninguém. Mas se me falta tanto que estudar para poder dar valor a êsses modestos apontamentos que lhe emprestei...?». Insistimos. Alves Pereira chegou a pensar no título dêsse trabalho. Depois desistiu.

Eram simples apontamentos a que a nossa amizade dera um volume que não tinham, afirmava-nos.

Queremos com isto dizer que Alves Pereira publicou pouco? Não; a êste arqueólogo ficamos devendo um grande número de publicações; elas só saíam da sua mão para a imprensa quando as supunha perfeitas. Antes de as julgar nestas condições, guardava-as no seu precioso arquivo até que, juntando-lhes mais material de estudo, lhes admitisse verdadeiro valor.

\*  
\*       \*  
\*

Alves Pereira nasceu em 1 de Abril de 1865 na freguesia de S. Paio dos Arcos de Valdevez e formou-se em direito, tendo mesmo chegado a advogar na sua terra natal.

A Arqueologia de-pressa o havia de prender e na verdade, mesmo nos Arcos, Alves Pereira começou a trabalhar sôbre aquilo que havia de ser a sua paixão favorita. É assim, que vemos já sair da sua pena alguns artigos importantes como por exemplo o que escreveu sôbre o Castro de S. Miguel o Anjo (Castelo de S. Miguel o Anjo; *Arch. Port.*, I, 1895). Êste trabalho em que o autor nos descreve o resultado das suas investigações revela-nos bem as ótimas qualidades de observador que o falecido possuía. E na verdade, através de tôda a sua obra científica, Alves Pereira que havia feito uma preparação literária durante o seu curso depara-se-nos como um excelente observador como se naturalística tivesse sido a sua educação universitária.

O cuidado com que descreveu os objectos ali encontrados, as deduções a que êsse exame o conduz a-par do que pôde notar debaixo do seu alvião de arqueólogo nas escarpas de S. Miguel o Anjo provava-nos já o que êle viria a ser quando os seus estudos neste ramo do saber humano fôssem mais completos.

Êsse trabalho, logo dos começos da sua vida de investigador, é perfeito e mereceu a Santos Rocha o adjectivo de «excelente». Vê-se que na verdade tinha achado o seu trilho científico. De aí

em diante Alves Pereira passa a ser um assíduo colaborador do *Arqueólogo Português* e a sua entrada para conservador do Museu Etnológico coloca-o em condições de poder trabalhar mais e melhor do que poderia ter feito na linda terra dos Arcos. Foi então a época da sua maior produção científica. Nenhum dos ramos da arqueologia lhe é estranho e por isso êle escreveu trabalhos sôbre a pre-história, proto-história, arqueologia lusitana, romana e medieval.

Do período paleolítico deixou-nos Alves Pereira um trabalho sôbre a estação de Santo Isidoro, que descobriu nos arredores das Caldas da Rainha (*Industries lithiques sur les rives de la lagune de Obidos. Bull. Soc. Port. des Sc. Nat.*, VII 1915), e onde estuda a sua indústria.

Mais tarde e em virtude do descobrimento de um longo rosário de estações da pedra lascada situado nos arredores de Lisboa, pôde o falecido arqueólogo juntar-lhe mais a de Alvejar, em Almargem do Bispo (*Arch. Port.* XXI, 1916).

O período de transição do neolítico para os metais e a época do bronze mereceram a êste autor alguns dos trabalhos mais importantes que se têm publicado ultimamente sôbre o assunto.

Assim as antas do seu concelho devem-lhe particular carinho e a elas dedicou trabalhos e notícias várias. Começaram as suas pesquisas em 1893. «Aguçara-me o apetite a travessia da Chã de Mezio, onde à beira do caminho, as antas ora se encontram, ora se avistam, destacando os seus contornos mamiformes, hemisféricos, sôbre a árida planura da montanha, apenas forrada de tojo rasteiro e fetos bravos». (Um passeio arqueológico no Concelho dos Arcos de Valdevez; *Arch. Port.*, VII, 1902). Na verdade Alves Pereira começara bem, percorria uma região privilegiada na arqueologia e quem por ali passa não esquece nunca mais a impressão que dá essa selvática Chã do Mezio, com os seus megalitos espalhados aqui e além.

Não enumeraremos todos os seus trabalhos sôbre pre-história; queremos só salientar dois dos seus estudos que merecem especial relêvo.

O primeiro refere-se à estação arqueológica do Outeiro da Assenta que descobriu (Estação arqueológica do Outeiro da Assenta

(Óbidos). *Arch. Port.* XIX, XX, 1914-1915). Nesse trabalho Alves Pereira, já perfeitamente senhor dos assuntos arqueológicos, dá-nos uma brilhante prova das suas qualidades de investigador. Vê-se o rigor do método da escavação e a descrição do espólio ali encontrado é perfeita.

O estudo da cerâmica mereceu-lhe particular cuidado e a êle há que recorrer quando se quiser examinar êsse problema; foi e é ainda basilar.

Infelizmente uma lei absurda afastou o falecido arqueólogo das suas funções de conservador do Museu Etnológico e a exploração do Outeiro de Assenta já não foi terminada por êle.

O outro trabalho a que fizemos referência é o magnífico estudo sôbre a estação do Couto da Pena. Também aqui, a-par da descrição geral do espólio encontrado, Alves Pereira incide o seu exame particularmente sôbre a cerâmica. E também quem quiser estudar a cerâmica castreja virá encontrar neste longo artigo farto material a aproveitar.

À proto-história e aos alvares da história também o falecido arqueólogo prestou serviços que não esquecem.

Lembre-mos, por exemplo, da série de êsses magníficos trabalhos sôbre guerreiros lusitanos onde a questão é estudada com profundidade (Novo Material para o estudo da estatuária e arquitectura de Castros do Alto Minho e Novas figuras de guerreiros lusitanos descobertas pelo Dr. L. de Figueiredo da Guerra, *Arch. Port.* XIII, 1908, XX, 1915), assim como os trabalhos sôbre a região da Idanha a que Alves Pereira dedicou um grande número de páginas e a que deu o título genérico de *Ruínas de Ruínas ou Destroços Igíditanos*, as quais foram publicadas, em anos sucessivos, no *Arqueólogo Português*.

Da época romana além de muitas e valiosas notas epigráficas e outras para o seu estudo entre nós, justo é também salientar o seu trabalho sôbre a ponte romana de Vila Formosa (*Arch. Port.* XVII, 1912). É uma memória bem feita.

A alta idade média tinha em Alves Pereira um dos seus mais conscienciosos cultores e com paixão se ocupou do assunto. Os trabalhos publicados foram vários e importantes. Citemos, por exem-

plo, o seu estudo sôbre a inscrição cristã de S. Pedro de Arcos (Epigraphia christiano-latina. Uma inscrição inedita; *Arch. Port.* VII, 1902), em que o exame do monumento é feito com saber. Êste trabalho mereceu uma crítica do P.<sup>o</sup> Fidel Fita, muito erudito investigador espanhol. O P.<sup>o</sup> Fidel Fita discordava da antiguidade que Alves Pereira attribuia a esta lápida funerária, supondo-a do século VII ou VIII enquanto o autor português dizia ser do século XIII; a-par-de divergências na leitura da inscrição, Alves Pereira, com aquela delicadeza que lhe era peculiar, refutou os argumentos do P.<sup>o</sup> Fidel Fita noutro estudo que publicou no ano seguinte (Ainda a inscrição christã de S. Pedro de Arcos (N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Valle) em Arcos de Valdevez; *Arch. Port.* VIII, 1903) e deixou o leitor convencido da razão que lhe assistia.

★

★      ★

Alves Pereira teve que sair um dia do Museu Etnológico e os seus meios de trabalho ficaram assim diminuídos; tinha que prestar a sua atenção a funções burocráticas que exercia no Congresso da República as quais lhe dificultavam a sua actividade científica. Ao Museu onde tão brilhantemente servira a ciência e o país ainda pôde, mais tarde, prestar serviços, organizando as fixas do seu catálogo. É então que, sempre com a sua paixão pela arqueologia, começa a publicar os seus artigos no *Diário de Notícias*. A colecção dêsses trabalhos que mais tarde reuniu em parte no *Archeologo Português* (Vol. XXI, 1916), a-pesar da leveza com que tinham de ser escritos, ainda presta serviços aos arqueólogos.

Depois, uma longa estadia em Sintra, a que já fizemos referência, levou-o também ao estudo das antiguidades dos seus arredores. O resultado dessas pesquisas foram também acolhidas no *Diário de Notícias*. A índole dêste jornal obriga-o, porém, a publicar artigos de vulgarização que se são úteis aos cientistas é porque Alves Pereira tinha notáveis qualidades de escritor e podia harmonizar,

dentro de certos limites, a vulgarização com a ciência pura. Mas quanto perdeu esta com a sua saída do Museu!

\*  
\*       \*  
\*

Alves Pereira era dos Arcos de Valdevez, como dissemos. A sua paixão pela sua terra natal e o conhecimento que tinha dêsse lindo concelho português manifesta-se de uma maneira exuberante em muitos dos seus trabalhos. Porém uma oportunidade deparou-se-lhe um dia de poder chamar a atenção sôbre a sua querida terra. O marquês de Ávila e Bolama que publicou uma obra sôbre o nosso país (*Nova carta Chorografica de Portugal*, Lisboa, 1914) pedira-lhe uma notícia sôbre os Arcos e Soajo. Alves Pereira desempenha-se dessa missão enviando àquele escritor dois artigos (*Notícia sumária acêrca do concelho de Arcos de Valdevez* e *Notícia sumária acêrca do Soajo*; ob. cit., Vol. III, 1914) em que a arqueologia, história e etnografia destas regiões minhotas são estudadas.

A etnografia do seu concelho também lhe ficou devendo algumas páginas publicadas em artigos sucessivos na revista *Lusa*. Ao pedido que o Instituto Histórico do Minho lhe havia feito respondeu Alves Pereira com êsse «primoroso trabalho» como com razão lhe chamou Cláudio Basto. É assim que se lembrou de «restolhar pelas gavetas o que dentro delas já adormecera no abandono consciente da privação de estímulos para trabalhos especulativos» diz-nos o autor com justa amargura e Alves Pereira bem merecera um amparo que o Estado um dia lhe negou.

De aí nasceram essas *Colheitas Etnográficas em Valdevez* que a *Lusa* começou a publicar logo no seu primeiro número.

\*  
\*       \*  
\*

Colaborou em vários jornais além dos já citados (*Jornal de Sintra*, *Sintra Regional*, de Sintra, *Concórdia* e *O Arcoense*, de Arcos de Valdevez, *Atlântida*, *Novidades* e *Revista Lusitana*, de Lisboa,

*Notícias de Viana*, de Viana do Castelo, e *A nossa terra*, de Cascais). Muitos outros trabalhos a que aqui não fazemos referência poderíamos citar. Sempre nos seus estudos há que aprender.

\*  
\*     \*

Alves Pereira era bondoso e modesto. Recebia aqueles que lhe pediam uma indicação com afabilidade e procurava ser útil. Um exemplo pessoal mostra bem êste aspecto do seu carácter.

Quando, em 1909, descobrimos a estação paleolítica do Casal do Monte éramos estudante do liceu. Nada nos recomendava, pois, junto de Alves Pereira que merecesse o seu bom acolhimento. Tratava-se afinal de um rapazito a quem a boa sorte bafejara com um descobrimento importante.

Alves Pereira reconheceu imediatamente o valor dos achados e os nossos primeiros passos na arqueologia foram amparados por êle. Fôra só a ciência que nos recomendara junto dêsse arqueólogo.

À sua memória e à sua amizade de tantos anos devíamos esta explicação e se a ciência portuguesa perdeu um dos seus mais notáveis cultores nós perdemos um dos nossos mais queridos amigos.

JOAQUIM FONTES

## PRIMEIRAS RELAÇÕES DOS GREGOS, CARTAGINESES E ROMANOS COM AS POPULAÇÕES IBÉRICAS

Os primeiros indícios do contacto entre o mundo grego e a península ibérica são-nos fornecidos, principalmente, pela descoberta dos vasos ibéricos do oriente e sul de Espanha, por alguns monumentos artísticos (estatuetas e esculturas) e pelo achado de moedas.

As primeiras colónias gregas, directamente fundadas por cidades gregas ou por colónias da Grécia asiática (Samos, Fócea) ou ainda pelas da Sicília, Cirenaica, Magna Grécia, devem remontar aos séculos VIII e VII a. C.

E elas foram fundadas como centros de comércio, empórios, provavelmente com o fim de obter da Espanha, minérios, ouro, prata, cobre, estanho e chumbo, metais, dos quais esta região era e é muito rica, vendendo em troca tecidos, contas de vidro, vasos, tintas e mil outros objectos que a indústria do mundo grego, mais adiantado na civilização, já produzia.

Esta entrada no mundo espanhol não se fez sem luta, pois que os fenícios, os cartagineses, os etruscos, em concorrência com os gregos, tentavam estabelecer-se nestas regiões quasi na mesma época, facto que deu origem a guerras, como a que teve lugar para a conquista de Gades, que foi grega, fenícia e, depois, cartaginesa e ao

estabelecimento de colónias dêstes vários povos ao longo de tôda a costa, desde Gades a ocidente e Emporion e Rodas ao levante.

Esta rivalidade, começada ou, pelo menos, conhecida históricamente desde o VII século, tornou-se violenta no V quando os cartagineses, aliados dos etruscos, tentaram aniquilar o poderio grego, dando lugar às lutas na Sicília, às vezes na magna Grécia, e até na África, e conduziram finalmente, às guerras romano-púnicas, quando os gregos na impossibilidade de defender-se, recorreram aos primeiros, que acabaram, por fim, com o poderio cartaginês.

Longa é a série de notícias históricas sôbre esta luta de séculos, que, provàvelmente começada no VI século é relatada com bastante minúcia pelos antigos historiadores gregos, alguns dos quais são contemporâneos ou quási.

Herodoto, que viveu de 484 a 425 a. C., quási que assistiu ao comêço da grande guerra que se desenvolveu à roda de 480.

Tucidides, 471 a 395, é contemporâneo.

Xenofonte, 430 a 352, assiste a parte da luta.

Políbio, 210 a 125, vê o final da grande guerra já então com os romanos e conhece e compulsa muitos dos historiadores, cujas obras, destruídas, não chegaram até nós.

Diodoro de Sicília, do I século a. C., tão extenso acêrca destas guerras segue os antigos autores, como depois dêle Plutarco e todos os historiadores latinos.

Longo seria transcrever todos estes textos, mas compulsar só os gregos mais antigos talvez não cause muito enfado aos leitores e por isso os citarei na íntegra, na parte em que se referem aos iberos e celtas da Ibéria.

Assim será fácil observar a sua acção e a sua intervenção nestas guerras e conhecer porque é tão intensa a influência grega nos costumes espanhóis daquela época e na moeda ibérica.

Vou relatar os textos antigos:

Herodoto, que viveu entre 484-425 a. C., diz:

Hist. I — 63.

Os focenses, os primeiros entre os gregos, dedicaram-se à grande navegação e descobriram o Adriático, o Tirreno, a Ibéria e o Tartéssio...

IV — 152, em 640 a. C.

...um navio de Samos, pertencente a Coloeus... levado pelo vento de leste... como empurrado por uma fôrça sobrenatural, foi levado além das colunas de Hércules até aos Tartéssios...

VII — 165, em 480 a. C.

...os sicilianos pretendem que mesmo com a condição de obedecer aos lacedemónios, Gelon teria levado socorros aos gregos, se Terillo, filho de Crinippo, tirano de Himera não tivesse sido expulso dessa cidade por Teron, filho de Enesidemo, tirano de Agrigento e se, cêrca do mesmo tempo, não tivesse trazido um exército de trezentos mil cartagineses, libios, *iberos*, lígios, helisicianos, sardos e cirinanos...

Tucidides, que viveu entre 471 e 395 a. C., nas suas histórias escreve:

VI — 90, 2 e 3, em 414 a. C.

...Alcibiades... disse...

...Antes navegaremos para a Sicília para submeter, podendo, os sicilianos e, depois, os italianos e, depois, os estados de Cártago e Cártago mesmo. Se ficarmos vitoriosos em tôdas ou na maior partes destas emprêsas, assalfariamos então o Peloponeso levando para êle tôdas as fôrças dos gregos de Sicília, que se nos teriam ajuntado e muitos mercenários bárbaros e os iberos e muitos bárbaros daquelas terras, que, na opinião de todos, são os mais guerreiros.

Xenofonte, que viveu entre 430-352 a. C., nas Hellenicas L. VII:  
369 a. C.

...Nesta ocasião chegou de Sicília um refôrço de mais de 20 triremes, que traziam celtas, iberos com cêrca de 50 cavaleiros.

No dia seguinte os tebanos e os seus aliados puzeram-se em batalha...

A cavalaria de Atenas e aquela de Corinto não se aproximavam vendo o exército forte e numeroso; então os cinqüenta cavaleiros de Dionísio, espalhando-se aqui e acolá na planície, correram a tôda a velocidade e lançaram as suas lanças; se corriam para êles fugiam, e logo se revolviam, e lançavam novas lanças.

Durante estas manobras desciam do cavalo e se repousavam.

Se os iam atacar, prestamente se montavam, e se afastavam; se alguns imprudentes os perseguiram muito longe da armada, êles os apertavam na retirada, os feriam com as lanças e os enchiam de feridas e assim obrigavam tôda a tropa ora a avançar ora a recuar.

Poucos dias depois, os tebanos e outros voltaram cada um para as suas casas. Os cavaleiros de Dionísio lançaram-se na região de Sicione, venceram os siciónios em campo aberto, mataram-lhes cêrca-de 70 homens e tomaram Dires de viva fôrça. Depois dêstes feitos, êste refôrço, o primeiro que Dionísio tinha mandado, voltou para Siracusa...

Ibid. 368 a. C.

No entretanto anunciam a Sparta um segundo refôrço de Dionísio: a seguir o parecer dos Atenienses teriam devido enviá-lo na Tessália contra os tebanos; mas os espartanos obtiveram, na assemblea dos aliados que êles fôssem para a Lacónia. Chegados a Sparta, Arquidamos juntou-os às tropas da sua pátria e pôs-se em campanha.

Tomou Caries de viva fôrça e todos os que foram apanhados vivos foram mortos. Da mesma maneira levou o seu exército a Parásia, terra da Arcádia, da qual devastou o território; mas os arcádios e os argianos tendo sobrevivendo, êle recuou e acampou sôbre as alturas próximas de Midea. Nessa altura Cissida, general da tropa de Dionísio, disse-lhe que o tempo do seu serviço tinha acabado. Êle voltou a Sparta. Enquanto voltava, tendo-o os messênios apanhado numa garganta, mandou êle pedir a Arquidamos que o viesse socorrer. Êste general acorreu, mas chegado à volta que leva a Eutresia, os arcadianos e os argianos entraram também na Lacónia, para fechar-lhe o caminho da sua pátria. Chegado à planície onde se cruzam os caminhos de Eutresia e de Midea êle pôs em batalha a sua tropa.

Correu as fileiras e animou-os dizendo: Cidadãos marchemos corajosamente, cabeça erguida e salvemos para os nossos filhos a pátria...

...disse ... Arquidamos guiou-os. O pequeno número dos inimigos que os esperaram a tiro de lança foram mortos, os outros afugentados, caíram debaixo dos golpes dos cavaleiros e dos celtas.

Políbio — que viveu entre 210 e 125 a. C.

Histórias.

L.º I — X, 264 a. C.

Se os cartagineses, já senhores da África, de uma grande parte da Espanha, de tôdas as ilhas que são banhadas pelo mar de Sardenha e pelo mar Tirreno, se assenhoreassem também da Sicília, não seria de temer que se tornassem uns vizinhos demasiados perigosos?

XVII — ...Os cartagineses vendo que Hieron tinha passado ao inimigo e que os romanos se metiam a fundo na Sicília, julgaram necessário tomar medidas enérgicas para estar em condições de resistir e manter-se na região. Recrutaram na Europa um forte contingente de mercenários ligures, celtas e, sobretudo, iberos e os fizeram passar à Sicília...

LXVII — ...Os cartagineses recrutam sempre as armadas mercenárias entre povos diversos ... havia espanhóis, gauleses, alguns ligures e baleares, muitos gregos de tôdas as classes e especialmente desertores e escravos, e uma grande maioria de africanos.

II - I — ...Desde que a África foi pacificada, os cartagineses mandaram Amílcar a Espanha comandando um exército. Levou consigo seu filho Aníbal, que tinha então 9 anos, passou as colunas de Hércules e restabeleceu o domínio da sua nação na península. Esteve ali 9 anos, obteve a submissão de um grande número de tribus indígenas tanto à fôrça como por amizade e encontrou um fim digno dos seus feitos antecedentes; foi numa batalha com tropas numerosas e das mais valentes que morreu, fazendo prodígios de coragem e valentia.

Foi seu sucessor Asdrúbal, seu genro, que era comandante da sua armada...

II - XIII — ...Deixámos Asdrúbal, no mesmo tempo encarregado do govêrno de Espanha. Conduziu-se com inteligência e habilidade e entre os grandes serviços que rendeu à sua pátria um dos importantes e preciosos foi a fundação da cidade de Cártago Nova...

...Os romanos ... enviaram embaixadores a Asdrúbal e fizeram um tratado que, sem fazer menção ao resto da Espanha, vedava aos cartagineses de ir guerrear além do Ebro...

II - XXII — ...Esta agitação (dos gauleses) ajudava muito os cartagineses a reforçar a sua dominação em Espanha...

(Os romanos) ... puzeram-se ao seguro do lado dos cartagineses com o seu tratado com Asdrúbal...

II - XXXVI — ...Asdrúbal ∴ governava a Espanha havia oito anos, quando uma noite, na sua tenda, foi assassinado por um gaulês...

...O exército de Espanha foi então pôsto sob as ordens de Aníbal...

III - X — ...Amílcar, animado pelo seu próprio ressentimento e pela indignação dos seus compatriotas ... dirigiu tôda a sua actividade para o lado da Espanha para obter dela ajudas em caso de guerra com os romanos. Daí a terceira causa que se deve attribuir a esta guerra: a rapidez dos progressos que os cartagineses fizeram na Espanha, porque sòmente os reforços que dela tiraram puderam dar-lhes a confiança e a coragem necessárias para começar a guerra...

X - VII — Scipião ... tinha sabido que os aliados ao norte do Ebro continuavam fiéis...

X - XXXIV — Scipião ... assegurou a Roma a confiança e amizade dos espanhóis, rendendo-lhes os reféns...

Edecon... rei dos Edetanos (Saragoça) ... prevendo que os espanhóis se passariam ao lado dos romanos...

XXXV — ...dos povos situados ao norte do Ebro, todos os que ainda não eram aliados dos romanos, abraçaram a sua causa de comum acôrdo.

...Indibilis e Mandónios, os dois chefes mais potentes que então havia em Espanha e que passavam por ser os mais fiéis aliados dos cartagineses...

...Abandonaram de noite com as suas tropas o campo dos cartagineses ... Então quási todos os outros espanhóis abandonaram Asdrúbal...

XXXVI — ...Indibilis veiu juntar-se a Scipião em Castulon (Linares)...

XL — ...os romanos ... puzeram em derrota (as tropas de Asdrúbal)...

XIX - VII — ...Mas debaixo dos muros de Oliba viram chegar os celtiberos, ao sôlido dos cartagineses, em número de mais de 4.000...

...Os cartagineses fundavam grandes esperanças sôbre o curso dos celtiberos: em vez de 4.000 homens diziam que havia 10.000 e que eram invencíveis no campo da batalha pelo seu valor e superioridade do seu armamento...

VIII — ...só os celtiberos lutaram corajosamente contra os romanos; se fugissem não tinham esperança alguma de escapar à morte porque não conheciam o país; se fôsem apanhados vivos a sua traição tirava-lhes tôda a esperança de salvação depois da benevolência de que Scipião tinha feito prova a seu respeito durante a guerra da Espanha. Era uma ingratidão e uma perfídia criminosas de vir combater os romanos ao lado dos cartagineses.

Todavia, desde que os flancos começaram a fugir, êles foram rapidamente envolvidos pelos príncipes e triários e quási todos foram mortos. Assim morreram os celtiberos. O seu apoio foi muito útil aos cartagineses não só durante a batalha mas durante a sua fuga...

Diodoro de Sicília — L.º V.

XXXIII — ...Os iberos e os celtas guerrearam-se antigamente entre si durante muito tempo por causa dos seus territórios, mas finalmente feita a paz ocuparam o país conjuntamente e a união por meio de casamentos, tendo trazido a fusão dos dois povos, tomaram o nome de celtiberos. Esta fusão de dois povos tão belicosos e a riqueza dos territórios que cultivavam, contribuiu muito para tornar célebres os celtiberos. Êles resistiram longamente aos romanos que só a muito custo os submeteram.

...É reconhecido que não só a sua cavalaria é excelente mas também que a sua infantaria se distingue pela sua coragem e a sua intrepidez.

Os celtiberos usam fatos pretos, peludos e semelhantes a pêlo de cabra. Alguns armam-se de ligeiros escudos gauleses e outros de

escudos redondos de tamanho pequeno. Cobrem as suas pernas de calças de pêlo e cobrem as suas cabeças de capacetes de cobre, ornamentados de penachos encarnados. As suas espadas são de dois gumes e feitas de ferro excelente. Servem-se também, no combate, de punhais do comprimento de um *spilamo*. A forma como fabricam as suas armas ofensivas e defensivas é singular. Enterram as fôlhas de ferro e as deixam até que a ferrugem tenha comido a parte fraca e não fique senão a mais sólida. Com êsse ferro fazem espadas excelentes e outros instrumentos de guerra. Estas espadas são tão bem feitas que elas cortam tudo aquilo que golpeiam e não há escudo, nem capacete, nem ôsso que resista ao seu corte, tão bom é o seu ferro. Sabem combater a pé e a cavalo; depois dos cavaleiros terem rôto as fileiras inimigas, apeiam-se e feitos peões fazem prodígios de valor...

XXXIV — ...os mais valentes dos iberos são os lusitanos. Na guerra usam uns escudos muito pequenos feitos de fios tendinosos, tão juntos que defendem perfeitamente o corpo e os manejam com presteza nos combates para defender-se hâbilmente de todos os lados das setas que lhes lançam. A sua lança é tôda de ferro e acabada em forma de fateixa, usam capacetes e espadas semelhantes à dos celtiberos. Atiram as suas setas com certeza e a grande distância e as suas feridas são graves. São ágeis e leves em correr, seja fugindo, seja perseguindo. Em tempo de paz exercitam-se numa dança ligeira e que exige grande agilidade. Na guerra marcham com passo cadenciado e cantam um canto de guerra no momento do ataque. Os iberos, e os lusitanos especialmente, têm um costume singular. Os jóvens, e especialmente aqueles que não tendo fortuna se sentem com fôrça e coragem, retiram-se em grupos em lugares inacessíveis, não contando senão sôbre o vigor dos seus braços e armas. Juntam-se em tropas numerosas, percorrem a Ibéria e enriquecem-se com a ladroagem. Fazem esta vida impunemente porque ligeiramente armados, ágeis e rápidos na corrida, são difíceis de alcançar.

XXXV — ...é conveniente dar alguns detalhes acêrca das minas de prata que se encontram no seu país. Elas são muito belas e ricas e muito produtivas para os que as exploram...

...Os Pirinéus... em grande parte cobertos de matos... foram incendiados... o incêndio... fundiu massas de minério de prata... os indígenas venderam-no em troca de outras mercadorias de pouco valor, aos negociantes fenícios... que levaram esta prata para a Ásia, à Grécia e outras nações...

Os fenícios continuaram por muito tempo este negócio e tornaram-se tão potentes que enviaram numerosas colônias à Sicília e ilhas vizinhas e à Líbia, Sardenha e Ibéria.

XXXVI — Muito mais tarde os iberos, tendo aprendido o valor da prata, exploraram minas importantíssimas...

As minas de cobre, de ouro e de prata são extraordinariamente produtivas.

XXXVII — ...Acha-se também o estanho em várias localidades da Ibéria...

Lib. XI-XX, 480 a. C., na Sicília:

...Amílcar... saiu do pôrto de Cártago com tôdas as tropas reunidas; tinha uma armada de terra de, pelo menos, 300 mil homens. ... Atravessando o mar da Líbia foi acometido por uma tempestade que lhe fêz perder as barcas encarregadas dos transportes dos cavalos e dos carros...

Lib. XIII — XLIV..., 410 a. C., na Sicília:

...Aníbal... empregou o verão e o inverno seguinte a fazer levadas consideráveis na Ibéria e a recrutar grande número de cidadãos...

Lib. XIII — LIV, 409 a. C., na Sicília:

...Aníbal, general dos cartagineses, reuniu os soldados recrutados, na Ibéria e na Líbia. Equipou sessenta navios longos, e mil e quinhentos navios de transporte carregados de tropas, de máquinas para sítio, de armas e de outras munições. Com esta frota passou o mar Líbico e veio fundear na Sicília, no cabo Lilibeo...

...Segundo Eforo, Aníbal tinha duzentos mil soldados a pé e quatro mil cavaleiros. Timeo não calcula que êsse exército tivesse mais de cem mil homens.

LVI — ...Os selinontinos não recebiam nenhum socorro. O sítio durou nove dias, com uma fúria nunca vista; os cartagineses tinham sofrido muito e muito feito sofrer. Finalmente os iberos tendo superado o muro derruído...

LVII — ...Os bárbaros ... saqueavam as riquezas das casas e queimavam a gente que nelas tinham ficado ... matavam sem piedade ... os cartagineses mutilavam os cadáveres ... porque estes bárbaros diferem absolutamente do resto dos homens pela sua crueldade...

LXXX, 406 a. C., ... na Sicília:

...Amílcar ... e Aníbal...

...mandaram, com fortes somas, alguns comissários... com a ordem de recrutar na Ibéria e nas Baleares o maior número de soldados estrangeiros... Reüniram um exército, incluindo a cavalaria, de cerca-de cento e vinte mil homens segundo Timeo e de trezentos mil se devemos crer a Eforo.

LXXXV — Os cartagineses tendo transportado as suas tropas para a Sicília marcharam sobre Agrigento. Estabeleceram dois campos: um era situado sobre umas alturas e era ocupado por cerca de quarenta mil iberos e libios...

LXXXVI — ...Desde que Amílcar foi instruído da chegada dessas tropas, mandou contra êles os iberos e os câmpanos cujo número não era inferior a quarenta mil.

CX... a Géla...

...Os iberos e os câmpanos que serviam no exército dos cartagineses atacaram vigorosamente os gregos de Itália, e mataram mais de mil... Sobre um outro ponto do campo da batalha os sicilianos aguentaram o choque dos libios; mataram um grande número e perseguiram os outros até ao seu acampamento. Mas tendo os iberos, os câmpanos e os cartagineses, vindo em socorro dos libios, os sicilianos perderam cerca-de 600 homens.

Lib. XIV — LIV:

...os cartagineses... confiaram ... a autoridade real a Amílcar e mandaram vir as tropas de toda a Líbia e da Ibéria; estas tropas eram formadas em parte de aliados e em parte de mercenários. Conseguiram reunir um exército de mais de trezentos mil homens de infantaria e quatro mil cavalos sem contar os carros, em número de quatrocentos.

...Timeo não eleva a mais de cem mil as tropas que passaram da Líbia à Sicília e a essas tropas junta trinta mil homens recrutados na Sicília...

LXXV ... Em Siracusa... 396 a. C.:

...Os iberos sòmente, juntando-se debaixo das armas, mandaram um arauto para oferecer a sua aliança. Dionísio tratou com êles e incorporou os iberos entre os seus mercenários...

Lib. XV — LXX, 369 a. Cr. ... na Grécia...

Neste tempo chegaram a Corinto, por mar, dois mil celtas e iberos. Tinham sido mandados de socorro aos lacedemónios por Dionísio, o tirano, e tinham recebido cinco meses de sòldo. Os gregos, para os meter à prova, colocaram-nos na primeira linha nos combates. Os estrangeiros portaram-se com valentia e fizeram perder muita gente aos beócios e aos seus aliados. Depois de se terem distinguido pelo seu valor e pela sua habilidade no manejo das armas, foram honrados pelos lacedemónios aos quais renderam grandes serviços e voltaram para a Sicília no fim do verão.

Lib. XVI — LXXIII, 341 a. C.:

...Os cartagineses vendô que os seus generais conduziam a guerra com demasiada lentidão decidiram de os substituir (com Asdrúbal e Aníbal) e mandar fôrças mais numerosas. Ordenaram então, imediatamente, uma leva entre os cidadãos de Cártago e entre os libios mais válidos. Além disso votaram fortes quantias para pagar e recrutar ao seu serviço iberos, celtas e ligures.

LXXVII — ...os cartagineses... fizeram passar a sua armada para a Sicília. Esta armada reünida às tropas que já estavam na ilha, compunha-se de mais de setenta mil homens de infantaria e de, pelo menos, dez mil cavaleiros, incluindo os carros de guerra e os carros de transporte. A estas fôrças é necessário juntar duzentos navios longos e mais de dois mil navios de transporte carregados de armas, de cavalos, de víveres e de munições de tôda a qualidade.

...Timoleão não se deixou desanimar...

LXXIX — ...A luta foi sangrenta; os gregos superiores aos bárbaros pelo seu valor e a sua habilidade de manobra mataram grande número...

Lib. XIX — CVI, 311 a. C., ...na Sicília:

...Agatocle... Amílcar... tinha sob as suas ordens dois mil homens de tropas nacionais... dez mil libios, mil mercenários tirrenos e duzentos carros de dois cavalos. A estas fôrças havia de juntar

mil fundibulários baleares... depois de ter juntado estas novas tropas ao seu exército... viu-se em condições de começar a campanha com quarenta mil homens de infantaria e cerca de cinco mil cavaleiros...

Lib. XX:

III — ...Agatocle... pensou... passar a África com um exército...

IV — ...ordenou aos de infantaria de estarem prontos e aos cavaleiros de se fornecerem, independentemente de uma armadura completa, de selas e freios, para poder montar os cavalos dos quais se apoderassem. Nas últimas derrotas, a maior parte da infantaria tinha morrido e quasi toda a cavalaria se tinha salvo, mas não podiam levar os cavalos à Líbia...

No exército cartaginês havia iberos, celtas, baleares, líbios, fenícios, ligures e escravos meios gregos. Estas tropas revoltaram-se... De volta da Sicília os mercenários dos cartagineses revoltaram-se pelos motivos seguintes: pediram uma quantia exorbitante pelos cavalos que tinham perdido na Líbia assim como das outras perdas que tinham suportado. Fizeram guerra durante quatro anos e quatro meses. No fim foram massacrados por Amílcar Barca, aquele que se tinha distinguido na Sicília combatendo os romanos.<sup>(1)</sup>

\*

\*

\*

Provado fica com estas citações quão largo e duradouro foi o contacto dos espanhóis com os cartagineses e os gregos — começando pelo VII ou VIII séculos até ao II — e isto explica a influência grega que a cerâmica ibérica (Tab. I e II, N.<sup>os</sup> I-IV) recebeu e que a faz tão semelhante aos vasos arcaicos da Sicília, de Chipre, de Creta e da própria Atenas; explica o tipo de armas e armaduras que os iberos usavam e esclarece a origem das figurações das moedas espanholas.

---

(1) Para não alongar esta enumeração desisti de citar os geógrafos gregos.

Os guerreiros iberos são bem identificados nas estatuetas a pé e eqüestres que reproduzo (T. II - III - IV, N.ºs V - IX).

Nelas vê-se o tipo de capacete, de couraça, de escudo e a forma dos punhais e espadas.

Vê-se que vestem como infantaria ou cavalaria ligeiras.

Um pouco como os gregos armados à ligeira das alas de batalha que se vêem nos vasos gregos.

Não conheço nenhum exemplo espanhol de armaduras pesadas como a dos hóplitos ou peltastas que formavam as tropas pesadas lacedemónias ou atenienses ou da falange tebana ou macedónia.

E a forma de combater descrita por Xenofonte, por Estrabão e outros, que dizem que se misturavam com a cavalaria, que eram transportados à garupa dos cavaleiros, que ligeiramente saltavam do cavalo, provam que eram tropas ligeiras e rápidas.

Os romanos usavam-nos como tropas auxiliares, quer dizer, ligeiras.

E olhando agora para a figuração das moedas veremos que ela é precisamente de descendência sícula.

E é natural porque onde os mercenários eram usados por cartagineses e gregos, bem o vimos, era na Sicília. Onde eram pagos era na Sicília, onde êles gastavam o dinheiro, em parte ao menos, era na Sicília.

O dinheiro que lhes sobrava era levado, quando voltavam às suas casas, para Espanha e lá se espalhava.

Onde se espalhava e não havia moeda própria surgiu o desejo e a necessidade de a imitar e daí o surgir das moedas espanholas de tipo grego.

Quem pagava aos mercenários era quem os empregava e por conseguinte às vezes os cartagineses e às vezes os gregos.

O que é curioso, porém, é que moedas de tipo cartaginês não foram contrafeitas fora das colónias cartaginesas das quais as principais são Cártago Nova, Gades, Ebusus, etc., ao passo que as moedas de tipo sículo se espalharam pela Espanha fora em centos de tipos.

E curioso é também que ao passo que as moedas de Emporion e de Rodes pouco se difundem e as moedas de tipo gaditano (golfinhos e atuns) são usadas ao longo da costa em vários sítios, não

penetram nem são imitadas no centro da Espanha (T. V e VI, N.<sup>os</sup> XI a XV).

As moedas do tipo siciliano e tarentino, ao contrário, correm e difundem-se por tôda a Espanha.

A razão dêste facto não a conheço mas deve ser: porque o tipo de moeda (preço, valor) era o de mais corrente importação; ou o contacto da gente do interior de Espanha era mais freqüente com certas regiões da Sicília ou da magna Grécia; ou que na época em que êste tipo de moeda se espalhou foi no tempo em que os mercenários estiveram ao serviço dos príncipes siracusanos (Hieron II) que usava moedas daquele tipo; ou porque os romanos que cêrca daquele tempo intervieram na guerra contra os cartagineses e que permitiam aos seus generais em tempo de guerra cunhar moeda nas províncias, entenderam que lhes convinha cunhar moedas que os mercenários que recrutavam fâcilmente aceitassem. E de facto êles levaram para a Sicília, para a Sardenha e até para a Itália, numerosas levas de soldados iberos da Tarraconense e do Vale do Ebro, região onde verificámos que aquele tipo de moeda é mais espalhado. E estas moedas são especialmente desta época.

Pode também apresentar-se como explicação que os espanhóis gostaram especialmente da figuração de certas moedas, as de cavalo ou cavaleiro; ou porque nas regiões onde essas moedas foram mais correntes o cavalo e a sua criação estavam em grande apreço; ou ainda porque o ás (cavaleiro), o semis (cavalo) eram as moedas de valor mais cômodo e corrente entre as de cobre, sendo as de prata e ouro muito raras.

Visto que o tipo de moeda de que falámos é o mais freqüente no período da moeda de epigrafia ibérica, ficámos de estudar de quais as moedas espanholas mais provâvelmente descendem.

As moedas hispânicas com letreiro ibérico têm a forma das siracusanas de Hieron II que reinou em Siracusa entre 274-216 a. C. A metrologia ou escala de valores é, porém, romana, mas o letreiro é ibérico.

Pertencem por conseguinte ao período contemporâneo e que se segue às guerras romano-púnicas na Sicília e em Espanha — 236 a 206 a. C. (T. VI a X, N.<sup>os</sup> XVI a XLIII).

As moedas de Hieron II, 274-216 a. C., (T. VI, N.º XV), devem descender dos modelos de Tarento 340-281 (T. VI, N.º XIII) e 334-302 a. C. (T. VI, N.º XIV) e estas por sua vez das de Filipe II da Macedónia, 359-336 a. C., (T. V, N.º XII), ou de algum outro tipo grego da melhor época (T. V, N.º XI), talvez ateniense.

Destas, especialmente das siracusanas, descendem as ibéricas mais antigas, sendo as mais modernas inspiradas em tipos romano-romanas especialmente aquelas que apresentam os Dioscuros. A metrologia destas moedas, como disse, verifica-se ser romana.

Assim a que ostenta um cavaleiro é um «ás», o cavalo só é um «semis» (semi-ás), meio cavalo ou cabeça o «quadrante» ou um quarto de «ás»—valores usados nas moedas romanas.

É curioso todavia observar que sendo muito vulgar na Sicília moedas com quadrigas e bigas, eu não conheço em Espanha nenhuma moeda ibérica com tal efigie, talvez porque sendo aquela imagem reservada para moedas de prata as dêste metal são muito raras nas «sekkas» ibéricas, ou porque em Espanha, por causa do terreno montanhoso nunca se usasse carro de guerra, ou porque já nesse tempo o carro de guerra tivesse sido abandonado.

A grande maioria destas moedas, que foram cunhadas na época das guerras entre romanos e cartagineses, tem letreiro ibérico mas logo a seguir começam a transformar-se em verdadeiras moedas romanas, mantendo a figuração das precedentes moedas ibéricas (cabeça de Hércules e cavalo ou cavaleiro) mas com letreiro romano (T. XII, N.ºs XLIV a L).

Conforme os tipos, o cavaleiro ora tem lança, outra vez espada, outras ainda clâmide ou fôlha de palmeira. Os cavalos galopam, saltam, vão a passo; nos valores inferiores pastam.

A sua arte é muito inferior à dos modelos gregos, mas do ponto iconográfico são interessantes e a-pesar da sua imperfeita execução pode tirar-se algum indício sôbre o armamento dos cavaleiros, vendo-se a forma do elmo, a existência, em certos casos, de couraça, a forma redonda do escudo, a forma da espada, o facto de usarem caligares com adornos e nalguns casos verifica-se o uso de sela com arções levantados (Osca).

Os cavalos curtos e gordos têm movimentos levantados, pescoço alto e encristado, cauda elevada e as cabeças, às vezes, pequenas e rectas, outras acarneiradas — exactamente como ainda no dia de hoje se verifica nos actuais cavalos espanhóis.

A distribuição destas moedas é também digna de estudo, porque êste tipo com cavaleiro encontra-se na região de onde foi maior a extracção de soldados na época cartaginesa e onde em Espanha mais intensa foi a guerra entre romanos e cartagineses.

Amílcar, seu genro Asdrúbal e depois seus filhos Anibal e Asdrúbal e finalmente, depois da partida dêste, os seus sucessores, combateram nas regiões da Tarraconense e da Bética, que hoje constituem as regiões de Tarragona, Alicante, Valência, Múrcia, Cartagena e o seu interior, passando por Cuenca e Albacete ao alto Vale do Guadalquivir até à região de Jaen, Ubeda, Granada, Córdova, Carmona, Ecija, Sevilha, Xerez, Cádiz e a todo o interior da Andaluzia onde havia a maior quantidade de minas que os cartagineses exploravam.

De tôda essa região mas principalmente do vale do Ebro até Saragoça e acima, na direcção de Castela, deviam vir os iberos empregados nas guerras greco-cartaginesas na Sicília; um pouco mais no centro recrutavam-se os celtas.

A guerra romano-cartaginesa desenvolvida pelos vários Sci-piões foi tôda entre Tarragona e o interior de Sagunto, de Valência, de Cartagena, de Múrcia até ao vale do Guadalquivir.

O mapa que vai junto (MAPA. T. V), no qual estão marcadas as «sekkas» com as figurações hípicas que me foi possível identificar, mostra a curiosa distribuição delas, que corresponde à zona onde a criação cavalari foi mais intensa nos tempos antigos; uma parte da qual sòmente, corresponde, ainda hoje, aos melhores centros de criação.

É certo que a margem dos rios mal regularizados permite uma pastoria veraneja de gramas verdes que na criação manadia é grande factor de boas raças.

Desde Calahorra (Calagurris, rica de cavalos), a Saragoça (César Augusta) até Tarragona (Tarraco) é a zona do Ebro; depois vem

Múrcia (célebre até ao século XVII pelos seus cavalos); finalmente o vale do Guadalquivir.

No alto desta zona encontramos a bela moeda de Sacili (cêrca de Chiclana; Iliturgis (não longe de Jaen, Ubeda, Baza); Obulco (Carmona); Hispalis (Sevilha); Nabissa (perto de Xerez de la Frontera ou Medina Sidónia) todos centros célebres então e hoje.

É curiosa esta distribuição de «sekkas» hípicas e de notar que a zona de boa criação antiga corresponde às boas zonas de há um ou dois séculos e as melhores ainda hoje.

É que as condições naturais de terreno, de pastoria e de clima são seguramente melhores nesta zona do que nas outras de Espanha.

É ainda de notar que a forma e os movimentos dos cavalos das moedas antigas reproduzem fâcilmente e, até exageradas, as atitudes e as formas que são, ainda hoje, peculiares dos cavalos espanhóis.

RUY DE ANDRADE

NOTA:

As gravuras de guerreiros são extraídas das *Memórias de la Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades*. Madrid.

As gravuras de vasos ibéricos de:

*La Labor del Servicio de Investigación Prehistorica y su Museo en el pasado año 1934*. — Diputación Provincial de Valencia — 1935.

As moedas gregas de:

*Ambrosoli — Ricci*. Monete Greche. Hoepli — Milano, 1917.

As moedas ibéricas de:

*La Moneda Hispanica*. Vives y Escudero. Madrid, 1926.

TAB. I



Fig. I - II - III. — Vasos ibéricos do Levante Espanhol

TAB. II



Fig. IV — Vaso ibérico do Levante Espanhol

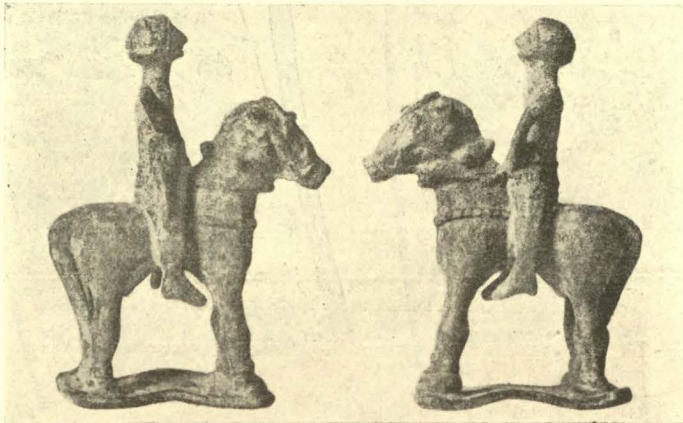


Fig. V — Cavaleiros ibéricos

TAB. III

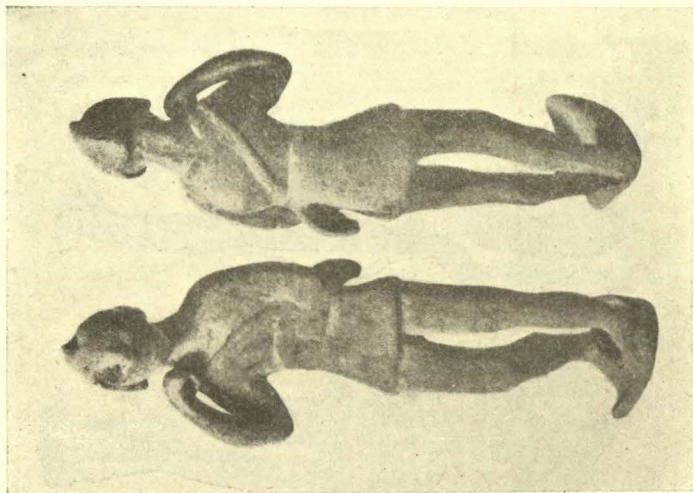


Fig. VI e VII — Guerreiros ibéricos

TAB. IV

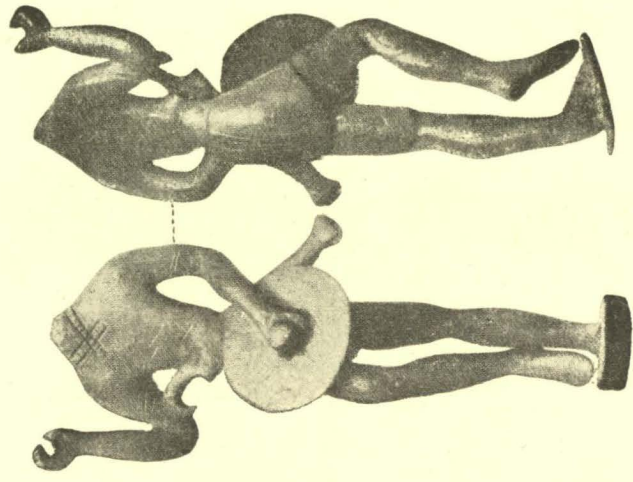
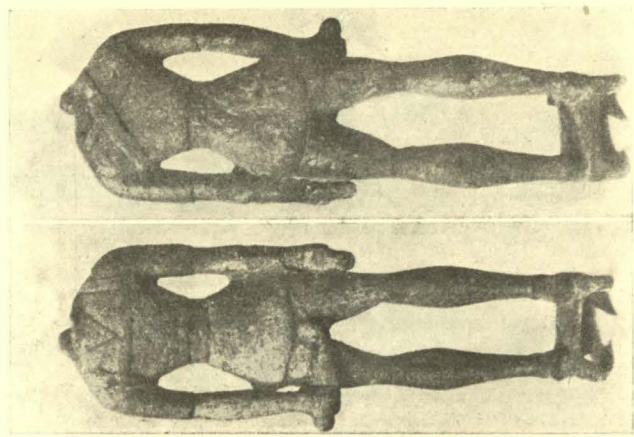


Fig. VIII e IX — Guerreiros ibéricos

TAB. V

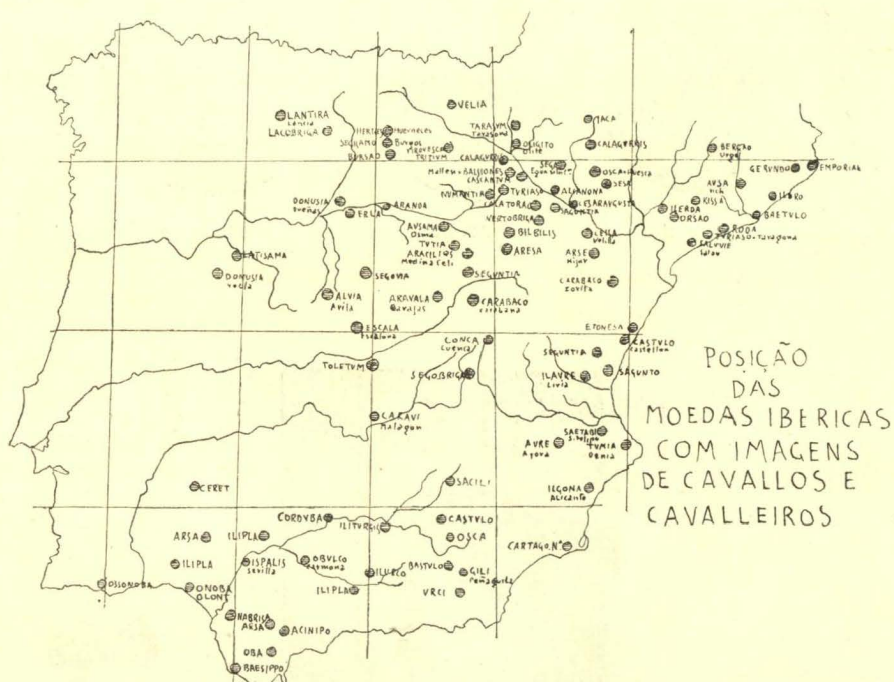


Fig. X — Mapa da distribuição das moedas ibéricas



Grega - Tarento



Macedónia

Fig. XI e XII — Moedas gregas das quais derivam as ibéricas

TAB. VI



Tarento



Tarento



Siracusa



Sagunto



Tarraco



Tarraco

Fig. XVI a XVIII — Moedas ibéricas

TAB. VII



Aregrado



Aregrado



Olbega



Segobriga



Somala Sahagun (Leon)



Olinge



Turiaso Tarazona

Fig. XIX a XXV — Moedas ibéricas

TAB. VIII



*Turiaso Tarazona*



*Erala*

*Erla (20 km. de Tudela)*



*Celsa Velilla*



*Celsa Velilla*



*Celsa Velilla*



*Celsa*

Fig. XXVI a XXXI — Moedas ibéricas

TAB. IX



Sactabi



Urgell



Cerda



Laguna de Ebro

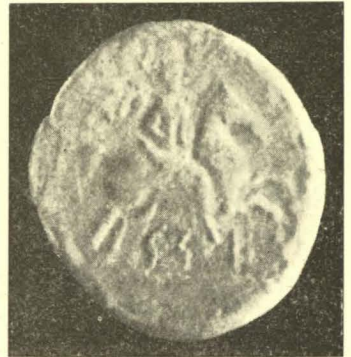


Saluvie

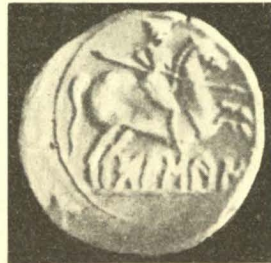
TAB. X



Tarraco



Celsa Huesca



Celsa Huesca

Fig. XXXVIII a XLIII — Moedas ibéricas

TAB. XI



Sesa  
(20 km. de Huesca)



Ontzan Anizon



Ontzan Anizon



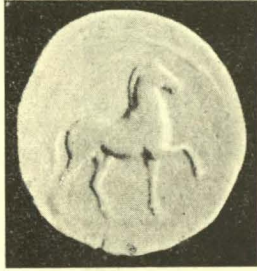
Turiaso



Celsa

Fig. XLIV a XLVIII — Moedas ibéricas

TAB. XII



Sacili



Sacili



Sacili



Turiaso



Turiaso



Osca



Osca

Fig. XLIX a LV — Moedas romanas

## TOMAZ CACHEIRO

(Criado do Prior do Crato)

**Q**UANDO, em Setembro de 1919, me demorei uns dias sob o teto generosamente acolhedor do sr. António Gouveia, em Gáfete, mostrou-me aquele meu amigo um vélho livro de registos genealógicos de sua família, que vinha desde meados do século de 400.

Pensava eu já, então, na reunião de apontamentos para uma monografia de Amieira, a minha terra (<sup>1</sup>), tendo colhido, por isso, e guardado, daquele livro, a referência de que Tomaz Cacheiro, que fôra dedicado ao Prior do Crato e o acompanhara na emigração, vindo um dia escondido a Madrid, fôra perdoado pelo rei de Castela e autorizado a regressar a Portugal, mas, com prisão por tôda a vida na vila e castelo de Amieira.

Deixei já anotado o caso na pequena conferência que li, em 6 de Junho de 1929 nesta nossa Associação (<sup>2</sup>), mas não o esqueci de

---

(<sup>1</sup>) Foi publicada em Outubro de 1936 com o título de «Amieira» — *Do antigo Priorado do Crato*.

(<sup>2</sup>) «*Algumas Vilas, Igrejas e Castelos do Antigo Priorado do Crato*», publicada em «*Arqueologia e História*», Vol. VIII (1930).

todo, por me parecer, após sucessivas leituras, que alguma coisa haveria que esclarecer em definitivo quanto à pessoa de Tomaz Cacheiro.

Efectivamente, Camilo Castelo Branco diz, no «*Senhor do Paço de Ninães*»<sup>(1)</sup>, que «*fugitivo, com a morte a soar-lhe perto no tropel dos esquadrões castelhanos, D. António atravessou o Minho até ao Lima. Aí, sem alentos para continuar, caiu alquebrado, dizendo aos seus poucos companheiros que o deixassem... Foi então memorável o patriotismo de um homem da plebe que o tomou nos braços e, a nado, ganhou a margem dalém*».

Este homem era Tomaz Cacheiro.

Mas, mais tarde, na segunda parte do volume «*Sentimentalismo e História*»<sup>(2)</sup>, diz o romancista que «*quando chegou às margens do Lima, D. António apenas tinha à volta de si como relíquias duma soberania que seria grotesca, se não fôsse inutilmente sanguinária, Diogo Botelho, Manuel da Silva, o degolado em Angra, mais sete indivíduos de inferior importância, e dois criados seus particulares, Diogo Rodrigues e Tomaz Cacheiro, ou Qacheiro, como o prior escreveu no seu testamento*», contrariando, porém, em nota, alguns historiadores, e a si mesmo no «*Senhor do Paço de Ninães*», que atribuem a Tomaz Cacheiro a modesta origem de homem do povo<sup>(3)</sup>.

Pinheiro Chagas, narrando a dolorosa peregrinação de D. António pelo Minho, diz: «*Emquanto D. Sancho de Ávila entrava no Pôrto, D. António, desesperando já da sorte da guerra, atravessava a província do Minho como fugitivo, e começava na pátria a longa odisseia que foi depois terminar no estrangeiro. Perseguido de-perto e receando que o prémio oferecido pelos castelhanos tentasse a fide-*

---

(1) Publicada a 1.<sup>a</sup> edição em 1867.

(2) I Parte: *Euzébio Macário*; II Parte: *História* (Estudos para a formação do livro «*D. António Prior do Crato e seus descendentes*»). Publicada a 1.<sup>a</sup> edição em 1879.

(3) Efectivamente, Camilo diz, ali, ter lido em escritores modernos, o que, aliás, como já se viu, êle dissera também, que Tomaz Cacheiro era um homem do povo, mas que isso não era exacto, pois fôra moço da câmara de D. António e acompanhara à África o príncipe D. Cristóvão na categoria fidalga de seu veador.

lidade dos povos, D. António, mudando a cada momento de asilo, esperava ensejo de passar a França. Uma vez na margem do Lima foi tão apertado pelos inimigos que se viu perdido. Salvou-o a dedicação de um homem do povo, Tomé Cocheiro, que, tão robusto quanto leal, atravessou o rio a nado com o pretendente aos hombros. Um brasão de armas, concedido em Paris, pelo rei sem reino a êsse amigo da última hora, foi a recompensa dêste acto de corajosa fidelidade»<sup>(1)</sup>.

José Caldas, na *História de um Fogo Morto* <sup>(2)</sup>, a págs. 317 e seguintes, diz:

«Seguindo sempre a pouca distância da costa, D. António não tarda a alcançar o vasto litoral de Anha, chegando a 22 de Outubro, por uma noite lóbrega e tormentosa, à margem esquerda do rio. A sua situação é agora evidentemente desesperada; sem meio algum de transporte que lhe permitisse atravessar o Lima, tem já como certo o termo fatal da sua triste jornada.

... ..

«É neste passo, de todo o ponto desesperado, que um dos que àquela hora constituíam ainda o seu reduzido séquito, homem esforçado e pronto a dar a vida por êle, se oferece para o passar a nado. Êste oferecimento sôa a todos como um brado de loucura. O doido heróico chama-se Tomaz Cachoeiro. E ajustando logo o acto à promessa, roga a D. António que se lance sôbre os seus fortes ombros de titan, e corta assim desde logo, a largas braças, o formidável espaço que, desde o areal de Darque, o separa do cais.

«Sem guia nem candeia que de longe o norteie, criou-se desde aquele instante à roda desta épica temeridade a lenda patriótica,

---

(1) *História de Portugal Popular e Ilustrada*, Vol. 4.º, Cap. XXX. — Pinheiro Chagas, guiando-se, sem dúvida, por Manuel de Faria e Sousa, dá ao salvador de D. António o nome, errado, de Tomé, com o apelido, também errado, de Cocheiro, que só êle lhe atribui e pode muito bem provir de um lapso tipográfico.

(2) Edição definitiva, da *Renascença Portuguesa* (Vol. V da *Biblioteca Histórica*, Pôrto, 1919).

que dá como valendo-lhe de fanal uma estrêla de assinalado brilho, a qual do alto do céu, o guiara de modo a poder levar a cabo, sem risco de perder-se, aquella arriscada travessia (¹). Uma vez em terra Tomaz Cachoeiro, cujo apelido nos faz presumir que mais fôsse de um homem do mar, por ventura adestrito por dedicação patriótica ao Prior, do que um fidalgo, conseguiu levar D. António para uma rústica pousada arredada alguns passos de Viana (²) onde por momentos se fixa.»

Quanto a Faria e Sousa, referindo-se ao caso, diz êle que, emquanto se fazia a passagem, pelo rio, do Prior do Crato aos hombros de Tomaz Cachoeiro e em virtude de terem chegado ali de

---

(¹) Tanto Rebelo da Silva como Pinheiro Chagas referem-se por uma forma indeterminada a êste successo. O primeiro diz: «uma noite (*D. António*) achando-se à beira do Lima». Pinheiro Chagas escreve: «uma vez (*D. António*) na margem do Lima». Não há o menor motivo para hesitar. D. António, fugindo de Barcelos diante dos cinqüenta ginetes de D. Fernando de Sandoval, achou-se pela primeira vez diante da margem esquerda do Lima, sem meio algum de o transpor para se refugiar em Viana. É neste passo da sua desgraçada retirada que teve lugar a heróica façanha de Tomaz Cachoeiro.

De resto, consideramos como mera canceira de curiosos a tarefa que tem por fim verificar se Cachoeiro tinha ou não fôro de fidalgo quando salvou a vida do Prior diante dos muros de Viana, ou se sòmente, de facto, o ficou tendo pela carta de brazão que os mesmos curiosos lhe imputam e que Faria e Sousa confessa ter visto em Madrid na tenda de um adeleiro. Nesta carta passada em Paris e assinada por D. António, lá está, como razão de tal nobreza a estrêla que guiara o herói na travessia do rio. Um rei destronado passando do seu exílio, aos seus amigos, padrão de aristocracia, revela-se-nos na sua impotente munificência, bem mais imbecil que os fanáticos que lhos aceitaram. (Nota de José Caldas).

(²) Tudo nos leva a crer que a pousada buscada por Tomaz Cachoeiro para asilo de D. António em Viana, fôsse situada fora dos muros da vila, embora não tão longe como referem os autores do *Explanático*, senão na parte mais occidental dela, para além das portas de S. João. Tendo, para nós, o salvador do Prior do Crato por um homem do povo, e não possuindo àquella hora o Bispo da Guarda nenhum conhecimento da sua passagem do Lima, o refúgio do filho do Infante D. Luiz havia de ser necessariamente um lar humilde, um tugúrio longe do centro da vila aonde lhe seria mais fácil escapar às vistas do invasor. (Nota de José Caldas).

É de notar que José Caldas diz Cachoeiro em vez de Cacheiro.

noite, foi vista a cortar os ares, uma chama ou estrêla de maravilhosa luz, informando ainda que, entre papéis defeituosos que se vendiam numa praça de Madrid, adquirira um brasão de armas bem iluminado, passado em Paris a Tomaz Cacheiro, elegantemente escrito por Diogo Botelho, secretário de D. António, e rubricado pelo conde de Vimioso e por D. António firmado com o título de real. As figuras do escudo eram uma mão saindo de um rio, com uma coroa, e no ar uma estrêla (').

Mas não precisava Tomaz Cacheiro dêste título de fidalguia, porquanto já era suficientemente nobre a sua estirpe, como pudémos apurar e adiante se verá.

---

(') «*Europa Portuguesa*», Tõmo 3.º, pág. 86 (Lisboa, 1680).— Faria e Sousa diz textualmente o seguinte: «Ia desengañado entero, y casi sin compañía passò a Viana. Seguido de su adversario se hallò en notable aprieto una noche a la margen del rio Lima adonde no avia remedio para poderle passar. Entre los pocos que le seguian era uno Tomé Cacheyro hombre fidelissimo, y animozo. Arrojose a la agua nadando cõ èl puesto en los hombros, y pusole en la otra arena. Sucedió esto a tiempo que por el ayre fue vista correr una llama, o estrella de maravilloza luz. Entre pocos, y desechados papeles que en una plaça de Madrid se vendiã, alcãçamos un Blason de armas bien iluminadas passado al proprio Tomé en Paris, escrito elegantemente por el Secretario Diego Botello, rubricado por el Conde de Vimioso, firmado de D. António cõ titulo Real. Las figuras del escudo eran una mano saliendo de un rio cõ una Corona bien asida, y en el ayre una Estrella.

«Cõ estas penalidades llegó el infeliz Antonio a Viana adonde le recogieron; y respirava algo, al punto q̄ assaltado de cavalleria q̄ le iva siguiendo, le fue preciso saltar sin prevencion en un batel de los fundados en aquel mar, acompañado del Obispo de la Guarda, del Conde de Vimioso, de Diego Botelho, y otros, estando la agua en estado tan tormentoso que no les prometia menos peligro que la tierra. Assi se puso de la otra parte del Miño, adonde no estuvo cõ menos riezgo de q̄ le prendiessen, aunque disfraçado en habito de marinero.

«Estando ya Felipe en Portugal, y corriendo en duda el lugar adonde estaria D. António, imaginandose que en Francia, se vino a descubrir q̄ escondido en el Reyno, tratava de salir más comodamente. Sintiose que en Lisboa le prevenia embarcacion Pedro de Alpoem, y cogido, y puesto a tormento, y confessando que era assi, le fue cortada la cabeça publicamente. Todavía Don Antonio con todas las muchas y terribles deligencias de Felipe para cogerle anduvo escondidamente por todo el Reyno desde Otubre asta Junio,

O brasão vem minuciosamente descrito no «*Panorama Fotográfico de Portugal*», num longo artigo com o título de «*O Brasão do apelido de Cacheiro*», de A. M. Seabra de Albuquerque, acompanhado de uma ilucidativa gravura (1), e é assim definido: «*Tem por armas em campo azul, pé de água, desta saindo a mão, que segura uma coroa real de ouro; em chefe estrêla de prata de oito raios. Elmo de prata aberto e guarnecido de ouro. Paquife dos metais e cores das armas*».

E, divagando: «*é pequeno este brasão, mas, no seu todo, páginas da história contém, que nos mostram fidelidade, amor da pátria, honra e brios de um homem votado à independência da terra que o viu nascer... Não se vêem em seu campo brilhar os lizes da França, a águia bipartida dos imperadores, o leopardo da soberba Albion, nem tampouco o leão da orgulhosa Castela: não. Vê-se a mão vigorosa e forte de um português... vê-se a mão que não se estendeu a Cristóvão de Moura e que retirou de si as cédulas que compraram tanto traidor à pátria...*».

«*Tomaz Cacheiro* (2), homem fidelíssimo e animoso, aproxima-se de D. António e diz-lhe: *é necessário, Senhor, que hoje não pernoiteis aqui.* — «*Conheço a vossa muita fidelidade, Tomaz Cacheiro, lhe respondeu D. António; mas não vejo meio de poder passar este rio, pois, como vêdes, tôda a margem está despida de barcos*» — *Ao que respondeu o nobre português e talvez o único amigo do infeliz príncipe: — Sou eu que terei a honra de vos passar, Senhor. Confiai em mim.*

---

y estava en Lisboa (admirable acontecimiento y Fortuna!) quando el próprio Felipe, ... De Lisboa passò a Setubal, adonde por medio de una mujer fletò un navichuelo que le puso en el puerto de Gales de Inglaterra, acompañado de diez personas de las mas confidentes suyas, y de un Religioso Franciscano que se hallò al apreciar del flete».

Esta mulher que, no dizer de Faria e Sousa, merecia uma estátua, foi depois prêsa, morrendo na cadeia.

(1) «*Panorama Fotográfico de Portugal*», publicado sob a direcção de Augusto Mendes Simões de Castro — N.º 8, pág. 107 (Coimbra, 1871).

(2) Seabra de Albuquerque também diz sempre Tomé e não Tomaz. É a repetição do êrro de Faria e Sousa.

«Tomaz Cacheiro, cortando as ondas, nadando com D. António sôbre os hombros, a salvo o pôs do lado de Viana.

«A noite estava serena e pura e só alumiado foi por uma chama ou estrêla de extraordinária grandeza, que repentinamente cruzou o espaço».

E, mais adiante: «A Paris, acompanhado de poucos fidelísimos portugueses chegou D. António... Fugitivo e peregrinante, morreu longe da pátria. Mas, antes que findos fôsem seus dias, quis o infeliz príncipe levantar um padrão de extrema glória que para sempre memorasse a acção mui nobre de fidelidade praticada por Tomaz Cacheiro: mandou que se passasse alvará de brasão de armas, que em tudo mostrasse o corajoso feito de valor que teve lugar na Ribeira do Lethes, no seu Portugal.

«Cobriu o campo do brasão com o azul do firmamento, pois que foi no escuro da noite que esta brilhante acção foi praticada: a ribeira no pé do escudo, branda e descuidosa como corre, parece que se arrepende

«De levar água doce ao mar salgado»

como bem sentiu Bernardes na sua écloga XV. A nascer das mansas águas vê-se a mão do nobre cavaleiro, que segura com firmeza a coroa real, de oiro, e tão cioso a leva que parece que, nem de leve, consente que as águas lhe toquem. Tal é o precioso tesouro que furta a Sancho de Ávila, que grande prémio receberia do seu amo se lho entregasse. Em chefe vê-se a estrêla luminosa que foi testemunha da acção do vassalo fiel, do português que não duvidou expor a vida para salvar a última vergóntea dessa mui fértil árvore emmanuelina, que, ainda que bastarda, era implantada no solo português e portuguesa a dinastia que dela brotasse».

Termina Seabra de Albuquerque por notar que a história, registando o feito de Tomaz Cacheiro, nada mais diz a seu respeito e

---

(<sup>1</sup>) Por D. António Caetano de Sousa, vol. II, pág. 565 e seguintes (Lisboa, 1713).

nenhuma luz lança sôbre a sua ascendência e descendência, provavelmente por ter êle saído da *canalha*.

Não direi que sejam muitas as notas pelas quais se possa ajuizar a qualidade social de Tomaz Cacheiro, mas é certo que alguma coisa ficou a tal respeito que Seabra de Albuquerque e os historiadores não conheceram, ou não puderam consultar.

Efectivamente, nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (1) diz-se o seguinte, reproduzido das instruções datadas de Londres aos 19 de Outubro de 1588, que D. António deu a seu filho D. Cristóvão, quando êste foi para Marrocos, para a côrte de Moley Hamed, como penhor de um empréstimo de 200.000 cruzados destinados às despesas para se firmar no trono, e em cuja comitiva, de mais de quarenta pessoas, ia Tomaz Cacheiro, como veador: «*Dom Cristóvão, filho, o que aqui abaixo vos direi cumprireis sem nenhuma falta...*

«*Não fareis cousa alguma sem a comunicardes com Manuel de Brito vosso camareiro e governador da nossa casa e com Matias Bicudo meu embaixador, aos quais ambos tereis o respeito que deveis ter a suas pessoas e cargos, porque Manuel de Brito vos servirá com muito amor, e Matias Bicudo vos aconselhará com muita prudência e amor. A estes dois e a Tomaz Cacheiro, Gregório de Soutomayor e António Fernandes tirareis o chapéu quando entrarem onde estiverdes, ou de novo vos falarem e os mandareis cubrir, mas não quando actualmente vos servirem, ou vos vestirdes ou comerdes: só a Matias Bicudo, por vêlho e doente, mandareis sempre cubrir ainda que estejais à mesa, o que lhe deveis consentir poucas vezes por sua idade e indisposição; com êle falareis muitas vezes ainda que não haja matéria particular, porque é muito prudente e experimentado e vos servirá de muito a sua conversação.*

E, mais adiante: «*Se vos forem visitar alguns filhos del-Rei, que não forem reis illos-eis esperar à porta de fora, no páteo, com o chapéu fora e com muita cortesia e mesuras lhe tocareis com a mão as suas, ou o fato, e a beijareis e vos poreis à sua mão esquerda e*

---

(1) Por D. António Caetano de Sousa, vol. II, página 565 e seguintes (Lisboa — 1713).

*acompanhareis até à casa onde se houver de assentar: se fôr em almofadas, estarão postas em seu lugar e se em cadeiras Manuel de Brito lhe porá a sua e depois a vossa, ou Tomaz Cacheiro, ou Gregório de Soutomaior,...*

*A Xec. Rut quando o virdes fareis muito gasalhado... Quando se fôr, e quando vier mandareis a Tomaz Cacheiro, ou a Soutomaior, esperá-lo à porta do páteo ou no meio dêle, e os mesmos o tornarão acompanhar até ao mesmo lugar» (¹).*

Se, pois, mais não houvesse, bastariam as recomendações que atrás ficam, significativas de elevado aprêço, para se avaliar que Tomaz Cacheiro não era um vulgar serventuário, de menor categoria, porque se assim fôsse, não lhe seria dada a liberdade de se poder conservar de cabeça coberta, em determinadas circunstâncias, na presença do seu príncipe.

E, porque vêm a propósito, daremos as interessantes notas que se seguem, com respeito à origem e ao significado da acção de se tirar o chapéu por cortesia, colhidas na *Miscelânea*, de Miguel Leitão de Andrade (²), num dos seus diálogos.

---

(¹) D. Cristóvão de Portugal, nasceu em Tânger em Abril de 1573, quando seu pai era lá governador. Desembarcou em Safim, para onde embarcara em Gravezende a 23 de Outubro de 1588, a 7 de Janeiro de 1589 e só foi libertado três anos depois. É provável que Tomás Cacheiro se conservasse sempre na sua companhia. Em 1590 já estava em Londres (*Hist. Geneal. da Casa Real Port.* — Tomo III). — Ainda, conforme a mesma *Hist. Geneal.* acompanharam D. Cristóvão, além de Tomaz Cacheiro e entre outras, as seguintes pessoas: o padre António Fernandes Pinheiro, confessor e esmoler; Manuel Brito de Almeida, camareiro e governador da sua casa; Baltasar Pais de Cáceres, tesoureiro-mor; António Soeiro, cirurgião; Sebastião Gonçalves Lima, guarda-roupa; Salvador Gonçalves Golias, mantieiro; Manuel Luiz Tinoco e Francisco Gonçalves Faro, sem ocupação, Alfredo de Carvalho, pagen da Câmara, Luiz Coelho, reposteiro.

(²) Ano de 1629. — Edição de 1867, pág. 401. — Faria e Sousa (*Europa Portuguesa*, tómo III, pág. 344) diz: Os Condes cobrem-se diante del-Rei, como também os Bispos, mas estes precedem os Condes. — Os Marqueses falam ao Rei, cobertos. Precedem os Arcebispos. Aos Duques avança o Rei quatro passos para lhes falar. A todos estes titulares e outras pessoas que se cobriem, tira el-Rei o chapéu: aos Condes, tocando-o, apenas; aos Marqueses, levantando-o, e aos Duques, descobrindo totalmente a cabeça.

«...Mas folgara saber, isto de tirar o chapéu que dissestes por cortesia onde teria principio...».

«Plínio, na sua *História natural*, no-lo diz. Que em Roma, no Senado, se mandou por lei, que ninguém pudesse votar senão assentado e descobrindo a cabeça para desencalmado e sossegado poder votar mais livre. E daqui se foi fazendo e convertendo êsse costume em cortesia. Por quanto os Romanos por tôdas as províncias do seu império usavam o mesmo que na côrte, descobrindo a cabeça nas consultas e em juntas e práticas. E daqui, quando se falavam, e topavam descobriam também a cabeça dos quais se foi tomando êsse costume de descobrir-se. E daqui veio que S. Pedro, primeira aos coríntios, lhes diz: Tenham nas igrejas a cabeça descoberta por cortesia; e dizem que já S. Pedro o tinha mandado, e o papa Lino deixou disso um decreto e era sinal de liberdade no homem, como no escravo obrigação de trazer a cabeça coberta e as mulheres tinham a mesma nas igrejas, como se vê nos *Flos Sanctorum de Vilhegas*, na vida de S. Lino».

★

Por outro lado, sendo Tomaz Cacheiro criado do Prior do Crato, não deve dar-se à palavra *criado* a significação que ela tem hoje.

Segundo o *Elucidário* de Viterbo, «a palavra «criado», que hoje se toma por um servo ou doméstico assalariado para servir a quem lhe paga, se tomava, até aos fins do século XV, por aquele que fôra criado na casa, em companhia de alguém, sem mais salário nem obrigação de servir, senão conforme ao da sua qualidade: assim, «meu criado» era o que eu criei, ou mantive desde pequeno em minha casa e debaixo da minha inspecção ou doutrina».

Isto mesmo se vê também na «*Monarchia Lusitana*», pela seguinte forma: «Algũas cousas se devem notar nesta lista (dos vassallos e criados do Infante D. Dinis): em primeiro lugar merece advertência aquella differença que se faz entre vassallos, e os da criação. Os que se nomeão por da criação delRey, e do Infante,

erão os moços fidalgos que servião de pagens, e se criavão no paço de pequena idade: como também as mininas que entravão a servir as Rainhas, e Infantas se chamavão criadas, ou da criação das Rainhas. Nos livros das chancelarias estão nomeados muitos fidalgos e fidalgas com titulo de criados e criadas dos Reys, e Rainhas, a que se faziam mercês pelos aver servido no paço, e criarse nelle de mininos...»<sup>(1)</sup>.

O vèlho e sempre bom dicionário portuguez, de Moraes, diz a mesma cousa e mais que «*os reis dêstes reinos criavam muitos moços nobres nos seus paços, os quais se diziam «seus criados»*».

E não é de admirar que Tomaz Cacheiro fôsse criado nos paços do Priorado, porquanto seu pai, Agostinho Tomaz, era escudeiro fidalgo e proprietário do officio de Escrivão da Câmara de Gáfete, vila que pertencia ao Priorado e bem perto fica do Crato <sup>(2)</sup>.

Além disso e como adiante se verá, Tomaz Cacheiro era dado entre os seus como Secretário de D. António, gosando, bem como outros da sua familia, dos foros de fidalgo, «*filhado*» na casa do mesmo Senhor. E *filhar*, como o diz Moraes, significa perfilhar, adoptar como filho e, por ampliação, admitir como membro da familia, ou afillhado; tomar para serviço do rei e das pessoas reais escrevendo-lhes os nomes no livro dos filhamentos, como fôro que toma, com a moradia ou acatamento que lhes deva.

Sua mãe, Catarina Jerónima Manhães, — *Manhõa*, como diz o vèlho nobiliário de Gáfete — era pessoa «*muito principal*» de Amieira, sendo seu avô paterno Tomaz Afonso, também escudeiro fidalgo, que o meu amigo e distinto investigador sr. Manuel Rosado e Vasconcelos, supõe ser Tomaz Afonso, filho de Manuel Tomaz,

---

(1) «*Monarchia Lusitana*», por Fr. Francisco Brandão — Lisboa, 1650 — Quinta parte — Pág. 30.

(2) Gáfete foi elevada à categoria de vila, em virtude de contar mais de 400 vizinhos, por alvará de D. Pedro II, de 20 de Dezembro de 1688. (Tôrre do Tombo — Chanc. de D. Pedro II, Liv. 34, fls. 222, v.º). Tinha capitão-mor e sargento-mor, que governavam três companhias: duas de ordenanças e uma de auxiliares, tendo resistido sempre às investidas da cavalaria de Castela, nas guerras da restauração. (*Nova História da Ordem de Malta*, por José Anastácio de Figueiredo, Vol. III, pág. 180).

mestre dos infantes, filhos de el-rei D. Manuel, e de sua mulher Leonor Taveiro (').

Tomaz Cacheiro tinha uma irmã, Maria Tomaz, a qual foi por D. António casada com Sebastião Aires, escudeiro fidalgo, filhado nos livros de El-Rei, e seu moço de Câmara.

Para esclarecer, porém, todos os pontos obscuros para os historiadores que se têm referido a Tomaz Cacheiro, quis o acaso que em 1919 se me deparasse o velho nobiliário manuscrito da ilustre família Gouveia, de Gáfete, de que no princípio falei e do qual são extraídas algumas referências que ao caso de agora interessam.

Sebastião Aires, natural do Crato, era filho de Aires Fernandes, da mesma vila, escudeiro fidalgo, dos principais, que se tratava muito nobremente e vivia entre 1480 e 1575, casado com Branca Alvares, senhora igualmente nobre.

É neste Aires Fernandes, que foi remoto avô do meu amigo sr. António Gouveia, que começa o nobiliário de que venho falando, e dêle diz o seguinte: «*Hera Ayres Fernandes muito nobre e dos principais escudeyros da vila do Crato e nascendo dele Sebastião Ayres o casou o sr. Dom Antonio com Maria Tomaz por ser irmã inteira de Thomaz Cacheyro secretario do dito sr. os quaes todos gosavão os foros de fidalgos filhados da casa do dito sr. e he tanto assim que quando o dito sr. casou o dito Sebastião Ayres com a dita Maria Thomaz o filhou de novo por ser Moço de Camara.*

*Todos os filhos e netos e descendentes do dito Ayres Fernandes foram pessoas muito nobres de muita calidade e principaes escudeyros da villa do Crato e assim casarão e servirão os cargos mais nobres da dita vila como forão o licenciado João Ayres filho de Francisco Ayres e neto de Ayres Fernandes e primo cõ irmão de Braz Ayres que fazendo-se por ordem de El Rey de Castela officiaes de milicia na villa do Cratto o fizerão a elle capitão mor e o mesmo Rey lhe mandou que faltando ouvidor na Comarca tomace a vara, e hum e outro cargo exercitava; e Maria Alvres sua*

---

(') «*Um velho nobiliário do Alto Alentejo*», por Manuel Rosado Marques de Camões e Vasconcelos — Lisboa, 1935.

prima cõ irman hera mulher de Sebastião Dias, o Rico, e teve hua filha que casou com o Dezembargador Pedro Ferraz, e o licenciado Gonçalo Dias d'Abreu também seu filho, sobrinho de Braz Ayres, exercitava o cargo de Provizor e vigario geral e hera comisario do Santo Officio da cidade de Evora, e Catarina da Rosa prima cõ irmã de Braz Ayres foi a primeira mulher com quem casou Sebastião Dias de Abreu pay do Capitão mor Diogo Caldeira e todos os seus parentes que por esta parte tinha na villa do Cratto e erão peçoas nobres e das mais principais da dita vila e todos servião os cargos da republica mais nobres dela e Provedores da Santa Miziricordia e tanto assim que a mayor parte da fazenda que a dita Miziricordia hoje possue, os ditos seus parentes lha deyxaram.

He Sebastião Ayres Themudo, terceiro neto de Thomaz Affonço escrivão da Camara deste lugar o qual era homem muito nobre e dos principaes dele de quem nasceo Agostinho Thomaz outro sim escrivão da Camara deste lugar e bizavô do dito Sebastião Ayres o qual Agostinho Thomaz casou com Hironima Manhoa, de Amieyra, mulher muito principal e dellès nasceo Maria Thomaz que casou com Sebastião Ayres pelo que são avós daquelle dito Sebastião Ayres. E erão peçoas tão illustres que alem das muitas honrras que lhe fazião os reis e principes daquelles tempos tinham muitos parentes fidalgos por legitima geração e não se desprezavão de ser seus parentes, antes os buscavão e vinham pouzar com elles.

E por serem os sobreditos vassalos do sr. D. António e fidalgos de sua casa o seguirão como leaes, na sua aclamação e o dito Thomaz Cacheyro o acompanhou todo o tempo que viveu em Inglaterra; até que vindo ao depois escondido a Madrid lhe perdoou elrey de Castella a rogos de muitos principaes, dando-lhe a vila e Castello de Amieyra por prizão toda a vida como fez a muitos grandes fidalgos e senhores deste reyno que seguirão sua parcialidade fazendo delle a mesma estimação que dos mais.

Heram os ditos avós e antepaçados do dito Sebastião Ayres tão nobres e das casas dos Senhores Infantes Priores do Crato e tão estimados deles que logo quando se deu principio de jurisdição ao lugar de Gafete que ha mais de duzentos anos lhe fizeram mercê do officio de Escrivão».

Não era, pois, Tomaz Cacheiro o homem da plebe, como lhe chamou Camiló, nem o homem saído da canalha, no dizer de Seabra de Albuquerque, nem também o amigo da última hora, que, como diz Pinheiro Chagas, no momento apareceu para resolver o caso da passagem de D. António para o outro lado do Lima. Não era tam pouco, um homem do mar, como o suspeitou José Caldas. Ao contrário, criado de D. António, como já era, e criado na significação que o termo ao tempo tinha, êle era também dos seus mais antigos e leais servidores (<sup>1</sup>), do qual, independentemente do braço de armas que em Paris lhe conferira, D. António se lembrou também ao fazer, naquela cidade, em Julho de 1595, pouco tempo antes de morrer, o seu testamento, mandando-o incluir no rol dos criados

---

(<sup>1</sup>) Rocha Martins (*Legendas de Portugal*), no jornal *Diário de Notícias*, de Lisboa, de 1 de Janeiro de 1928 e seguintes, diz, referindo-se a D. António: «Ficara com minguada escolta montada e dez ou doze fidalgos, que seriam a sua derradeira guarda real. Eram êles... seus companheiros desde a primeira hora da luta e os criados Tomaz Cacheiro, um hércules simples, querendo ser o escravo voluntário do rei; outro servo, Mateus Bicudo... O itinerário do foragido devia ser... até defrontar o Lima, já caudaloso, nesse final de Outubro, em que o príncipe encontrava por único amparo os poucos braços da sua reduzida mesnada... Os braços robustíssimos de Tomaz Cacheiro tomaram o pretendente aos ombros e metendo-se na água, o servo começou a travessia sob a chuva rija, levando-o consigo... Foi numa casa dos arrabaldes de Viana que o Prior do Crato se acolheu com o seu criado». Nesta casa e nas outras por onde D. António teve de se refugiar, antes e depois, na sua vinda para o sul, o acompanhou sempre Tomaz Cacheiro. Passado o Lima, em barco, para se dirigirem ao convento das Beneditinas do Salvador, diz ainda Rocha Martins: «Caminhavam à frente como conhecedores do terreno, os dois fidalgos da região; seguia-os D. António, porque assim lho tinham pedido. Formavam a retaguarda Diogo Botelho e Tomaz Cacheiro».

Quanto à saída de D. António para França, onde desembarcou, em Calais, indo dali a Londres, para a França voltar, diz a «*História de Portugal*» da Portucalense Editora, de Barcelos, Vol. V, pág. 235, que o Prior, depois de andar escondido, numa vida errante e atribulada durante sete meses, após a retirada do Pôrto, em Outubro de 1580, só em Maio de 1581 conseguiu deixar occultamente o país e refugiar-se em França. — Porém, Rocha Martins, no *Dia Histórico*, do *Diário de Notícias* de 6 de Janeiro de 1937, diz que o embarque de D. António teve lugar em igual data de 1581. D. António embarcou em Setúbal.

que, tendo-o acompanhado de Portugal e a quem devia obrigações, o serviam desde antes de ser rei (1).

Não se sabe, porém, a data da morte de Tomaz Cacheiro, nem, mesmo, se êle acabaria os seus dias no castelo de Amieira, apenas se podendo apurar que vivia ainda à data do testamento de D. António, visto ter sido incluído no rol de que já falei, cujo térmo de encerramento, averbado pelo punho do próprio monarca, como diz o sr. dr. Júlio Dantas nos *Anais das Bibliotecas*, é o seguinte: «este he o treslado do rol que mãdei fazer a Manoel Fernandes meu tesoureiro moor, o qual tresladou o padre doutor frei Diogo Carlos por meu mädado em paris, a vinte de junho de mil e quinhêntos e novêta e cinco. Rey».

Quanto à sua vinda para Portugal, é de presumir que ela só tivesse lugar depois da morte de D. António, em Paris, a 20 de Agôsto de 1595, ainda no tempo do primeiro Filipe.

Aquele rol, dos «*Meus criados que me servirão antes de Rey*», consta de 96 nomes, dos quais o primeiro é Manoel de Miranda, cujo filho houve a alcaidaria mor do Crato, e deve ter sido feito para o cumprimento daquela parte do testamento que diz: «*Declaro que eu devo a algũs meus criadõs algũas tenças e moradias do tempo em que não era ainda Rey: mando que lhe seião todas pagas, ou a eles, ou a seus herdeiros: e sendo perdidos os liuros em ã se assentão os ditos pagam.<sup>tos</sup> com seu iuramento ou t.<sup>as</sup> bastantes se lhes daraa credito: sendo porem p.<sup>as</sup> de ã se tenha opinião, ã falarão verdade.*

---

(1) Êste rol vem publicado, em cópia do original, no vol. XI — n.º 43-44, dos «*Anais das Bibliotecas e Arquivos*». Nêle se escreve *qualheyro* em vez de Cacheiro. Será êrro de tipografia, ou defeito de leitura? — Na cópia de D. António Caetano de Sousa, nas *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, (Vol. II, pág. 553) escreve-se *qacheiro*. — Na mesma *História*, no «*Rol de Amigos*» que o Senhor D. António tinha em memória para lhe fazer mercê, vem indicado, quási no final, «*O Vigário da Mieira*» (pág. 564). — Êste vigário seria, provávelmente, o padre António Aires de Figueiredo, natural de Quintã (Sernache do Bomjardim) formado em cânones, que vivia em 1593. Tendo sido comissário do Santo Officio, foi vigário em Amieira e depois vigário geral do Crato e visitador do Priorado.

*E porq̃ neste testamento não posso fazer particular declaração de todas as diuidas que devo, e das obrigações que tenho a algũas p.<sup>as</sup>, que me tem servido, nem das satisfações que tenho feito, e quero se fação a outras, de que não posso ao presente ser lembrado, assi pelas m.<sup>tas</sup> occupaões que sempre tive nestas partes com gentes de diferentes nações: como tambẽ por auer passado m.<sup>to</sup> tempo, despoes que sahi de portugal, mando que toda a p.<sup>a</sup> que diante meus testamentr.<sup>os</sup> prouar bastantem.<sup>te</sup>, serlhe por algũa via destas obrigado, seia inteiram.<sup>te</sup> satisfeito e o mesmo se faraa aas p.<sup>as</sup>, cujos nomes se acharão escritos num Rol feito por Manoel fêz meu thesoureiro mor, o qual, ou o treslado delle, quero q̃ ande sempre junto a este meu testamento».*

Por tudo me parece ficar bem definida a personalidade de Tomaz Cacheiro e corrigidas as diferenças que a seu respeito se encontram nas varias referências que lhe têm sido feitas, através de narrativas da vida do infeliz pretendente ao trono de Portugal.

Ele foi um português incorruptível ao ouro castelhano, que tantas consciências e tantas influências comprou, e foi antes de tudo e acima de tudo, o amigo certo e constante, o símbolo de uma rara abnegação e de uma dedicação sem limites, postas à mercê da pessoa a quem servia, acompanhando-a sempre, com riscos da própria vida, nas horas de maior perigo e da maior adversidade e desventura.

Quem dera que todos os do seu tempo tivessem igual firmeza, só comparável à dos raros que levaram até ao fim o seu amor ao único homem que representava, então, a independência da Pátria!

Outro teria sido o nosso destino e Portugal não teria sofrido a ignomínia de sessenta anos de dominação estrangeira, porque D. António era, no dizer do linhagista Seabra de Albuquerque «*a última vergõntea dessa mui fértil árvore emanuelina, que, ainda que bastarda, era implantada no solo português e portuguesa a dinastia que dela brotasse*».

TUDE M. DE SOUSA

## ACHADOS ARQUEOLÓGICOS NO MONTE DE SANTO ANTÓNIO — Afife, Viana do Castelo

### Pedra esteliforme

**E**M Agôsto de 1930, tive informação de que no monte de Santo António, em Afife, apareceram «fornos de mouros». Por diligências de meu cunhado, Roberto Freitas, ali residente, foram-me entregues alguns objectos encontrados dentro de um dos «fornos», pelo que, reconhecendo a conveniência de imediata visita ao local, não demorei em vistoriá-lo miudamente.

O monte de Santo António resume-se em um pitoresco outeirinho, verdejante e pimpão, situado entre a linha férrea e a estrada nacional Pôrto-Melgaço. Dominando, porém, a larga veiga de Afife, desde a cortina verde-negra do pinhal da Gelfa, a Norte, até o mal esboçado cabo de Montedor, para o Sul, a pequenina eminência cresce de vulto; não há, pois, escandaloso exagêro em chamar-se-lhe monte, designação ali mais a preceito em culminâncias de mais avantajado arranque.

Na breve esplanada do alto, onde pujantíssimos penedos escapos à pólvora pedreira mostram sua superfície boleada e corroída de marmitas enormes e extravagantes, assenta a capela do Santo — ermida de fundação antiga, provàvelmente dos princípios do século XVII, como o faz acreditar a enormíssima grossura das

paredes, destinadas a suportar a pesada abóbada de berço. E da capela fica dito quanto vale a pena dizer, graças ao culto do gesso e da telha de Marselha, inesperado em sítio de granito magnífico e tradição de bons artistas canteiros.

Carinhoso nado em Afife, o sr. Tomás Pinto, pôs amorosas vistas naquele bonito miradoiro, donde o olhar abarca farto lanço de terra e mar. Vá de dispensar ao oiteirinho, com inteligência, cuidados de generosa bôlsa. Pouco a pouco, trepam-lhe nos flancos ruaduzinhos de acêso que, da estrada ali ao pé, hão-de guiar o visitante até aos balcões ajardinados, nos quais, ao conchêgo de soalheiros socalcos e arbustos odoríferos, colherá longos haustos de viração sadia e magníficas talhadas de beleza panorâmica.

\*  
\*       \*  
\*

Foi na vertente Sul, ao prepararem o terreno para um terraço, que os operários encarregados dêsse serviço descobriram uma construção circular, dentro da qual se encontravam os objectos que adiante descrevo. No dia em que visitei o local, da construção existia, apenas, uma pequena parte. Tratava-se de um trôço de parede circular, idêntica à das casinhas circulares dos castros e citânias. Os operários deram-lhe logo o nome de «forno». O resto de parede, que observei, e que ficou intacto por baixo de um lanço de escadaria, era feito de pequenas pedras, irregulares e dispostas sem ordem especial. Tanto se poderia atribuir a habitação castreja como a câmara mortuária do período final do neolítico ou início do eneolítico.

Mas não bastavam aquelas pedras dispostas com insuficiente característica, para se avaliar seguramente do destino da construção. A picareta, accionada por mão inocentemente ignorante, dispersou e deu sumiço na confusão dos atêrros a quaisquer outros indícios sôbre os quais se pudesse apoiar segura hipótese.

Salvou-se o espólio, não todo, pela certa, mas ainda assim bastante curioso.

Constituem-no quatro peças líticas, inteiramente diversas e cuja reunião no mesmo local de jazida é o que mais surpreende. Passo a descrevê-las:

1.<sup>a</sup> — É uma pedra esteliforme (Fig. 1), de simetria quasi perfeitamente radial. Tomaram um seixo e, a golpes de percutor, fizeram oito sulcos, os quais determinam oito pontas. Seis dos sulcos reünem-se ao centro da pedra, em ambas as faces (a não figurada na est.<sup>a</sup> é exactamente igual à que se observa); os dois restantes, que ficam opostos, não vão até o centro, pelo que, as duas cristas que formam as respectivas pontas se juntam em V. Neste sentido fica o eixo maior da pedra, de 109 milímetros, distância tomada entre os dois sulcos. As outras dimensões são: Eixo máximo, tomado entre pontas — 136 milímetros; eixo mínimo, entre pontas — 118 mil.; eixo mínimo, entre sulcos — 99 mil.; espessura, no centro — 52 mil.; pêsô — 1270 gramas.

Quando, pela primeira vez, pus a vista nesta pedra, acudiu-me logo a idea de que seria uma representação da estrêla-do-mar, ou do ouriço-do-mar, tam flagrante é a semelhança entre o conjunto das linhas gerais da pedra e o feitio daqueles animais marinhos.

O mar não dista dali mais de quilómetro e meio, actualmente, porque, no tempo em que viveu o homem que a afeiçoou, devia ter andado muito mais perto. Além disso, está-se verificando quanto a faina da pesca e da colheita de mariscos ocupava os habitantes pre-históricos da costa do Alto-Minho e da Galiza.

Não me parece, por conseguinte, audácia demasiada relacionar este curioso símbolo com qualquer dos supracitados animais marinhos. No entanto, não se poderá negar a sua muita identidade em relação a pedras já recolhidas e estudadas em Portugal, as quais vêm citadas no trecho do sr. dr. Mendes Correia, que a seguir reproduzo, pedindo me relevem tam extensa transcrição.(<sup>1</sup>)

---

(<sup>1</sup>) Vid. «*A Lusitânia pre-romana*», in «*História de Portugal*», Edição monumental, Barcelos, 1928, Vol. I, pág. 171 e gravuras a pág. 133 e 171.

«As condições topográficas (localização em dolmens ou perto dêles), a ausência de metal (apenas *algumas* covinhas fazem suspeitar que na sua factura teria intervindo um instrumento metálico não sendo, no entanto, sempre fácil, pelo simples aspecto, distinguir as covinhas e mesmo os traços feitos na pedra com metal, dos feitos com silex), os presumíveis ídolos femininos, os supostos símbolos solares, os cervídeos estilizados, as pedras com covinhas, relacionam o espólio arqueológico de Alvão com a cultura neo-eneolítica. Porém, segundo conscienciosas informações do rev. Brenha, os objectos não estavam enterrados no solo da câmara do dolmen de Carrazedo, mas apenas depositos sôbre o pavimento, ladrilhado de pequenas pedras, da referida câmara, envolvendo-os sômente alguma areia entrada pelos intervalos entre os esteios. Além disso, nem nas pinturas e gravuras parietais dos numerosos dolmens portugueses nem no mobiliário dêstes se encontrou até hoje qualquer coisa de análogo às inscrições alfabetiformes e mesmo a outras gravuras de Alvão.

«Há semelhanças entre as rudes esculturas animalistas da estação transmontana e algumas esculturas da idade do ferro, da arte indevidamente designada por *ibérica*. A escultura zoomórfica de Alvão, representada por Leite de Vasconcelos nas «Religiões da Lusitânia», sugeriu-me logo a idea da célebre porca de Murça. A arte de Alvão appareceria assim como antepassada da arte dita ibérica do nosso País, menos tósca do que aquella, embora ainda de-veras rude, como adiante veremos.

«Há também analogia profunda entre uns curiosos objectos de Alvão, que foram supostas figurações de ouriços do mar, ou de preferência símbolos solares, e um objecto do *castro* de Monte Redondo (Braga) da colecção de A. Belino, exposta no Museu Etnológico Português.

«O fragmento cerâmico de Alvão, com inscrição, que descrevi recentemente e cómoda mas inexactamente Dussand proclamou falso, porque êle apresenta alguns sinais glozelianos (já anteriormente tinham sido registadas afinidades entre Alvão e Glozel) êsse fragmento, repito, tem, a meu ver, pelas dimensões do vaso a que pertencia, pelo seu grau de cozedura, pelo seu aspecto, menos seme-

lhanças com a cerâmica dos dolmens e das grutas do que com a cerâmica mais grosseira dos castros.

«Por tôdas estas razões fui levado a supor que os dolmens de Alvão teriam sido construídos numa época anterior à correspondente ao curioso espólio e às inscrições, que, pelas afinidades neo-eneolíticas de alguns objectos já referidos e pelo carácter mais arcaico dos letreiros, não podiam, porém, sincronizar-se com a cultura castreja da idade do ferro, com as quais, entretanto, os factos que acabamos de mencionar permitem admitir as suas relações genealógicas. Os objectos de Alvão seriam assim duma data intermédia entre a época megalítica e a segunda idade do ferro, isto é, do período intercalar de que nos vínhamos ocupando neste capítulo».

A tal período pertencerá a pedra esteliforme de Afife; abundam a curta distância os castros e mamôas, e talvez no próprio outeiro onde a pedra foi encontrada existisse um castro, segundo se depreende da abundância de fragmentos cerâmicos por ali dispersos, se bem que a maioria dêles sejam de tégulas.

2.<sup>a</sup> — (Fig. 2, o segundo objecto a contar da direita). É uma placa de lousa, cinzento-azulada, da qualidade muito vulgar nesta parte da costa e de que é constituída grande porção da penedia batida pelas ondas. Na gravura, vê-se claramente o feitio. Tem dois orifícios bi-cónicos, bastante irregulares, parecendo que o trabalho foi feito não só por meio de movimento giratório do perfurador, fôsse lítico fôsse metálico, mas também por meio de percussões. Em ambos os orifícios e nas duas faces, a reintrância afunilada estende-se mais para um dos lados, assim como não mostram superfície pulida, mas sim rugosa.

O bordo inferior, rectilíneo, que conserva indícios de haver sido talhado em esquadria com os dois bordos laterais, assim como o bordo superior, curvilíneo, que era boleado, e ainda as duas faces desta peça foram primitivamente pulidas. No estado presente, bordos e faces mostram-se profundamente escalavradas, fazendo presumir que o objecto sofreu duros boléus, e talvez a acção de

alta temperatura, embora sem ter estado em contacto directo com o fogo.

Julgo tratar-se de objecto de adôrno, ou de um amuleto de trazer suspenso, porquanto não lhe vejo características para o collocar francamente na categoria das pedras de atar, ou na das diversas espécies de pesos.

Eis as dimensões: Comprimento — 150 milímetros; largura — 72 milímetros; espessura — 16 milímetros; pêso — 270 gramas.

3.<sup>a</sup> — (Fig. 2, o objecto da extrêma direita). É um pulidor, de feitio rectangular, com os tôpos um pouco arredondados. É semelhante a muitos encontrados em estações pre-históricas portuguezas, sobretudo no sul do País. Lembra uma pedra de afiar navalhas. Como o objecto precedente, mostra a superfície estalada em muitos pontos. Dimensões: Comprimento — 120 milímetros; largura — 39 mil.; espessura — 22 mil.; pêso — 235 gramas.

4.<sup>a</sup> — (Fig. 2, o objecto da extrêma esquerda). É um percutor de quartzite, ou seja um calhau rolado, de quartzite, que foi utilizado como percutor. Os percutores desta natureza são freqüentísimos nos castros, e mesmo às vezes se encontram dispersos. Possuo abundante colecção dêstes simplicísimos utensílios, que nenhuma atenção especial despertariam, se não foram os evidentes sinais de utilização.

\*

\*        \*

A associação dêstes quatro objectos, no mesmo monumento, viria indicar a contemporaneidade da pedra esteliforme com um instrumento de pedra pulida; mas seria preciso primeiro estabelecer a certeza de que a construção do monte de Santo António, o tal «forno dos mouros», estava em condições de permitir atestado de contemporaneidade. Isto é que se não pode fazer, visto que foi alvo de uma exploração ocasional, levada a efeito pela insciente mão de irresponsáveis pedreiros.

Para fecho desta notícia, torno à pedra esteliforme.

Bouza-Brey e Florentino Cuevillas (1) mostram-se inclinados à interpretação de muitas insculpturas rupestres e outros labores pre-históricos como sendo representações solares. Dizem: — «As representações solares ollan-se a fartura en toda a arte prehistórica, ben en forma de disco sinxelo ou radiante, de roda, de svastica, etc., e aínda cinguindo-nos á arte dolménica alcontraremonos con abastanza de figuras dista crás.

«Hainas na Península no dolmen de pranta circular e com falsa cúpula da Granja de Toñiñuelo (Badajoz) e na galeiría coberta, chamada «Cueva de Menga» e hainas na Bretaña francesa na tamén galeiría coberta da «Table des Marchands» (Locmariaquer) e na Irlanda, no dolmen de falsa cúpula de New-Grange, perto de Dublin.

«Do mesmo tipo que os da Granja de Toñiñuelo, ou sinxelizados en estrelas, son os soles que aparecen insculpturadas na Cañada de la Solana e na Cañada de Retortillo (Soria) e pintados em Canforros (Serra Morena) en dúas composicións de Fuencaliente, n-unha da Mestanza e n-outras dúas localizadas no Tajo de las Figuras (Cádiz) i-en Velez-Blanca (Almeria).

«Análogas representacións ollan-se en cerâmicas pertencentes case que de cote á especie campaniforme alcontradas na Cueva de la Mujer (Granada), nos Millares (Almeria), en Perales de Tajuña e nas Carolinas (Madrid).

«Na Galiza as figuras dista crás non son abondosas, e ata de agora non se tiñan sinalados outros eisemprares que os dous da Pedra de Samarugo (Villalba) que ofrecen a particularidade de presentar na parte inferior, unha raia vertical longal, como lle acontez á da Casota do Paramo, mas alcontranse en troques na nosa arte rupestre regular cantidade de círcos radiados que se paralelizam doadamente co aquel insculptura».

De Portugal, especialmente do Alto-Minho, podem-se, neste momento, citar os grupos de insculpturas rupestres de Lanhelas e

---

(1) Florentino Cuevillas e Bouza-Brey, «Prehistoria e Folklore da Barbantza» — Publicacións do Seminario de Estudos Galegos, Sección de Prehistoria — Cruña, 1927, pág. 29.

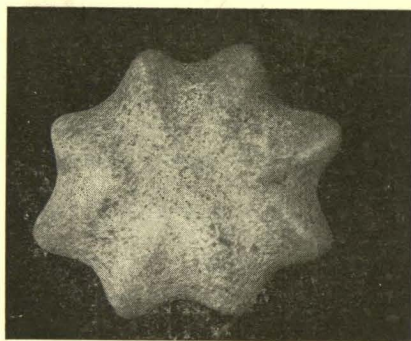
Carreço, respectivamente nos concelhos de Caminha e Viana do Castelo.

Conforme os desenhos apresentados no trabalho de Cuevillas e Bouza-Brey, as figuras rupestres que mais analogias mostram, no conjunto do desenho, com a pedra esteliforme de Afife são uma da «Cueva de Menga (Mergelina) e outra da «Pedra de Samarugo» (Murguía).

A douta Associação dos Arqueólogos Portugueses, oferece o espólio acima descrito, do monte de Santo António, de Afife.

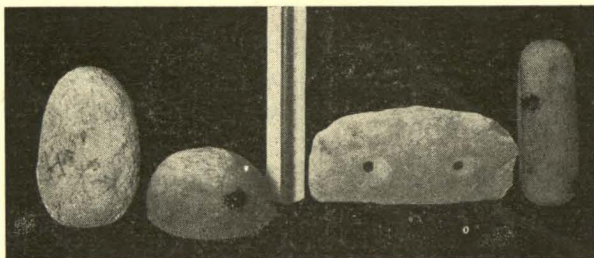
ABEL VIANA

Fig. 1



*Pedra esteliforme de Afife*

Fig. 2



*Amuleto (?), pulidor e percutor*

## APOCALIPSE DE LORVÃO

**C**ÓDICE iluminado do século XII depositado no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Armário dos Tratados). Tem 219 fólhos inumerados e está escrito em gótico primitivo a duas colunas, de 36 linhas cada uma. O pergaminho empregado é de má qualidade. O códice mede  $0,342 \times 0,245$ . A encadernação deve ser do século XVI se atendermos aos *ferros a sêco* que a ornamentam. O encadernador empregou como *guardas* 4 fólhas doutro manuscrito (2 de cada lado), estando o 1.º e 4.º colados às pastas da encadernação. Foi recolhido no Arquivo Nacional da Torre do Tombo por Alexandre Herculano, conforme consta da seguinte nota autógrafa aposta transversalmente no interior da capa:

«Comentário ao Apocalipse, pelo monge Beato de Liebana, de que existem várias cópias na Europa, feitas desde o IX até o XIII século. Esta é feita por um certo Egas em 1189 (*era 1227*), como se lê na subscrição. O valor dêste códice está principalmente nas suas bárbaras iluminuras, onde se encontram muitos espécimenes autênticos de trajos, alfaias, architectura do século XII, raros em Portugal. Obtive-o das freiras de Lor-

vão em 1853 para o fazer depositar no Arquivo da Tôrre do Tombo a que fica pertencendo. — A. *Herculano*».

No final do volume, fls. 219 v.º, encontra-se a subscrição do copista em caracteres vermelhos e pretos:

Jam liber est scriptus  
qui scripsit: sit benedictus — s.

ERA: M: CC: XXVII:

Ego egeas: qui hunc librum scripsi si in aliquibus  
a recto tramite exivi delinquencia indulgeat  
karitas que omnia superat. Amen —

A vermelho

*Jam liber est scriptus  
Qui scripsit sit benedictus...*

A preto

*Era MCCXXVII (era de Cristo de 1189). Ego egeas qui hunc  
librum scripsi si in aliquibus a recto tramite exivi deli-  
quenti indulgeat Karitas que omnia superat. Amen.*

que se pode traduzir por:

«Já o livro está escrito, o que o escreveu seja bemdito... Eu  
Egeas que êste livro escrevi, se nalgum ponto me afastei do

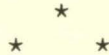
*caminho direito, que a caridade, que tudo supre, mo perdôe. Amen.»*

(Tradução do sr. dr. António Baião)

¿Seria o escriba Egas quem iluminou o Apocalipse de Lorvão?

O problema é insolúvel no estado dos nossos conhecimentos, embora certos indícios possam fazer inclinar a opinião para a afirmativa. Por exemplo: nas margens inferiores dos fls. 65 e 115 aparecem curiosos esboços de animais fantásticos e de figura humana cuja autoria pode ser atribuída ao próprio copista, tanto mais que a tinta empregada pelo *iluminador* parece ser a mesma de que usou o *escriba*.

Estes factos, todavia, não devem ser considerados concludentes.



O mosteiro de Lorvão foi fundado, segundo parece, no último quartel do século IX. Atravessou o período agitado do domínio muçulmano e cresceu em prosperidade quando da conquista de Coimbra por Fernando-o-Magno, rei de Castela, em 28 de Julho de 1064. Era um dos conventos mais importantes da região e foi notável centro de cultura nos primeiros séculos da nossa nacionalidade.

Pertenceu primeiro aos beneditinos e depois às monjas cistercienses, sendo a transferência originada pelo divórcio da infanta D. Teresa, filha de D. Sancho I, rei de Portugal, de seu marido Afonso IX, rei de Leão, com quem casara em 1191. O casamento foi declarado nulo pelo papa Celestino III, «por impedimento de consangüinidade, visto serem os esposos primos co-irmãos». D. Teresa houvera já um filho e duas filhas do feliz matrimónio; o marido estimava-a profundamente: nada disto prevaleceu contra a rigorosa lei. Após a separação, D. Teresa, que o papa Clemente XI beatificou em 1704 no reinado de D. Pedro II (foi canonizada por bula de 23 de Dezembro de 1705), resolveu acolher-se a um convento, optando pelo de Lorvão, o que deu azo ao despejo dos bene-

ditinos. Opuseram-se estes, mas, ameaçados por D. Sancho I de lhes mandar inquirir do modo de vida escandaloso que levavam, capitularam; D. Teresa tomou-lhes conta da casa e dos bens, entrando para a clausura em 24 de Dezembro de 1200. Os esbulhados tinham-se, entretanto, instalado no mosteiro de Pedroso, perto de Gaia. Alguns dêles, mais renitentes, tomaram o caminho de Roma a reclamar justiça ao papa, que era então Inocêncio III. É curiosa a sentença final do pleito: «que fôsem restituídos à posse do mosteiro por serem expulsos contra a ordem de direito, e que de novo se despedissem dêle, depois de restituídos, por constar *secundum allegata et probata* que o Mosteiro estava muito danificado no natural e espiritual, e pela renúnciação que fizeram».

D. Teresa foi condenada ao pagamento das custas do processo, vindo a falecer de avançada idade em 17 de Junho de 1250.

\*  
\*       \*  
\*

O Apocalipse de Lorvão foi, sem dúvida, bastante conhecido das freiras, pois não se guardava na *livraria* como peça de museu ou livro de piedade. Di-lo uma nota com letra do século XVI num espaço livre da curiosíssima iluminura de fls 17, cuja reprodução ilustra êste estudo. É do teor seguinte:

«quando êste apocalipse entra as matinas *ase* (sic) de começar aqui no refeitório.»

Pela nota transcrita vê-se que o Apocalipse de Lorvão entrava no turno das leituras religiosas que se faziam habitualmente nos refeitórios dos conventos à hora das comidas. Da convivência adviria o conhecimento das curiosas iluminuras do afamado livro. Ora todos recordarão nesta altura o vandalismo de que foi vítima a iluminura de fls. 64 descritiva das proesas de Jezabel (vidé Apocalipse de S. João, Cap. II, ¶¶ 20 a 24); vandalismo que consistiu na raspagem dos rostos dos dois cúmplices. Não se pode, todavia, concluir logo, atribuindo o atentado à indignação das monjas de Lor-

vão. De facto, os dois cúmplices figuram noutra cena contígua da mesma iluminura, onde apenas Jezabel sofreu a raspagem. Mas já neste último lance, anterior ao pecado, era ela, *a que se dizia profetisa, quem prégava e seduzia os servos de Jesus* (os cristãos) e os levava à prática do mal, *e a comerem das carnes sacrificadas aos ídolos* (et manducare de idolothytis). A tentadora era a representante do poder infernal, pertencia aos que conheciam as profundidades de Satanaz; e, por isso, só ela sofreu ali o castigo; o *servo*, o que ia ceder à tentação, ficou indemne. Por outro lado verifica-se que iguais mutilações foram infligidas ao Diabo, ou seus representantes, nas iluminuras de fls. 149 v.º, 186 e 201. Tudo isto pode fazer supor que se trata de preceito de ordem religiosa (pelo menos no início destas manifestações). Tal facto pode ser depois atribuível ao ódio de certos fanáticos, comprazendo-se, por exemplo, em espiçar os rostos dos judeus, como acontece na predela do *Calvário*, (o célebre quadro de Vasco Fernandes, exposto no Museu de Grão-Vasco, em Viseu) na parte que representa *Cristo ante Pilatos*. Seria então um acto de protesto individual, pois que no campo económico os judeus eram terríveis concorrentes da população cristã. Mais tarde o ódio das turbas deveria transferir-se para os representantes da fidalguia: vejam-se os atentados bem visíveis nos quadros de azulejos. O sentimento popular evolucionava: entrava-se nos tempos revolucionários do século XVIII.

O Apocalipse de Lorvão é uma das numerosas cópias existentes na Europa do *Comentário ao Apocalipse de S. João*, que em 784 (ou, segundo outros, em 786) escreveu o monje asturiano Beato de Liebana. O nome d'êste sacerdote ficou também registado na história da Igreja pela luta que travou — juntamente com o bispo Etério de Osma — contra o poderoso arcebispo Elipando de Toledo. Êste príncipe da Igreja (com o bispo Felix de Urgel) sustentava que Cristo não era filho natural de Deus, mas sim filho *adoptivo*. Daí se originou a heresia do *Adoptianismus* acêrca da qual Beato de Liebana escreveu duas obras que não deram maior fama ao seu autor. O renome universal adveio-lhe dos *Comentários ao Apocalipse* que correspondiam ao interêsse despertado entre os cristãos pela afamada questão do *milénarismo*. Multiplicaram-se, por isso,

as cópias da obra de Beato que se espalharam por Espanha e França, chegando também a Portugal. O grande e maior valor dessas cópias está no facto de terem a colaboração doutros tantos iluminadores, cuja obra serviu, como se verá, ao desenvolvimento da denominada arte gótica.

«*O Comentário do Beato de Liebana* é uma chamada *cadeia*, ou seja um trabalho que não nos dá interpretações pessoais do autor, mas simplesmente reproduz as dos autores anteriores (Ticónio, Apringio, Primásio, S. Irineu, S. Agostinho, S. Isidoro de Sevilha, S. Jerónimo).» Estas palavras do professor alemão dr. Wilhelm Neuss (na conferência de 13 de Agosto de 1929 da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra — curso de férias) mostram o pouco valor do trabalho de Beato, de que se conhecem 23 cópias e 3 fragmentos, que vão da primeira metade do X ao XIII século. Tôdas as cópias anteriores, bem como o original, desapareceram.

«O texto mais antigo — escreve o sr. dr. Júlio Dantas — encontra-se em Gerona. Escreveu-o um clérigo: *Senior presbiter scripsit*; iluminou-o uma mulher: *Ende pintrix et Dei adjutrix...*».

É evidente que a importância destes manuscritos há-de variar; o da Biblioteca de Toulouse (*ms. 815*) que pertenceu ao Mosteiro dos Agostinhos, é posterior à 1.<sup>a</sup> metade do século XIII e tem maior valor do que o Apocalipse de Lorvão.

Advirta-se, todavia, que o manuscrito de Toulouse não é cópia da obra do Beato de Liebana mas sim do próprio Apocalipse de S. João.

O prof. Neuss afirma que o códice S (de S. Sever, na Gasconha), «é, a-pesar-de ser mais recente do que vários outros manuscritos, o representante mais fiel da obra primitiva. Comparando um motivo através de todos os manuscritos existentes observamos que o códice S pode explicar tôdas as modificações que se encontram nos outros códices, quer sejam de ordem iconográfica, quer formal. Existia em Espanha, na arte cristã, uma tradição antiga helenística que, em cópias, vive até o século VIII. Foi de acôrdo com estas tradições que as iluminuras primitivas da obra de Beato foram concebidas». O autor afirma depois que a dissolução desta arte primitiva foi provocada por duas correntes: a *moçárabe* (oriental) vinda do

sul e que produziu a arte impròpriamente chamada visigótica e a *autoctone* (ibero-céltica), caracterizada pela simetria severa. A junção das duas correntes deu uma arte esquemática, antinaturalista. «A estes dois elementos veio juntar-se, no segundo período, a arte românica de Além-Pirineus que consegue, afinal, vencê-los».

Acontece mais que no nosso Apocalipse existe outra feição a distingui-lo extraordinariamente. Não é que neste manuscrito não se mostrem, por vezes, reminiscências helenísticas e moçárabes; é facto, porém, que se adotou nêle deliberadamente a tendência ibero-céltica para a simetria. Acontece ainda que o Apocalipse de Lorrvão mostra a particularidade do «regresso à pureza primitiva da arte descritiva, ainda mais pronunciada que nas artes plásticas irlandesas e nórdicas do século X. Dissolve as cenas de tal forma que as várias partes correspondentes, sem se ter em conta a sua posição na realidade, são colocadas simplesmente umas junto das outras, para dar, a quem contempla, testemunho da sua existência...».

Encontra-se bem expressivo exemplo dêste facto na conhecida cena da *Ceifa e Vindima* do Apocalipse de Lorrvão.

\*  
\*       \*  
\*

Tem bastante interêsse o estudo da influência do livro do Beato de Liebana na arte da escultura monumental do século XII. Fá-lo o professor e crítico de arte Émile Mâle na sua importantíssima obra *L'Art religieux du XII<sup>ème</sup> siècle en France*.

«A escultura monumental — diz êle — esquecida havia séculos, ressurgiu pouco antes do ano 1.100 no sul da França. Esta ressurreição é um dos fenómenos mais curiosos da História; a Humanidade encontra o segrêdo perdido e recomeça a sua marcha.»

O declínio da escultura não se deu porque o Cristianismo se lhe mostrasse hostil ou a Igreja a condenasse. A explicação é outra. O génio grego que materializara na estátua a beleza divina, fôra vencido no século v. Nascera na Mesopotâmia certa arte decorativa em que a escultura não tinha lugar. O Oriente ignorava-a e acabou por desaparecer dos monumentos porque a cristandade, sem relutância,

aceitou a nova moda. «Houve sempre no génio oriental qualquer coisa de abstracto, como uma fôrça que quer dominar a natureza; o Oriente não copia, estiliza; à realidade prefere os caprichos da sua imaginação». Na nova arte a estatuária, «viril por excelência», e que representa um pensamento, cedeu o passo ao mosaico, à pintura, à tapeçaria, com os quais se decoravam palácios e templos. Os cristãos extasiavam-se agora, de preferência, ante as riquezas inauditas das igrejas, ante as vestes preciosas dos sacerdotes...

«Compreende-se perfeitamente que os artistas formados em tal escola hajam esquecido por completo a arte da estatuária».

¿Como foi então que se produziu o ressurgimento da escultura monumental?

Aventou-se primeiro certa hipótese, aliás baseada em factos observados. Depois do século X o culto das relíquias fazia-se na França meridional por forma diferente das outras religiões. As relíquias, em-vez-de continuarem em cofres preciosos, começaram de ser colocadas no interior de estátuas de madeira revestidas de oiro, estátuas que representavam os próprios santos sentados em *atitude majestática*.

Não julga E. Mâle que tal inovação tivesse influído no ressurgimento da grande arte da escultura, porque, em verdade, esta não reapareceu pela estátua mas pelo baixo relêvo que em Moissac, no Augvergne, na Borgonha como na Provença, é apenas a transposição da miniatura.

«As esculturas de Moissac formam um dos conjuntos mais antigos da França. Estavam concluídas, provàvelmente, antes de findar o primeiro quartel do século XII. É nelas que podemos estudar o início da arte plástica. Ora estes baixos-relêvos assemelham-se frisantemente às miniaturas de certos manuscritos meridionais».

Um dos mais célebres manuscritos daquela época é o Apocalipse da Abadia de S. Sever — *Bib. Nac. de Paris — latinos n.º 8.878*.

Cópia, como já foi referido, da obra do Beato, é verosimil que tenha sido escrito e iluminado entre os anos de 1028 e 1072, no govêrno do abade Gregório. Como igualmente se informou, o livro do Beato não ficou aferrolhado em Espanha; as suas numerosas

cópias chegaram a França e a Portugal como se vê pelo Apocalipse de Lorvão. Parece até que em Alcobaça existiu outro exemplar. Sousa Viterbo — em quem se encontra a notícia — manda ler o que sôbre o caso escreveu fr. Fortunato de S. Boaventura na sua *História de Alcobaça* e nos seus *Comentários*.

«Não nos devemos admirar — diz E. Mâle — de ver a França do sul e a Espanha do sudoeste em tão estreitas relações porque havia já um século que a peregrinação a S. Tiago de Compostela franqueara a Espanha à França. Em 951 o bispo de Puy, Gotescale, que se dirigia a Compostela, parou no mosteiro de Abelda para mandar copiar um manuscrito. No século seguinte os grandes abades de Cluny entravam também em Espanha, erguendo os seus mosteiros nas estradas que as peregrinações seguiam: em S. Juan de la Peña, em Sahagun e Burgos.» Os cavaleiros, esforçados campeões da Igreja, apareciam na peugada dos peregrinos a alistar-se nas hostes que combatiam os mouros. Os livros, as obras de arte, as ideas, iam e vinham atravessando incessantemente as cumiadas dos Pirineus. A Portugal chegou o formidável movimento trazendo-nos gente grada, nobres e sacerdotes, architectos e iluminadores. Só na exígua província de Entre-Douro e Minho se contavam 118 mosteiros românicos, obra da poderosa Ordem de Cluny. Êste entrecruzar de influências várias estava destinado a produzir os mais surpreendentes resultados; a Portugal e Espanha deu a fôrça para vencer o inimigo que ocupava a Península, deu a arte — em tôdas as suas modalidades — para disciplinar os espiritos; à França levou alguns primores do estilo árabe e a curiosa obra do Beato de Liebana.

«Não se pode duvidar — escreve ainda Mâle — de que a abadia de Moissac possuiu um exemplar do *Apocalipse* do Beato, porque é a êsse códice que os escultores foram pedir alguns dos seus temas».

No admirável tímpano daquela abadia o escultor representou *Cristo em Majestade* rodeado dos quatro animais, símbolos dos Evangelistas; aos lados, como no friso que em baixo ocupa todo o espaço disponível, estão os 24 vélhos do Apocalipse, coroados, e sentados em tronos, empunhando taças e violas.

O autor compara os grupos esculturais de Moissac à miniatura de S. Sever e observa que à figura de Cristo falta o cetro com que no códice em referência se adorna. Mále, que não exclui a influência de outros iluminadores na ressurreição da escultura, não deixa, contudo, de acentuar a importância do livro do Beato no grande acontecimento.

★

★      ★

*AS ILUMINURAS* — Não há a menor dúvida em afirmar que o artista do Apocalipse de Lorvão, a-par da sua insignificância estética, primava pela exactidão com que sabia delinear os quadros pitorescos da vida social da época. Perfilha esta opinião o sr. dr. Júlio Dantas que escreveu no seu artigo dos *Anais das Bibliotecas e Arquivos*: «são — e êste é o ponto que mais nos interessa — tôdas as figuras e cenas da vida real que rodeavam o escriba, que a sua retina fixava, que a sua observação surpreendia, e que lhe serviam para representar, às vezes com um colorido fortemente naturalista, as visões mais sublimes e tenebrosas de S. João sôbre os destinos da Igreja cristã».

Para ilustrar êste estudo escolheram-se três iluminuras entre as mais representativas e interessantes. São elas: a de fls. 17 — *A Fornalha Ardente*; a de fls. 172 - v.º — *Ceifa e Vindima*; a de fls. 108 - v.º — *Os quatro cavaleiros do Apocalipse*.

Vão ser devidamente interpretadas e descritas, tomando como ponto de partida os trechos apocalípticos que se lhe referem.

Usou-se da liberdade de grifar no texto transcrito as partes que o iluminador focou — de preferência — no seu trabalho.

## I — A FORNALHA ARDENTE

(Estampa n.º 1)

Cap. I    ¶    9.º — Eu, João, vosso irmão, que tenho parte na tribulação, e no reino e na paciência em Jesus

Cristo, estive em uma ilha que se chama Patmos, por causa da palavra de Deus e pelo testemunho de Jesus.

- ¶ 10.º — Eu fui arrebatado em espírito um dia de domingo, e ouvi por detrás de mim uma grande voz como de trombeta,
- ¶ 11.º — Que dizia: O que vês, escreve-o em um livro, e envia-o às sete igrejas que há na Ásia: a *Éfeso*, e a *Smirna*, e a *Pergamo*, e a *Tiatira*, e a *Sardes*, e a *Filadélfia*, e a *Laodicéa*.
- ¶ 12.º — E me voltei para ver a voz que falava comigo, e, assim voltado, vi *sete candieiros de oiro*.
- ¶ 13.º — E no meio dos sete candieiros de oiro *a um, semelhante ao Filho do homem, vestido duma roupa talar, e cingida pelos peitos com uma cinta de oiro;*
- ¶ 14.º — *A sua cabeça, porém, e os seus cabelos eram brancos como a lã branca, e como a neve, e os seus olhos pareciam uma como chama de fogo.*
- ¶ 15.º — *E os seus pés eram semelhantes ao latão fino quando está numa fornalha ardente, e a sua voz igualava o estrondo das grandes águas;*
- ¶ 16.º — *E tinha na sua direita sete estrêlas, e saía da sua bôca uma espada aguda de dois fios, e o seu rosto resplandecia como o sol na sua fôrça.*
- ¶ 17.º — Logo que eu o vi, caí ante seus pés como morto. Porém êle pôs a sua mão direita sôbre mim, dizendo: Não temas; eu sou o primeiro e o último,
- ¶ 18.º — E o que vivo e fui morto, mas eis aqui estou eu vivo por séculos dos séculos, e *tenho as chaves da morte e do inferno.*
- ¶ 19.º — Escreve, pois, as coisas que viste, e as que são, e as que têm de succeder, ao depois destas.
- ¶ 20.º — Eis aqui o mistério das *sete estrêlas que tu*

*viste na minha mão direita, e dos sete candieiros de ouro; as sete estrêlas são os sete anjos das sete igrejas, e os sete candieiros são as sete igrejas.*

A interpretação da iluminura de fls. 17 é fácil se se leram com atenção os versículos transcritos.

S. João Evangelista, o discípulo querido de Jesus, escreveu o Apocalipse na ilha de Patmos. Segundo referem S. Jerónimo e S. Eusébio, apoiando-se em S. Irineu, o Evangelista foi desterrado para ali no reinado do imperador Domiciano. Falecido êste em 96 D. C., S. João voltou para Éfeso onde viveu o resto dos seus dias. O destêrro deu-se em 94 e calcula-se que o Apocalipse foi escrito em fins do ano de 95.

S. João refere-se à ida para Patmos dizendo que esteve nesta ilha para ouvir as revelações de Deus e o testemunho de Jesus a respeito dessas revelações. Não explica, contudo, as causas do destêrro. Tiago de Voragine, na sua *Legenda Dourada*, diz-nos: «O apóstolo e evangelista João, após a descida do Espírito Santo quando os apóstolos se separaram, dirigiu-se à Ásia onde fundou numerosas igrejas. O imperador Domiciano, tendo conhecimento da fama de João, chamou-o a Roma e mandou-o mergulhar numa caldeira cheia de azeite a ferver, da qual o santo saiu são e salvo, tal como escapara também à corrupção dos sentidos. Vendo isto o imperador exilou-o para Patmos, onde, vivendo solitário, escreveu o Apocalipse.»

No *Flos Sanctorum* lê-se idêntica versão.

Patmos pertence à Turquia da Ásia e fica a 48 quilómetros da costa da Anatólia, fazendo parte do grupo das Espóradas. Ainda hoje lá se mostra ao viajante a gruta onde — segundo a tradição — o apóstolo recebeu as misteriosas revelações. Está incluída no recinto duma capela consagrada a Santa Ana. Em certo ponto da abóbada existe uma fenda triangular pela qual S. João teria recebido as célebres visões que descreve no Apocalipse.

A iluminura de fls. 17 do Apocalipse de Lorvão está dividida em 3 partes formando outros tantos quadros; na 1.<sup>a</sup>, à esquerda, do-

minando tôda a curiosa cena, Jesus Cristo aparece coroado pelo nimbo crucífero. À sua mão direita vêem-se as *sete estrêlas* e os *sete candieiros de ouro* representando os *anjos ou bispos das 7 igrejas e as próprias igrejas*. Do lado direito de quem olha a iluminura, à altura do rosto da divina personagem, está o *sol resplandecente* toscamente debuxado. O desenhador, na impossibilidade de nos mostrar o rosto fulgurante de Jesus, limitou-se a colocar-lhe ao lado uma estrêla de sete raios simbolizando o Astro-Rei. Da bôca de Cristo sai *a espada de dois gumes*, que é, segundo o parecer do abade dr. Drach, o símbolo do poder de Cristo e da sua vitória final sôbre o inimigo da fé. Com a mão esquerda Jesus segura *a chave da morte e do inferno*. Entrando-se na 2.<sup>a</sup> parte, dêsse mesmo lado, encontram-se os réprobos numa *fornalha ardente* (ou *vulcão*, como quere o dr. Neuss). Abaixo da porta do *Inferno* (palavra reproduzida na iluminura), dentro dum rectângulo que é a sua representação, nus, mergulhados num rio de fogo, envoltos em chamas, os condenados às penas eternas sofrem sem que os seus rostos revelem dor, como não mostrarão alegria os eleitos que gozam as delicias do Paraíso.

A cúpula da *fornalha ardente* (que a pouca habilidade do iluminador representou como um montículo assente sôbre um dos lados da morada de Satanás) sobrepuja o rectângulo referido. Tudo isto não é mais do que uma infantil representação daquela «*citá dolente*» que o genial Dante descreveria duzentos anos mais tarde.

Um pouco acima desta cena encontra-se a curiosíssima nota autógrafa, a que já se fêz referência.

quando do este apocalipse  
é tra o ma tinda  
ose de comecar  
a qui no refet  
rio

Na 3.<sup>a</sup> parte da iluminura corre uma arcada românica simbolizando cada um dos vãos uma das 7 igrejas da Ásia. Em todos se ergue um altar com sua toalha. Do arco correspondente à igreja de Tiatira pende uma lâmpada que vem, assim, a ficar no centro da composição.

## II — A CEIFA E VINDIMA

(Estampa n.º 2)

- Cap. XIV ¶ 14.º — *E tornei a olhar e eis que vi uma nuvem branca: E um assentado sôbre a nuvem, que se parecia com o Filho do homem, o qual tinha na sua cabeça uma coroa de oiro e na sua mão uma foice aguda.*
- ¶ 15.º — *E outro anjo saiu do templo, gritando em alta voz para o que estava assentado sôbre a nuvem: Mete a tua foice, e sega, porque é chegada a hora de segar, pois a seara da terra está madura.*
- ¶ 16.º — *Então o que estava assentado sôbre a nuvem, meteu a sua foice à terra e a terra foi segada.*
- ¶ 17.º — *E outro anjo saiu do templo que há no céu, tendo também êle mesmo uma aguda foice.*
- ¶ 18.º — *Saiu mais do altar outro anjo que tinha poder sôbre o fogo; E êste em alta voz gritou para o que tinha a foice aguda, dizendo: Mete a tua foice aguda e vindima os cachos da vinha da terra, porque as suas uvas estão maduras.*
- ¶ 19.º — *E meteu o anjo a sua foice aguda à terra e vindimou a vinha da terra, e lançou a vindima no grande lagar da ira de Deus;*
- ¶ 20.º — *E o lagar foi pisado fora da cidade, e o*

*sangue, que saiu do lagar, subiu até chegar  
aos freios dos cavalos, por espaço de mil  
e seiscentos estádios.*

Examinando a iluminura com cuidado, conclue-se que ao artista pouco preocupou a lição do Apocalipse e a encarou, especialmente, pelo lado descritivo.

Nota-se primeiro nesta iluminura que as figuras estão dispostas simetricamente apresentando «mesmo quando o corpo está de perfil — escreve o sr. dr. Júlio Dantas — a face constantemente voltada para a frente: é a confirmação da lei da frontalidade, que se verifica em tôdas as formas infantis da reprodução da figura humana».

A cena divide-se (como a iluminura anteriormente descrita) em 3 partes:

Ao alto encontra-se o Filho do homem (*Jesus Cristo*) com a foice aguda na mão esquerda. Acaba de *ceifar* dois réprobos condenados ao Inferno, prostrando-os no solo. Ao tentar representá-los caídos de costas com a cabeça voltada para o observador, o iluminador apenas conseguiu que êles pareçam fazer equilibrio de cabeça para baixo. Ladeando as vítimas mostram-se dois anjos, não a protejê-las mas a indicá-las ao castigo. Jesus não tem a coroa de oiro na cabeça mas sim o nimbo crucífero encimado pelo sol e pela lua em conjunção. Da nuvem branca não há vestígios.

Aos pés das personagens, separando esta cena da representação da vindima, correm sete arcos românicos simbolizando as Igrejas já tantas vezes referidas. Num dos arcos (o 5.º a contar da esquerda) aparece um anjo a interpelar Jesus.

Em baixo deparam-se as cenas tão curiosas da ceifa, vindima e lagaragem «verdadeiramente interessantes para o estudo da agricultura em Portugal no século XII». E o sr. dr. Júlio Dantas segue descrevendo: «Um segador, armado de foice moirisca, encapuzado dum grande sombreiro de palha, ceifa um campo de trigo... Três camponeses vindimam uma parreira em atitudes dionisiacas, os saios grosseiros de Chardes flutuando ao vento, as podoas lampejando na mão os cabazes cheios de uva; ao lado, no lagar, dois homens, nus até à cintura, fazem a pisagem da uva vindimada, um

calcando-a aos pés, outro esmagando-a num engenho que nos mostra o grau de perfeição a que tinham chegado, no século XII, as máquinas de lagaragem. Esta página, conjugada com as iluminuras do *Missal Antigo de Lorvão* (séc. XIV), especialmente as referentes a Junho, Julho, Setembro, Outubro e Novembro, dá-nos a impressão, quanto possível perfeita, da vida rural portuguesa da Idade Média».

O sr. dr. Júlio Dantas não esgotou o assunto, certamente por lhe faltar o espaço; deixou sem referência o caso do *cavalo branco*.

Conforme diz o Evangelista, no capítulo XIV, v. 20.º da sua obra, o sangue que saiu do *lagar da ira de Deus* (isto é *infernal*) «*subiu até chegar aos freios dos cavalos*». Era forçoso aludir ao pormenor da visão do Apóstolo. O iluminador não teve dúvidas. Havia um único espaço disponível no quadro e aí colocou o cavalo branco, ainda indemne do contacto maldito do sangue em que se convertera a vinha da terra. Um amigo do autor desta notícia lembra que o cavalo junto à *ceifa* poderia também simbolizar a *debulha* que ainda hoje é feita a casco de cavalo.

Escorre pelo esteio da latada um fio encarnado. O chapéu do ceifeiro, os cabazes da recolha dos cachos de uva estão listados de vermelho. ¿Quererão aludir estes pequenos pormenores ao referido sangue maldito «*tanto que chegará aos freios dos cavalos*»? Ou serão tais traços empregados para realçar a cena? É também admissível esta hipótese.

Cingindo-se mais à representação teológica, o iluminador do Apocalipse da Biblioteca de Toulouse (Ms. 815 — Séc. XIII) representou por 2 diabos os pisadores dos frutos do lagar.

### III — OS QUATRO CAVALEIROS DO APOCALIPSE

(Estampa n.º 3)

Cap. VI — v. 1 a 5, 7 e 8 do Apocalipse de S. João:

v. 1.º — E vi que o *Cordeiro* abriu um dos sete sêlos, e ouvi que um dos *quatro animais* dizia, como em voz de trovão: Vem e vê.

- ¶ 2.º — E olhei; E vi *um cavalo branco* e o que estava montado sôbre êle tinha *um arco*, e lhe foi dada *uma corôa* e saiu vitorioso para vencer.
- ¶ 3.º — E como *êle tivesse* aberto o segundo sêlo, ouvi o 2.º animal que dizia: Vem e vê.
- ¶ 4.º — E saiu outro *cavalo vermelho*: E foi dado poder ao que estava montado sôbre êle para que tirasse a paz de cima da terra, e que se matassem uns aos outros, e foi-lhe dada *uma grande espada*.
- ¶ 5.º — E quando *êle* abriu o 3.º sêlo, ouvi o 3.º animal que dizia: Vem e vê. E apareceu *um cavalo negro* e o que estava montado sôbre êle tinha na sua mão *uma balança*.

... ..

- ¶ 7.º — E quando *êle* abriu o 4.º sêlo, ouvi a voz do 4.º animal que dizia: Vem e vê.
- ¶ 8.º — E apareceu *um cavalo amarelo* e o que estava montado sôbre êle *tinha por nome Morte*, e seguia-o o *Inferno*, e foi-lhe dado poder sôbre as quatro partes da Terra, para matar à espada, à fome e pela mortandade e pelas alimárias da terra.

Para compreender esta visão do Apóstolo é necessário ler os precedentes capítulos 4.º e 5.º que por brevidade se suprimem.

O *Cordeiro* (Jesus Cristo) *como morto, estava em pé e tinha sete cornos e sete olhos*, — *que são os sete espíritos de Deus, mandados por tôda a terra* (isto é, o *poder* e a *ciência* de tôdas as coisas); e foi julgado o único digno de abrir e desatar *os sete sêlos* dum livro escrito por fora e por dentro (o *volumen* dos antigos), que o Evangelista viu à direita de *um* (*Deus* na sua tríplice personalidade) que estava sentado num trono do céu. O livro é simbólico, na opinião do abade Drach e significa, que tudo quanto acontece no Mundo está previsto, definido e coordenado pela sabedoria, poder e providência de Deus. Os 7 sêlos significam que só Deus conhece o futuro

e dêle informa a quem lhe apraz. Em volta do trono estão os 4 animais (os 4 evangelistas) e os 24 anciãos (12 profetas do Vêlho Testamento e 12 discípulos de Jesus). É nesta assembleia mística, entre cânticos e hinos, que se decide escolher o *Cordeiro* para quebrar os 7 selos do Livro.

Quebrados — uns após outros — os primeiros 4 selos pelo *Cordeiro* (*Jesus Cristo*), eis que aparecem os 4 cavaleiros, a saber: o do cavalo branco (*equus albus*); o do cavalo vermelho (*equus rufus*); o do cavalo negro (*equus niger*); o do cavalo amarelo (*equus pallidus*). (Veja-se «Uma página do Apocalipse de Lorvão», estampa a côres da «Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira», 2.º vol., pág. 968). Verificar-se-á que o nosso artista alterou a ordem do aparecimento dos cavaleiros e seus corcéis, facto que parece não ter sido ainda assinalado.

O 1.º cavaleiro, coroadado, *empunha um arco*: representa, segundo a opinião do abade Drach, não Jesus Cristo ou o Imperador Domiciano — como querem muitos exegetas —, mas todos os imperadores e reis que foram perseguidores da Igreja e dos Cristãos. Os 2.º, 3.º e 4.º cavaleiros simbolizam respectivamente a *Guerra*, a *Fome* e a *Peste*. Advirta-se que o cavaleiro do cavalo negro que é portador da *balança*, não representa a *Justiça*, como já se afirmou: neste caso *balança* é símbolo de *Fome*. Bem se lembra o Povo de que a *Fome é negra*, alusão evidente ao *Equus niger* do Apocalipse. O illustre exegeta que citamos, chama a atenção neste caso para o que se lê no *Levítico*, xxvi, 26 e em *Ezequiel*, iv, 16.

Note-se ainda que o artista do nosso Apocalipse alterou na iluminura o armamento que competia ao cavaleiro do cavalo vermelho (*equus rufus*), substituindo a *grande espada* (et *datum est ei gladius magnus*) por uma cruz procissional bisantina ladeada pelo Alfa e Ómega em obediência ao v.º 8.º do cap. I do Apocalipse (*Ego sum Alpha et Omega, principium et finis, dicit Dominus Deus, qui est, et qui erat, et qui venturus est, omnipotens*). Chamou a atenção para êste pormenor o sr. dr. Júlio Dantas, afirmando que tal emblema não está em acôrdo com o texto sagrado.

A cavalgada que irrompe agora, é o anúncio dos flagelos que vão cair sôbre a Terra precedendo o Juízo Final, horrores de que só

se livrarão os justos, os que não negaram Deus e seu Filho. Os réprobos, os pecadores, terão o seu destino marcado. Já o dissera Gil Vicente no *Auto da Barca do Inferno*.

O artista de Lorvão *narrou* frouxamente o seu tema; os cavalos mal avançam; o cavalo negro está, até, parado.

Alguns séculos mais tarde, o genial Albrecht Durer dar-nos-á um quadro formidável de tragédia ao tratar idêntico assunto no seu Apocalipse representado por 16 gravuras em madeira.

Nada pode descrever o pavor que irradia do macabro tropel dos 4 cavaleiros a cortarem diagonalmente a célebre estampa de Durer. Seguidos do *Inferno* os quatro flagelos precipitam-se sôbre a multidão espesinhando-a, chacinando-a. Caem mulheres, padres, ricos e miseráveis. Não há quartel na alucinante investida: os pestíferos, os famintos, os trespassados pelo gládio ou pela seta, ficam esmagados sob os cascos dos ginetes que galopam desenfreadamente.

Nada disto *conta* o nosso desenhador. O seu quadro não possui a trágica grandeza da estampa do grande mestre da Renascença. Mas o obscuro artista medieval que hoje dorme o último sono em qualquer recanto ignorado, deu-nos na sua iluminura coisa bem mais preciosa: uma cena cheia de naturalidade, o exemplar único do aspecto dos homens de armas que ajudaram Afonso Henriques e Sancho I a dilatar «a fé e o império».

Os cavalos caricatos do pobre Egas com «suas selas mouriscas «de bafordo» com peitoral ornado e abrochado de metais», têm muito maior valor para a Arqueologia e para a História do que os corcéis estranhos, de aspecto caprino e olhar humano, do magistral autor do «Apocalipsis cū figuris». Isso, e a lembrança da época em que viveu, absolvem dos seus êrros o humilde artista laurbanense. É o bastante para que o nosso sorriso de ironia se trasmude em ternura ao ler a súplica final:

«Que a caridade que tudo supre mo perdôe»

J. CARDOSO GONÇALVES

## ALGUMAS OBRAS CONSULTADAS

- Bíblia Sagrada* — tradução do P.<sup>o</sup> António Pereira de Figueiredo;  
*Calígrafos e Iluminadores Portugueses* — Sousa Viterbo (Coimbra, 1916);  
*História Cronológica e Crítica da Real Abadia de Alcobaça...* Fr. Fortunato de S. Boaventura (Lisboa, 1827);  
*Flos Sanctorum* — P.<sup>o</sup> José António da Conceição Vieira (Lisboa, 1869);  
*Os Manuscritos Iluminados* (Série de artigos publicados na revista «O Ocidente», por João M. Esteves Pereira);  
*O Comentário ao Apocalipse de Lorrão e suas Iluminações* (resumo de conferência), pelo dr. Wilhelm Neuss (Coimbra, 1929);  
*S. Pedro de Rates* — Dr. Manuel Monteiro (Pôrto, 1908);  
*Anais das Bibliotecas e Arquivos* — N.<sup>o</sup> 3 - 1.<sup>o</sup> vol. (Estudo do sr. dr. Júlio Dantas: *Iluminação Proto-Mudejar Portuguesa — O Apocalipse de Lorrão*) Julho/Setembro de 1920);  
*O Arquivo da Torre do Tombo* — Pedro de Azevedo e dr. António Baião (Lisboa, 1905);  
*As Freiras de Lorrão* — T. Lino da Assunção (Coimbra, 1899);  
*História da Literatura Portuguesa Ilustrada* — dirigida por A. Forjaz de Sampaio (Lisboa, s/d);  
*Portugal* — Dicionário histórico, etc;  
*Arte Portuguesa* — Revista ilustrada de arqueologia e arte, dirigida por Gabriel Pereira, Ano I (1895), n.<sup>o</sup> 6;  
*Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola* — Augusto Filipe Simões (Lisboa, 1882);  
*Rainhas de Portugal* — Francisco da Fonseca Benevides (Lisboa, 1878);  
*Memórias das Rainhas de Portugal* — Frederico Francisco de La Fignière;  
*Elucidário, etc.* — Joaquim de Santa Rosa de Viterbo (Lisboa, 1778);  
*Museu Regional de Grão Vasco, de Vizeu* — Francisco de Almeida Moreira (Viseu, 1934);  
*Les Principaux Manuscrits et Peintures Conservés en Portugal* — Estudo publicado pelo sr. dr. Reinaldo dos Santos no n.<sup>o</sup> 14 do *Bulletin de la Société Française de Reproduction de Manuscrits et Peintures* — Paris, 1932 (separata);  
*Les Quatre Évangélistes* — Henry Martin (Paris, 1927);  
*La Légende Dorée* — Jacques de Voragine;  
*L'Apocalypse de Saint Jean* — Introduction critique et commentaires par M. l'Abbé Bayle, etc. (Paris, 1928);  
*Les Trésors des Bibliothèques de France* — Estudo sobre *L'Apocalypse du couvent des Augustins à la Bibliothèque de Toulouse*, por A. Auriol, no 2.<sup>o</sup> tomo (Paris, 1929);  
*Albert Durer* — Maurice Hamel (Collection «Les Maîtres d'Art»);

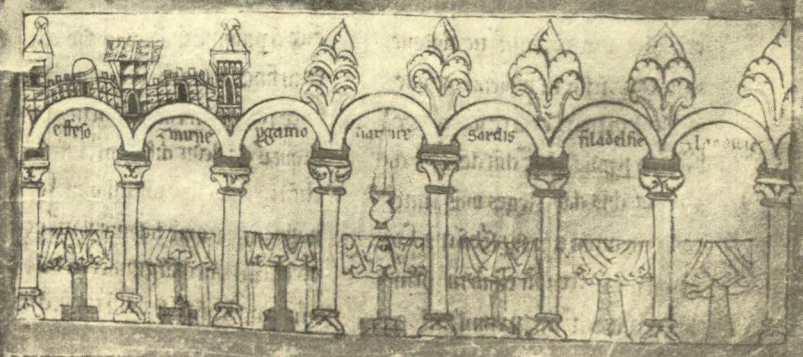
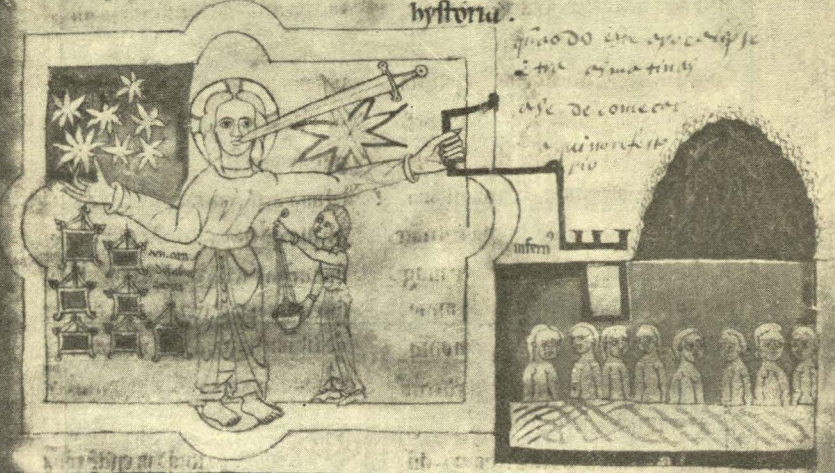
*L'Architecture Romane* — Eduard Corroyer;  
*Art et Artistes du Moyen Âge* — Emile Mâle;  
*L'Art Religieux du XII<sup>ème</sup> Siècle en France* — Emile Mâle (Paris, 1924);  
*Manuscritos con Pinturas* — Jesus Dominguez Bordona (Madrid 1935);  
*Exposicion de Códices Miniados Españoles* — Catálogo por J. Dominguez  
Bordona (Madrid, 1929);  
*O Mosteiro de Lorvão na reconquista cristã* — Rui de Azevedo (Lis-  
boa, 1933);  
*Portugal Renascido* — Frei Manuel da Rocha (Lisboa, 1730);  
*Os Mosteiros de Lorvão e de Santa Clara e o Templo da Sé Vélha* — Bis-  
pado de Coimbra (Coimbra, 1893).  
*Elipando y San Beato de Liebana* — Federico Sainz de Robles (Ma-  
drid, s/d).  
ETC.

NOTA:

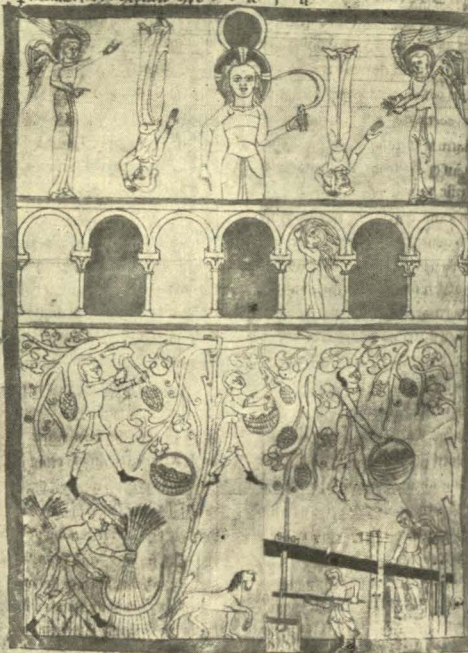
As três gravuras finais foram publicadas na *Grande Enciclopédia Portu-  
guesa e Brasileira*, cuja Direcção amavelmente no-las emprestou para ilustrar  
êste trabalho.

ante pedes ei tanq̄m mortuus.  
 et posuit dextram suam sup me  
 dīs. Noli timere. Ego sum p̄m̄  
 et nouissimus. et fui mortuus  
 et ecce sum uiuens in sc̄la seloz.  
 Et habeo claus mortis et infoz.  
 Sc̄de ḡ que uidisti. et que sunt.

et que oportet fieri post hec.  
 Misterium septem stellaz quas  
 uidisti in dextā mea. et septē  
 candelabra aurea. Septem  
 stelle. septem angeli sunt septē  
 rectoraz. Et candelabra septem.  
 septem eccle sunt. Explicit  
 hystoria.



undemaur unet de se micti torular ne di. illud magni. ce oclara  
e torular ce amant. legent langus de torulari. usq ad fieno equoz  
p stia. T. de. Capite hys e o r j a



num ex .iiii. animalib' d'ois sic'uo  
 oem thonitru. Veni et uide. Et ce  
 ce equus albus. et qui sedebat sup  
 cum: habens arcum. et data e' ei  
 corona et cetera uictus ut uincat.  
 Et cum apuisti: sigillum scdm: au  
 dui scdm animal d'ois. Veni et  
 uide. Et cetera alius equus rufus: et  
 sedebat sup cum: datus ei tollere  
 pacem de tra: et ut inuice se occi  
 derent. et datus e' ei gladius mag  
 nus. Et cum apuisti: ceterum sigilla:  
 audui ceterum animal d'ois. Veni  
 et uide. Et ecce equus niger. et qui  
 sedebat sup cum habebat in ma  
 nu sua scutum. Et audui uocem  
 de medio .iiii. animalu' d'ic'ru.  
 Balibris t'ra demano. Et t'ris bi  
 libris orda demano. Veni et oleu'  
 ne testat. Et cu' apuisti: quartu' sigil  
 lum: audui q'ru animal d'ois.  
 Veni et uide. Et ecce equus pallidus  
 et qui sedebat sup cum: n' erat il  
 li mors. Et inferu' sequebat' cum: et  
 data e' ei potestas sup q'ram par  
 te' t're et in d'ic' gladio. f'ame ce mo  
 ce: et bestis t're. sicut ystoria m.



## II CONGRESSO INTERNACIONAL DAS CIÊNCIAS PRE-HISTÓRICAS E PROTO-HISTÓRICAS—(OSLO, 1936)

**D**E 3 a 9 de Agosto dêste ano (1) realizou-se na capital da Noruega o 2.º Congresso Internacional das Ciências Pre-históricas e Proto-históricas a que tive a honra de assistir como bolsheiro do Instituto para a Alta Cultura.

É de todos conhecido o renome internacional dêste Congresso, hoje o mais importante no seu género. Se o primeiro desta série, que teve lugar em Londres em 1932, marcou pelo seu elevado nível científico, o dêste ano, no dizer de pessoas que aos dois assistiram, não lhe ficou atrás.

É certo que as guerras da Itália e da Espanha não permitiram a vinda dos cientistas dêstes dois países. Apenas tivemos a comparencia do prof. Obermaier que se encontrava na Europa Central quando do comêço da luta no país vizinho.

A Alemanha, por dificuldades de aquisição de divisas estrangeiras tinha a sua delegação bastante diminuída. A U. R. S. S. não compareceu.

---

(1) 1936.

A-pesar-de tudo estavam representadas quarenta nações, e dos congressistas inscritos, mais de 550, cêrca de 300 encontravam-se presentes.

A organização do Congresso era verdadeiramente modelar. Cada membro tinha separadamente tudo o que lhe dizia respeito. Além do emblema era-lhe distribuído um número de ordem que se ostentava na lapela. Um índice com o número, nome e país, permitia uma fácil identificação.

Havia secções de câmbio, correios e telégrafos, e excursões a realizar. Uma sala de leitura e correspondência tinha à nossa disposição, além dos mais importantes diários europeus uma bela exposição bibliográfica de arqueologia norueguesa. Uma secção dos caminhos de ferro dava tôdas as indicações turísticas, e vendia os bilhetes necessários em colaboração com os «Wagons-Lits».

Para informações sôbre assuntos pròpriamente do Congresso havia na secretaria duas equipas de uma dúzia de raparigas cada, gentis alunas da Universidade de Oslo que, falando o inglês, alemão e francês, eram excelentes e solícitas intérpretes. Trabalhava uma das 9<sup>h</sup> às 12<sup>h</sup>,30 e outra das 12<sup>h</sup>,30 às 16<sup>h</sup>.

Às 13 horas exactas do dia 3 realizou-se a abertura solene do Congresso, num dos salões da Universidade denominado «Aula», com belas pinturas murais, destinado a conferências e concertos.

Presidiu Sua Majestade o Rei Haakon VII que se fazia acompanhar pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros. Sendo a Noruega um país de govêrno socialista e costumes simples, não havia fardas brilhantes, condecorações refulgentes ou vestes doutorais.

Começou a cerimónia pela execução primorosa da «Norsk Rapsodi n.º 3», de Johan Svendsen realizada pela orquestra da Sociedade Filarmónica. Seguidamente o presidente pronunciou o discurso de boas-vindas que, conforme o regulamento do Congresso foi dito em francês e depois resumido em norueguês, inglês, alemão, italiano e espanhol. Falaram a seguir, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Halvdan Koht, professor de História Medieval na Universidade de Oslo, e Sir Charles Peers que fôra o presidente do Congresso anterior, depois do que Sua Majestade deixou a sala.

A sessão continuou tendo o presidente, prof. Brøgger, proferido

um notável discurso sôbre assuntos pre-históricos, afirmando, entre outras coisas, que era provável que já na idade do Bronze fôssem conhecidos os Açôres e grande parte das costas de África. Finalmente o orfeão da Associação dos Estudantes executou impecavelmente a «Gamle Norig», de David M. Johansen.

Estava terminada a sessão inaugural.

No dia seguinte de manhã, às 9,15 horas, começaram os trabalhos científicos pela conferência plenária do prof. Johs. Bøe: «Origens da civilização no extrêmo Norte da Europa».

Os trabalhos do Congresso estavam divididos em cinco secções, a saber:

*Secções I e II*: Paleontologia humana. Paleolítico e Mesolítico.

*Secção III* : Com três sub-secções:

III - A:— Idades da Pedra polida, do Bronze e do Ferro, na Europa Ocidental e Setentrional.

III - B:— Idades da Pedra polida, do Bronze e do Ferro, no Oriente.

III - C:— Idades da Pedra polida, do Bronze e do Ferro, na Europa Central.

*Secção IV* : Idades da Pedra polida, do Bronze, e do Ferro, fora do mundo antigo.

*Secção V* : As passagens da Pre-história à História.

★

★      ★

A 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> secção, por falta de comunicações tiveram de reunir-se numa só.

Os principais trabalhos apresentados nestas secções foram:

«A antiguidade do homem no Sudoeste da Ásia», por H. Field (E. U. A.).

«Descobertas e problemas da idade da Pedra na Índia», por Drummond e Paterson (Ing.).

«O trabalho elementar do ósso na civilização do paleolítico antigo especialmente em Chou-kou-tien», por H. Breuil (Fr.).

«A indústria lítica do Saará Central, Hoggar e Tassili des Ajjers», M. Reygasse (Fr.).

«Problemas da idade da Pedra no Norte de África», por Miss G. Caton Thompson (Ing.).

«As recentes descobertas do Pleistoceno no Sudeste de Java», por F. Tweedie (Ing.).

«A idade das gravuras rupestres do Norte de África», por R. Vaufrey (Fr.).

«Novas descobertas de arte rupestre Pleistocena no Levante de Espanha», por H. Obermaier (Esp.).

«Gravuras rupestres do deserto líbico», por H. Rhotert (Alem.).

«A duração da vida no homem pre-histórico», por H. Vallois (Fr.). O autor concluiu pela pequena duração da vida do homem pre-histórico, baseado na sinostose das suturas. Nenhum homem de Neanderthal ultrapassou os 50 anos e nenhum «Homo Sapiens fossil» 60. De 58 esqueletos mesolíticos conhecidos, somente dois têm mais de 50 anos. Não estudava o homem de Muge.

«Novos trabalhos mesolíticos da Estónia», por H. Moora (Est.).

«Estabelecimentos microlíticos da Jutlândia Central», por T. Mathiassen (Din.).

«O Paleolítico recente de Meiendorf, próximo de Hamburgo», por A. Rust. (Alem.).

«Alguns esqueletos encontrados em Alaka-Höyük», por A. Kansu (Turq.).

«Relato das escavações de Alaka - Höyük», por R. Arikan (Turq.).

«Alguns objectos Maglemosienses encontrados na Bélgica», por M.<sup>elle</sup> Doize.

«A idade das gravuras e pinturas rupestres do Saará Central, Hoggar e Tassili des Ajjers», por M. Reygasse (Fr.).

Nestas secções faltaram, entre outras, as seguintes comunicações que estavam inscritas:

«A indústria do ósso no Magdalenense de Parpalló», por L. Pericot (Esp.).

«Crâneo Paleolítico da caverna de Parpalló (Valência)», por Alcobé, Santiago e Aranzali (Esp.).

«O segundo crâneo neandertaliano de Saccopastore», por S. Sergi (Ital.).

\*  
\*      \*

As principais comunicações da secção III-A foram:

«Aspectos britânicos da idade báltica da Pedra», por D. Clark (Ing.).

«Passagem do Ertebøliense ao Neolítico, na Dinamarca», por J. Brøndsted (Din.).

«A arte rupestre do Norte da Europa e a sua evolução», por G. Hallström (Sué.).

«Gravuras e pinturas sobre pedra do Neolítico e da idade do Bronze, na Alemanha Central», por W. Schulz (Alem.).

«As descobertas recentes de petroglifos na Escócia», por J. Edwards (Ing.).

«As descobertas recentes de Avebury», por A. Keiller e S. Piggott (Ing.).

«A alabarda da idade do Bronze europeu», por P. O'Riordain (Irl.).

«A civilização do começo da idade do Bronze no Sudoeste da Grã-Bretanha», por R. Radford (Ing.).

«A espada de Bronze alstática na Grã-Bretanha», por D. Cowen (Ing.).

«Os tecidos da idade do Bronze na Dinamarca», por C. Broholm (Din.).

«A Pre-história de Yorkshire», por Miss M. K. Clark (Ing.).

«Os novos métodos pre-históricos na Europa Oriental», por F. Richthofen (Alem.).

«Os diferentes tipos de habitação da Jutlândia, no princípio da idade do Ferro», por G. Hatt (Din.).

«Facies das indústrias da pedra no Norte da Irlanda», por Blake Whelan (Irl.).

«Túmulos megalíticos do norte da Irlanda», por Miss Evans, Estyn e Gaffikin (Ing.).

Sobre os megalíticos ingleses realizaram-se ainda várias comunicações de F. Grimes, Miss J. Hawkes e E. Clifford (Ing.).

\*  
\*       \*  
\*

As principais comunicações da secção III - B foram:

«Origem da cerâmica asiática pintada», por M. Maloowan (Ing.).

«Relações entre a Trácia e Micenas», por B. Filow (Bulg.).

«As descobertas neolíticas de Chipre», por P. Dikaios (Chipre).

«A estatuária pre-histórica em Malta e a arte pre-helénica», por M.<sup>elle</sup> E. Manneville (Fr.).

«Os grandes monumentos e a cerâmica pre-histórica maltesa», por M.<sup>elle</sup> E. Manneville (Fr.).

«Observações sobre algumas descobertas recentes feitas em Ras Shamra e Chipre», por C. Schaeffer (Fr.).

\*  
\*       \*  
\*

As principais comunicações da Secção III - C foram:

«Relato do Sub-Comité do Mediterrâneo Ocidental», por L. Myres (Ing.).

«A origem dos animais domésticos na África do Norte», por L. Joleaud (Fr.).

«O culto da lua na gruta II de Alapraia», por A. do Paço (Port.).

«A questão do Neolítico na Europa Central», por J. Neustupny (Chec.).

«Os tecidos da idade da Pedra nas palafites suíças», por E. Vogt. (Suíça).

«A ornamentação pintada da cerâmica de uma nova estação eneolítica do Sul do Danúbio», por V. Dumitrescu (Rom.).

«A cronologia da idade do Bronze», por F. Tompa (Hung.).

«O lugar da Áustria na civilização da idade do Bronze da Europa Central», por K. Willvonseder (Austr.).

«Os traços gravados sôbre a pedra de Lampersdorf, na Sibéria», por E. Petersen (Alem.).

Nesta secção estava inscrita uma comunicação de Santiago Alcobé, sôbre «Craneologia da população Neolítica e Eneolítica da Catalunha e de Valência», que não chegou a ler-se.

\*  
\*       \*  
\*

As principais comunicações da IV secção foram:

«Problemas pre-históricos do Sudeste da Ásia», por Stein Calenfels (Hol.).

«A China antes dos chineses», por H. Täuber (Suíça).

«Primeiros contactos entre a Europa e o Extrêmo Oriente», por H. Seligman e C. Beck (Ing.).

O número de teses apresentadas a esta Secção foi bastante diminuto.

\*  
\*       \*  
\*

As principais comunicações apresentadas à V secção foram:

«A Noruega e o bêrço dos Vândalos», por M. Jahn (Alem.).

«A sepultura com barca Viking de Ladby, na Fiónia», por G. Rosenberg (Din.).

«Ensinamentos das descobertas Vikings do Norte da Irlanda», por A. Chart (Ing.).

«O testemunho da cerâmica para a história da conquista da Inglaterra pelos anglo-saxões», por L. Myres (Ing.).

«Acêrca dos textis da sepultura de Birka», por M.<sup>elle</sup> A. Geijer (Suéc.).

«O novo «Corpus» das inscrições rúnicas da Dinamarca», por M.<sup>me</sup> L. Jacobsen (Din.) e Moltke (Din.).

«Escultura visigótica», por W. Perkins (Ing.).

A esta secção, que foi uma das mais sobrecarregadas, apresen-

taram ainda comunicações: W. Krause (Alem.), Balodis (Letón.), Nagevicius (Litua.), J. Petersen (Nor.), S. Grieg (Nor.), Van Giffen (Hol.), G. Childe (Ing.), T. Leeds (Ing.), E. Stevens (Ing.), H. Zeiss (Alem.) e Miss Boyle (Ing.).

\*  
\*       \*  
\*

Houve ainda quatro conferências plenárias que tiveram lugar às 9,15 horas dos dias 4, 5, 7 e 9.

Na primeira falou, como dissemos, Johs. Bøe, sôbre as «Origens da civilização no extremo Norte da Europa».

Na segunda G. Gjessing tratou da «Arte monumental dos caçadores noruegueses da idade da Pedra».

Na terceira Haakon Shetelig falou sôbre «Os elementos do estilo germânico na época das Migrações».

Na quarta Björn Hougen versou o tema «Os textis de Oseberg e a mais antiga história da tecelagem no Norte».

\*  
\*       \*  
\*

No dia 3 e 8 reuniu o Conselho Permanente do Congresso para tomar várias deliberações que depois foram comunicadas pelo presidente Brøgger à Assembleia Geral.

Assim foi determinado, depois de um convite do govêrno da Hungria, que o próximo Congresso tenha lugar em Budapest em 1940, elegendo-se para seu presidente o prof. Fr. Tompa, de Budapest, tendo como secretários gerais J. Banner e J. Bøe e tesoureiro R. Schiller.

Foi tomada em consideração uma proposta de Tompa e Hillebrand, tendente à publicação de uma «Bibliografia pre-histórica», ficando os membros húngaros do conselho e o comité de organização do novo Congresso de estudar os meios de a pôr em execução.

Nomeou-se um comité para estudar as relações futuras com o

Congresso Internacional das Ciências Históricas, constituído por Brögger, Tompa e Vogt.

Foi apreciada a proposta de Birket Smith para a criação de um «Comité de investigação internacional acêrca das possíveis relações árticas no Paleolítico».

Reelegeu-se a «Comissão do vocabulário arqueológico internacional», sendo apenas substituído Childe, que pedira a sua demissão, por Breuer.

Foi ainda reeleito o «Comité para o estudo das civilizações proto-históricas do Mediterrâneo Ocidental».

Tompa, o novo presidente, agradeceu à Noruega o acolhimento dispensado, que bem contribuiu para servir a causa da colaboração internacional e fêz votos para que todos se encontrassem, daqui a quatro anos, em Budapest.



A pesada atmosfera científica dos congressos é sempre amenizada com excursões e recepções e os nossos amigos noruegueses foram para com os seus hóspedes de extrêma gentileza. Darei pois, destas, um pequeno relato:

Às 20 horas do dia 3, todos os congressistas tomaram lugar em camionetas, no largo de Tullinløkken, junto da Universidade, dirigindo-se para Bygdøy, pequena península junto de Oslo, sôbre o fiord dêste nome, onde visitámos os célebres barcos dos Vikings. Êstes Vikings foram navegadores de grande audácia que, nos séculos VIII e IX encheram de terror algumas regiões da Europa e, segundo a tradição levaram as suas navegações até à Groenlândia e América, que descobriram antes de Colombo. O seu arrôjo é tão proverbial que ainda hoje na Noruega, se diz que um homem valente e destemido «é um Viking».

Em Bygdøy existem dois museus importantes: o *Norsk Folke-museum* (museu do folclore norueguês) e o *Vikingskibhuset* (galeria dos barcos dos Vikings). O primeiro contém ricas colecções de

arte popular com mais de 60.000 objectos expostos, tendo anexo um museu ao ar livre com uma enorme variedade de casas de madeira, tipo das usadas pelos camponeses da Noruega, apetrechadas com mobiliário e objectos tal qual se usa na região que representam. Mulheres vestidas com rigorosos trajos campesinos servem de guia e guarda em cada uma delas. (Figs. 1, 2 e 3).

O Museu dos Vikings é um vasto edificio cruciforme onde se encontram, desde 1932, os três grandes barcos daqueles navegadores, recolhidos em Tune, Gokstad e Oseberg. O segundo que tem 23 metros de comprimento por 5,25 metros na maior largura, era dotado de um mastro e podia ser equipado com 32 remos. Na parte central continha uma câmara funerária em forma de tenda constituída por pranchas grosseiras.

Os Vikings eram enterrados com os seus barcos e objectos que lhes pertenciam. Coberto tudo com um enorme montículo de terra de alguns metros de extensão e altura, mercê da humidade do solo ainda foi possível encontrar em algumas escavações últimamente realizadas um espólio funerário constituído por carros, trenós, arcas, objectos de uso caseiro, etc., tudo em madeira ricamente lavrada, além de vários objectos metálicos e tecidos. Explorações cuidadosíssimas permitiram recolher todo êste notabilíssimo material que nos dá uma idea da vida dos Vikings, bem como reconstituir com os fragmentos achados e outros que se adicionaram, os três barcos acima referidos.

Dêstes, o melhor conservado é o de Oseberg onde estava sepultada uma rainha e continha, como espólio funerário, entre outras coisas, um carro de quatro rodas, três trenós, quatro pedaços de madeira com cabeças de animais, tudo admiravelmente esculpido, além de três leitos, etc. (Figs. 5 e 6).

A prôa elevada e terminada em espiral elegantemente lançada é, bem como a pôpa, decorada de apreciáveis baixos relêvos. No interior e exterior dêste barco tinham sido enterrados quinze cavalos, quatro cães e um boi. Em Gokstad doze cavalos, um cão e um pavão.

Uma chuva impertinente que começou a cair pouco depois da saída de Oslo e já nos tinha molhado desde que nos apeámos das

camionetas até à porta do Museu, continuou a perseguir-nos na caminhada que tivemos de fazer a pé desde êste até ao restaurante «Dronningen», onde a Sociedade Arqueológica da Noruega nos ofereceu uma refeição que decorreu no meio da maior camaradagem a-pesar-de nos encontrarmos com o vestuário bastante encharcado.

Ao cair da tarde do dia 4, tomámos lugar no metropolitano, junto do Teatro Nacional e dirigimo-nos a *Frognerseteren*, pequena montanha de 469 metros de altitude a noroeste de Oslo, coberta de densa vegetação e donde se admira um panorama feérico sôbre a capital e o seu fiord, salpicado durante a noite por uma infinidade de lumes. Numa construção de madeira há um belo restaurante regional, muito frequentado e onde, por um preço acessível, tomámos uma refeição.

Ao lado, encontra-se o *Museu do Sky* com uma grande colecção de «skys» de tôdas as idades e regiões do país, bem como os equipamentos utilizados por Nansen nas suas diversas viagens polares e R. Amundsen, na expedição ao polo Sul, em 1911.

O dia 6 foi todo aplicado numa excursão arqueológica. Às 8,30 horas da manhã tomámos as camionetas em Tullinløkken. Às 11,30 horas, em Horten, foi-nos oferecido um «lunch» pelo departamento de Vestfold, no edificio da Escola Naval e partimos para Borre de visita aos túmulos que ali se encontram e onde estão sepultados membros da familia real *Ynglinger* que, a partir de 800, arrancou Vestfold ao rei da Dinamarca e fêz da Noruega um reino. Um poema contemporâneo, *Ynglingatal*, traz a convicção absoluta de que estes túmulos são, de facto, as vélhas jazidas da familia real.

O grupo de sepulturas de Borre compreende 9 túmulos de grandes dimensões com 30 a 50 metros de diâmetro. (Fig. 4).

Ficavam junto do mar, num campo descoberto, oferecendo um aspecto majestoso. Hoje, uma floresta que os cerca e cobre em parte, tira-lhes tôda a grandeza. Nalguns podemos ver ainda restos de um fôso que em tempos remotos devia estar cheio de água, protegendo-os, passando-se para o interior por uma língua de terra.

Dêste grupo de túmulos, o mais setentrional foi explorado em 1852, recolhendo-se nêle grande porção de objectos metálicos decorados que deram o nome a uma época de estilo — o dos Vikings.

A escavação não foi perfeita e perdeu-se o navio que ali se encontrava. Os achados datam dos meados de 900.

Últimamente trabalha-se afincadamente na restauração destas sepulturas, pois os *Ynglinger*, unificando a Noruega, tornaram-se o símbolo do sentimento nacional.

Próximo encontra-se uma velha igreja medieval muito apreciada pelas antiguidades que contém.

Mais adiante em Elgesen, numa paragem das camionetas, foi-nos dado ver uma série de esteios espetados no chão, formando uma espécie de navio. São restos arqueológicos ainda não explorados.

A excursão continuou e visitámos depois o túmulo de Gokstad, escavado em 1880 e que tem de diâmetro cêrca de 50 metros. Nele estava enterrado um homem de sólida estatura com um rico equipamento, seis leitos e três barcos.

Restaurado em 1925, encontra-se hoje devidamente protegido pelos poderes públicos.

Ao fim da tarde dêsse dia chegámos a Sandfiord, em cujo pôrto os barcos das grandes companhias da pesca da baleia se encontravam embandeirados em arco pela nossa chegada. Em Sandfiord Bad foi-nos oferecido um jantar. A falta de tempo não nos permitiu visitar o *Museu da caça à baleia*, que nos disseram ser muito importante.

Às 17 horas do dia 7, tivemos a honra de ser recebidos no palácio real por Suas Mejestades o Rei Haakon VII e a Rainha Maud, que foram para com todos os congressistas duma extrêma gentileza, servindo-se um chá e refrescos.

Foi digno de nota a simplicidade com que tudo decorreu, bem próprio de uma família real captivante e despida de preconceitos.

O presidente Brögger e sua espôsa ofereceram um almoço às delegações estrangeiras existentes no Congresso. Para êle fui convidado a título de único português presente, por não levar nenhuma representação oficial ou de qualquer colectividade científica.

No dia 8 realizou-se o banquete de encerramento, oferecido pela municipalidade de Oslo no sumptuoso Grande Hotel, que decorreu no meio da maior animação e cordealidade.

★

★      ★

Paralelamente ao Congresso, diversas exposições se realizaram em Oslo que estavam patentes aos congressistas.

Uma das mais interessantes foi, sem dúvida, a da *Kunstneres Hus* (Casa dos Artistas), que continha:

- a) — Os objectos líticos colhidos em Finnmark — extremo Norte da Noruega — e que foram estudados na conferência plenária de Johs. Bøe.
- b) — Uma colecção de excelentes desenhos, fotografias e decalques, de gravuras e pinturas rupestres da Noruega, representando cenas de caça, barcos, etc., que constaram da conferência de Gjessing, acompanhadas de outra exposição de pinturas pre-históricas do Levante espanhol, África e Transjordânia.
- c) — Peças de arte e joalheria do tempo das Migrações, contendo objectos dos museus de Oslo, Stavanger, Bergen, Trondheim e Tromso, bem como duas peças dinamarquesas emprestadas pelo Museu Nacional de Copenhague. Constituiu assunto da conferência plenária de Haakon Sletting. Foi distribuído aos congressistas um excelente catálogo destas obras de arte, com um estudo notável de B. Hougen.
- d) — Objectos do tão discutido Chou-kou-tien, trazidos pelo prof. H. Breuil. Chou-kou-tien é completamente diferente de tudo o que estamos habituados a ver na Europa. Um conservador de Breuil dizia-me em Paris, que só o olhar arguto dêste Mestre conseguira descobrir trabalho humano em tão estranhas formas líticas.

Outra exposição digna de renome, foi a dos tecidos antigos, alguns dos quais, como os das sepulturas Vikings de Oseberg eram mostrados pela primeira vez. Estes tecidos de Oseberg encontrados

na barca de que acima falámos, datam do século IX. Estão mal conservados e é difícil distinguir-se nêles os motivos ornamentais que são os mesmos da época das Migrações. Conjuntamente estavam expostos tecidos do século XII, de Ballehal (Noruega), Skog e Oeverhogdal (Suécia). Achava-se patente no *Kunstindustrimuseet* (Museu de Artes Decorativas) e foram assunto da conferência plenária de B. Hougen.

Ainda outra exposição que não continha nada de arqueológico mas que vale a pena lembrar aqui pelo ensinamento que dela se pode tirar, foi a de uma associação filantrópica subvencionada pelo Estado e patrocinada por Sua Majestade a Rainha Maud e denominada: *Den Norske Husflidsforening*. Fundada em 1891, tem por fim encorajar, por meio do ensino, organização de venda, etc., o desenvolvimento das indústrias domésticas na Noruega.

A visita às vastas salas desta exposição, deu-nos uma idea do que são actualmente as indústrias domésticas na Noruega e de quanto são capazes de produzir em tapetes, bordados, objectos de madeira, loiças, tecidos, costumes camponeses, mobiliário, brinquedos, uma infinidade de objectos de uso corrente. Quanto não teria que aprender aqui a nossa organização corporativa, metendo um pouco de ordem nas nossas tão interessantes indústrias caseiras que pelo país fora se degladiam de morte, causando às vezes ruína e desolação onde poderia haver harmonia e bem-estar!...

\*  
\*       \*  
\*

Não deixarei de me referir a outros museus e suas importantes colecções.

Pela sua proximidade da Universidade começemos pelo *Universitetets Oldsaksamling* (Museu de Antiguidades Nacionais) instalado num edificio construído para o fim a que se destina; não é um aproveitamento de casas que ninguém quer ou de vèlhos conventos como succede entre nós.

A luz entra a jorros pelas amplas janelas e a disposição dos objectos obedece a todos os preceitos da moderna museologia.

Contém as colecções de Pre-história, excepto os objectos paleolíticos da Finnmark. A idade do Ferro está aí bem representada. Na chamada *Sala Oseberg* estão provisoriamente, até instalações apropriadas em Bygdøy, os mais ricos objectos dos túmulos dos Vikings, que têm para a cultura norueguesa o valor dos Tut-Ank-Amon para os egípcios.

Completam este Museu duas colecções: uma numismática e a etnografia de R. Amundsen.

O *Kunstindustrimuseet* (Museu de Artes Decorativas) é outro belo edificio onde se encontram expostas ricas colecções de indústria norueguesa de mobiliário, porcelanas, faianças, pratas ornamentais e de uso doméstico, vidraria, ferro forjado, tapetes, objectos de arte popular, vestuário, etc., desde os tempos mais antigos até às mais modernas manifestações artísticas. Salas de visitas, de jantar ou quartos, quer de gente rica ou camponeses das montanhas, completas, com todo o mobiliário, adornos, tapeçarias, etc., da época ou estilo a que dizem respeito. Uma exposição fotográfica dos mais importantes monumentos architectónicos e obras de arte do país, organizada pela «Sociedade dos Monumentos Históricos da Noruega» completava, com a de tecidos a que noutro lugar me referi, o recheio deste Museu.

A *Nasjonalgallerit* (Galeria Nacional) contém belas colecções de pintura e escultura, desde os tempos mais antigos até ao moderno G. Vigeland. A de moldes em gesso da estatuária grega e romana é notável, abundando de preferência os nús.

Outros Museus possui Oslo de somenos importância, que me não foi possível visitar nos curtos espaços de tempo livre deixados pelo Congresso.

★

★      ★

Como seguimento e segunda parte do Congresso havia uma série de excursões pelo país, em que não pude tomar parte por não me ter inscrito em tempo competente.

Não podendo ir com os meus companheiros a Bergen, Stavanger ou Trondhein, preferi partir para Estocolmo e Copenhague, em vez de acompanhar o prof. Reygasse à Lapónia que me propunha esta última derivante etnográfica para me vingar da falta de lugar nos hotéis ou camionetas das excursões do Congresso.

Com a delegação turca, que estava no meu hotel e também seguia para as capitais da Suécia e Dinamarca, parti na manhã de 9 em viagem de estudo.



Em Estocolmo procurei avistar-me com Nils Aoberg autor de um importante trabalho sobre o eneolítico português, o que me não foi possível, por aquêl professor estar ausente da cidade e partir no dia seguinte para a Polónia.

Visitei o *Museu Nacional* onde, a-pesar-de encerrado por ser dia de descanso, foi permitida a entrada aos congressistas que regressavam de Oslo. Foram-nos concedidas tôdas as facilidades para admirar as suas ricas colecções. Pode-se dizer que êste museu teve o seu início em 1666, data da fundação da Academia de Antiguidades, passando em 1786 para a direcção da Academia Real de Literatura, História e Antiguidades. O visitante entra pelas salas dedicadas à idade da Pedra, seguindo-se as do Bronze, do Ferro, dos Vikings e Idade Média, onde há muitos trabalhos de arte religiosa, tapeçarias, trabalhos em ferro, uma grande colecção de sinos. Há depois romano, moedas etc.

Da primeira idade da Pedra não é rico, atento o facto de a Escandinávia estar coberta de gelos no Paleolítico. Há apenas alguns objectos, principalmente de osso, dos últimos tempos dêste período, da província de Skåne a mais ao sul do país. Dela vimos restos de alguns *Kiokkenmoeddings* com lâminas maiores que as de Muge ou Magos, micrólitos diferentes dos nossos, núcleos e lascas de sílex, alguma cerâmica grosseira, etc.

O período Neolítico encontra-se bem representado, sendo dignas de reparo as miniaturas de sepulturas e túmulos, contendo cortes de terreno, tudo feito com grande correcção e rigor científico.

Uma das mais importantes colecções é a do Bronze, tendo muitos dos objectos ornamentações em espiral.

As principais riquezas da idade do Ferro, provêm de Gothland, Mainland e Öland.

Outro museu importante que visitei nesta cidade foi o *Nordiska Museet*, situado num belo palácio, onde estão instaladas esplêndidas colecções etnográficas, contendo desde os objectos primitivos dos lapões até aos mais aperfeiçoados das populações de mais adiantada civilização. Dar uma idea muito sumária das riquezas expostas é coisa impossível em tão reduzido relatório. O *Nordiska* merecia um estudo especial de bastante fôlego.

Os objectos de arte popular estão dispostos por províncias, ocupando cada província uma ou mais salas. Um nome e um mapa do país, tendo a prêto a região que expõe, indicam ao visitante a proveniência do que está patente. A habitação do camponês mereceu aos organizadores dêste Museu atenções especiais. São muitos os pequenos compartimentos que nos representam uma casa de aldeia com todos os seus pertences. Há um andar só com cultura popular e outro com cultura das classes elevadas e os andares neste grande edificio são formidáveis. O rés-do-chão por exemplo, é ocupado na quási totalidade por objectos de civilização lapónica, contendo tudo, desde os mais rudimentares, caseiros e agrícolas, até às ratoeiras para caçar ursos e raposas.

Não me deterei nas ricas colecções de jóias populares, trajos, objectos caseiros, rocas, armas, instrumentos musicos, barcos, salas com mobiliário e recheio de diferentes épocas e estilos, bandeiras e côches. Cada sala ou grupo de salas tinha uma empregada vestida com trajos regionais. Para o estudo dos tecidos, rendas, bordados populares etc., havia o chamado *catálogo*: duas salas tendo aos lados e ao centro uma espécie de armário constituído por caixilhos todos dispostos verticalmente uns ao lado dos outros, numerados e etiquetados.

Procura-se na etiquetagem o que desejamos, puxa-se o caixilho

e dentro da moldura está exposto o tecido ou bordado regional que pretendemos ver.

Perto dêste Museu e funcionando quási como seu anexo está o *Skansen*, um grande parque com divertimentos, jardim zoológico, tipos de casas populares com todos os seus pertences — não em tamanha profusão e tão boa conservação como em Bygdöy — restaurantes, casas de chá, orquestras tocando, lagos, estufas, enfim, uma série de divertimentos e distracções que fazem dêste local aprazível, donde se divisa um belo panorama, um ponto de reunião preferido pelos habitantes da cidade.



Não dispondo de mais de 24 horas para Estocolmo, parti para Copenhague que tinha especial interêsse em visitar por causa dos seus *Kioekkenmoeddings*.

O espólio dêstes encontra-se no *Museu Nacional* onde pude admirar uma das mais ricas colecções arqueológicas que me foi dado ver.

Ocupa ela todo o rés-do-chão do vasto Museu, cujo primeiro andar é dedicado a colecções históricas de arte e mobiliário e segundo andar a arte religiosa e etnografia.

O espólio dos *Kioekkenmoeddings* dinamarqueses é, como todos sabem um pouco mais recente que o dos nossos de Muge e Magos, pois já contem cerâmica, coisa que entre nós não aparece. O talhe dos silex trapesoidais e outros é um pouco diferente da técnica do dos nossos concheiros.

Uma coluna envidraçada cheia de conchas e espólio lítico permite-nos fazer uma idea da constituição daqueles depósitos arqueológicos.

Uma outra colecção, como não vi igual, é a de colares de âmbar. É verdadeiramente formidável, tôda disposta num fundo de sala envidraçado e iluminado, dando o todo um aspecto feérico, tal a multiplicidade de côres que apresenta.

Outro assunto que mais prendeu a minha atenção foram os vasos de bordo horizontal, idênticos a alguns existentes nas nossas terras de Entre-Douro e Minho. Sem o bordo decorado como muitos dos nossos, apresentam a cavidade perfeitamente retangular, como um chapéu alto, enquanto que entre nós são de forma hemisférica ou tronco cónica.

A colecção de objectos do Bronze e do Ferro é enormíssima, bem como é apreciável a de sepulturas em troncos de árvores.

O célebre caldeirão de Gundestrup, todo de prata, geralmente atribuído ao 1.º século antes ou depois da nossa era, rico de figuras de mitologia céltica ainda mal explicadas, ocupa um lugar de destaque.

Para o jardim que ocupa um pátio interior, foram levados alguns dolmens bem como pedras com gravuras.

Neste Museu não sabemos que mais admirar: se a riqueza das colecções, se a maravilha da disposição dos objectos que é verdadeiramente de encantar.

A minha curta demora em Copenhague não me permitiu visitar os locais dos *Kioekkenmoeddings* digressão arqueológica que me ofereceram para daí a três dias.

Nesta cidade ainda visitei mais dois museus:

O *Thorvaldsens*, instalado num simpático edificio onde se encontra uma rica colecção de moldes em gesso das mais belas obras primas de escultura das antiguidades clássica e oriental, além de outras preciosidades, oferta de um Mecenas à cidade de Copenhague.

O das *Belas Artes*, rico em pintura, além de modelos em gesso da antiguidade clássica e oriental.

\*  
\*       \*       \*

De passagem em Bruxelas, não deixei de visitar as colecções arqueológicas desta cidade que se encontram principalmente no *Musée du Cinquenaire*. A-pesar-de fechado — era dia feriado —

foi-me permitida a sua visita. É menos rico em arqueologia que Estocolmo ou Copenhague, mas não deixa de interessar a bela disposição da sua existência, as cópias e miniaturas de monumentos pre-históricos, os modêlos de objectos notáveis que o Museu não possui, as belas fotografias e desenhos que acompanham o que está exposto.

Assim, a secção Paleolítica, que é apreciável, completa-se com uma série de modelos de originaes de outros países.

Entre as colecções dêste Museu destacam-se as da gruta de Spy com os seus objectos tão característicos.

Também há, provenientes da necrópole de Boitsfort, dois vasos do tipo dos nossos de bordo horizontal, mas de fundo hemisférico.

A colecção do Bronze e do Ferro, não é muito grande e parte ainda está em ordenação, pois êste Museu é recentíssimo.

A civilização romana tem aqui grande representação, sendo de notar as miniaturas dos campos fortificados daquela época.

Ainda visitei, nesta cidade, o *Museu de Arte Antiga* com excellentes colecções de pintura de Rubens, Van Dick, Jordaens, C. de Voss, L. David, etc. Instalado num belo edificio, contém também uma boa colecção de moldes gregos e romanos, sem o predomínio de nus, como em Copenhague ou Oslo.

\*

\*

\*

Em Paris um facto chamava principalmente a minha atenção: a nova classificação Paleolítica do prof. Breuil.

Fui primeiro ao Instituto de Paleontologia Humana onde trabalha êste cientista e onde me encontrei com alguns dos seus discipulos de mui diversas nacionalidades que, com o Mestre, estudam os novos métodos Paleolíticos.

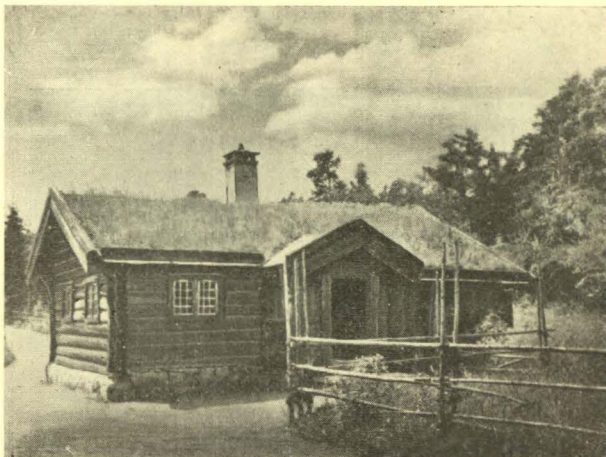
Neste Instituto há uma colecção utilizada para estudo dos alunos. Contém alguns objectos de arqueologia portuguesa: Paleolítico de Arronches, uma bela *herminette*, um cilindro de calcáreo e placas de xisto.

Impunha-se mais uma vez a visita ao *Museu de Saint-Germain*, o mais rico da França em matéria pre e proto-histórica.

O que mais me interessava nêlo eram as salas do Paleolítico, onde o prof. Breuil arrumou os objectos segundo a sua classificação. O novo arranjo está conforme os moldes dos modernos museus, tendo a disposição das peças um aspecto agradável, permitindo uma boa visibilidade das suas faces. Cada grupo: *Clactonense*, *Abevilense*, os 7 *Lavalloisenses*, os 7 *Acheulenses*, etc., contém uma etiqueta indicando a sua característica própria.

Não interessando uma referência a outras secções dêste grande Museu, pois é de muitos conhecido, termino aqui êste relato, fazendo votos para que Portugal não deixe de aparecer nas grandes reuniões científicas internacionais, estabelecendo contacto com a evolução da ciência além fronteiras, para que a par da evolução política, a evolução do pensamento dignifique o País.

AFONSO DO PAÇO



*Fig. 1* — Uma casa de madeira do «Norsk Folkemuseum»



*Fig. 2* — Interior de uma casa de madeira do mesmo Museu

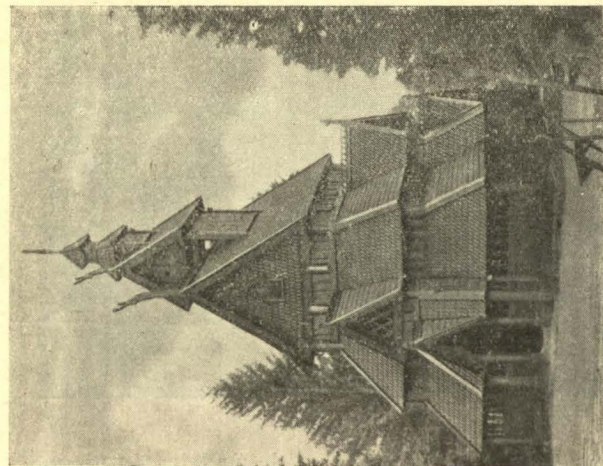


Fig. 3 — Igreja de madeira do «Norsk Folkemuseum»

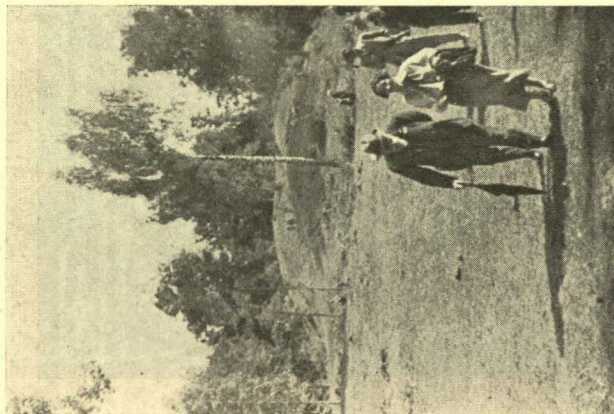
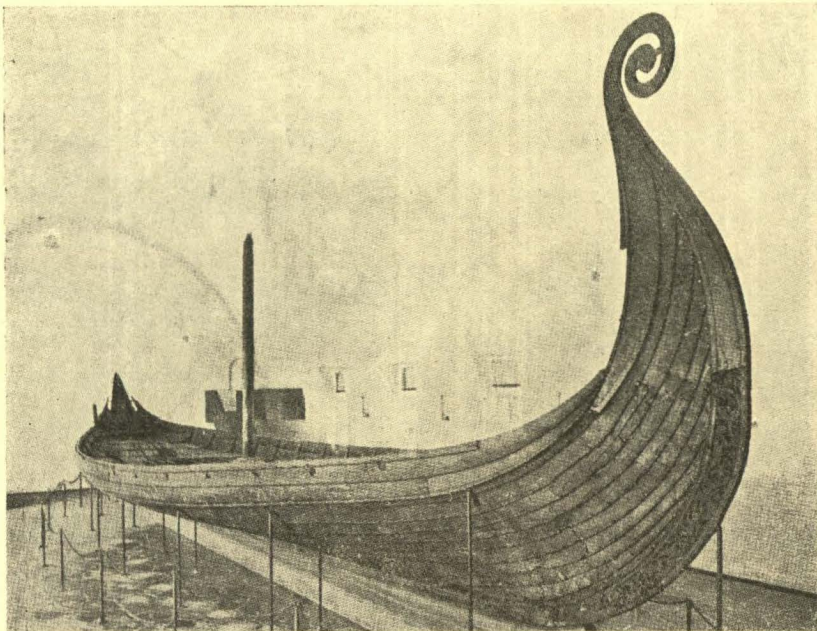
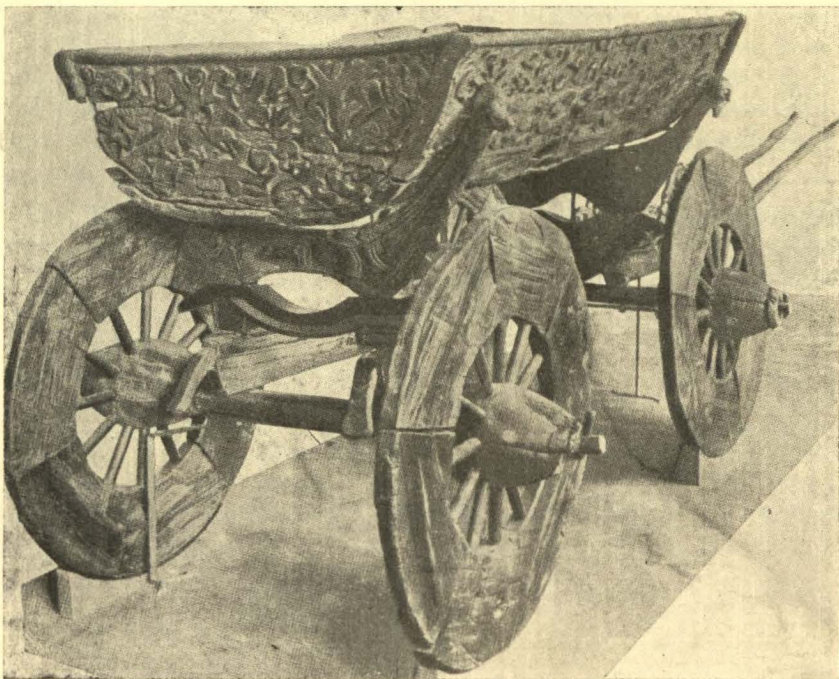


Fig. 4 — Um dos túmulos de Borre, cantado no poema «Ynglingatöl»



*Fig. 5*—Barco de Oseberg, reconstruído, existente na «Vikingskibhuset»



*Fig. 6*—Carro de 4 rodas, reconstruído, proveniente do túmulo de Oseberg

## GIL VICENTE, REVISTEIRO

**E**NTENDEU a Associação dos Arqueólogos colaborar nas comemorações do iv centenário da morte de Gil Vicente, celebradas por iniciativa da Academia das Ciências de Lisboa, promovendo na sua sede uma série de conferências em que fôsem evocadas a figura e a obra notabilísimas do fundador do Teatro português. Idea excelente. Só não foi excelente, permitam-me dizê-lo, a escolha da minha obscura pessoa para realizar uma dessas conferências. Afirma-se que os grandes homens têm o poder de valorizar tudo quanto lhes toque, por mais humilde que seja; mas receio bem, no caso presente, que semelhante afirmação venha a sofrer o mais formal desmentido. A culpa não será, em todo o caso, inteiramente minha.

\*

\*        \*

A literatura portuguesa do século xvi teve dois verdadeiros génios criadores: Camões e Gil Vicente. O talento irmanou-os; a glória, porém, sempre inconstante como tôdas as mulheres, deu a cada um

dêles um destino, de certo modo, diferente. Emquanto Gil Vicente conheceu, em vida, uma consagração maior do que Camões, Camões teve, em compensação, depois de morto — se é que depois de morto se podem ter compensações dêste género — a fortuna de literariamente nunca mais se terem esquecido dêle. Emquanto os *Lusíadas* eram reproduzidos em inúmeras edições e comentados em quasi tôdas as línguas do mundo culto, as obras de Gil Vicente, extinto o fogo criador que as inspirara e lhes dera vida, dormiam sob a poeira do mais inqualificável esquecimento. Só relativamente há pouco, com os estudos sem dúvida notáveis, de Teófilo Braga, Braamcamp Freire, Carolina Michaëlis, Brito Rebêlo e, em grande parte, com a verdadeira campanha vicentina de Afonso Lopes Vieira, é que a obra do autor do *Auto da Feira* e da *Trilogia das Barcas* foi por assim dizer resgatada do seu inglório sono de quasi quatro séculos.

Começou então a ler-se Gil Vicente, a estudar-se Gil Vicente — e, sobretudo, a representar-se Gil Vicente. E quanto mais se lia a sua obra, mais beleza se lhe encontrava; cada vez mais, a complexa personalidade do poeta surgia debaixo dum aspecto novo; e — caso curioso! — aquilo que muitos suporiam existir de anacrónico, de envelhecido, de «demodé», no teatro vicentino ressurgia, quasi imprevistamente, no palco, vivo, fresco, luminoso, oportuno como se tivesse sido escrito pouco antes — tão estupendamente humano era afinal êsse teatro! Hoje conhece-se, em grande parte, a biografia intelectual e moral de Gil Vicente; sabemos muito da sua vida; e possuímos quasi completa a sua obra, flor e fruto de 34 anos de trabalho glorioso, desde o *Monólogo do Vaqueiro* — o balbuciar da comédia nacional — representado em 1502 na Côrte de D. Manuel até a sua última criação, a *Floresta de Enganos*, representada em 1536 na Évora sombria de D. João III. Quem percorrer as quarenta e quatro peças do teatro vicentino e que, diga-se com justiça, pouco ou nada sofreram, na sua integridade literária, através dos pesados óculos de coiro dos deputados da Inquisição que as reviram em 1562, quem percorrer, dizia eu, essas quarenta e quatro peças verificará, desde logo, que elas constituem não apenas uma admirável, uma genial lição de literatura mas também uma viva e flagrante lição

de história. Tôda a sociedade portuguesa do século xvi está ali com as suas figuras, os seus costumes, a sua moral, os seus traços característicos, falando, gesticulando, bailando, intrigando, espevitando como num retrato vivo. Está ali tudo: fidalgos, frades, clérigos, damas, desembargadores, povo. À semelhança dum prestidigitador genial, Gil Vicente faz surgir, quasi imprevistamente, da sua capa de veludo, todo o Portugal de há quatro séculos, visto através da mais reflexiva ironia e do mais risonho septicismo. O riso nem sempre é uma fôlha de rosa com que se brinca: pode, muitas vezes, ser uma espada com que se esgrime. As célebres trombetas de Josué em redor de Jericó não são outra coisa senão a alegoria bíblica de que uma gargalhada passada sete vezes em volta duma instituição é suficiente para a derruir. O riso é a mais decisiva de tôdas as armas, — porque mata pelo ridículo. Uma grande parte da obra de Gil Vicente, sátira mordaz à vida pública e privada da sociedade portuguesa do tempo do «Rei Venturoso», deve considerar-se como um risonho libelo acusatório feito por um homem cujo espírito, cujo critério analítico e cujo bom-senso característico valiam bem a toga de veludo do mais integérrimo juiz. Convém acentuar que o autor da *Mofina Mendes* e das *Côrtes de Júpiter* não cultivou apenas, com excepcional êxito, o género satírico — chamemos-lhe assim —; os seus autos de carácter litúrgico são igualmente obras-primas; mas é certo também que ao seu teatro caricatural — permitam-me a expressão — devemos nós ir procurar essencialmente aquele forte poder criador e aquele estupendo instinto de análise e de sentido objectivo que fizeram de Gil Vicente um glorioso antecessor de Molière. E, melhor ainda, se apreciarão estas qualidades, sobretudo nos seus incontestáveis reflexos sociais, se integramos o teatro vicentino na sua época e no seu meio. Tendo sido um espelho fiel do tempo em que foi escrito e representado, foi também — que me seja dado aproveitar o *double-sens* — a melhor reflexão dêsse tempo. A grandeza ateniense — deu-nos Aristófanes; o delírio romano — deu-nos Plauto; a sociedade de D. Manuel, cheia de oiro e de dívidas, de orgulho e de miséria, — deu-nos Gil Vicente. Quer dizer: mais uma vez um grande mestre da ironia, surgia na ocasião própria, no momento oportuno

— precisamente quando mais necessário era. Abrindo à sátira horizontes até então desconhecidos, Gil Vicente deu-nos não apenas uma caricatura magistral da sua época mas também — e nisso reside talvez o seu maior valor — a crítica social dessa mesma época. O ironista — é um historiador. O homem de teatro — é um psicólogo. Não se ficará fazendo uma idea perfeita do que foi em Portugal o século XVI, se não se ler a obra, por tantos títulos notável, dêsse formidável panfletário que foi o autor da *Floresta de Enganos* e da *Farsa dos Físicos*. Eu creio que o género literário que melhor reflecte, nos seus vários aspectos, a vida e a psicologia dum povo e duma época é o género teatral, e mais ainda, naturalmente, quando êsse género fôr cultivado — tal é o caso de Gil Vicente — por um grande homem de teatro. Um drama, uma comédia, uma revista, podem constituir excelentes páginas de história e, então, se o dramaturgo, o comediógrafo e o revisteiro são pessoas de incontestável talento essas páginas valem oiro. Ora Gil Vicente foi um grande dramaturgo, um grande comediógrafo — e um grande revisteiro. É possível que as duas primeiras afirmações sejam discutíveis por espíritos, protocolarmente mais exigentes, dada a impropriedade de tais palavras applicadas a um homem de quem se diz que nunca fêz dramas, nem comédias, mas autos e farsas; é, porém, quasi certo que a última, de certo modo arrojada, difficilmente convencerá, pelo menos desde logo, uma grande parte dos admiradores do grande mestre de teatro. Devo confessar, entretanto, que não reputando pesada emprêsa a de demonstrar que a Gil Vicente bem podem caber as expressões comediógrafo e dramaturgo, julgo que afirmar a sua qualidade de revisteiro é assumir, perante certos estudiosos do poeta, uma responsabilidade tão grave que eu a teria declinado, se não estivesse convencido que tal circunstância longe de diminuir a sua memória gloriosa, lhe vem dar ainda um novo aspecto. Esta responsabilidade poderá ainda agravar-se com o facto de se attribuir à primeira revista portugueza a data de 1856 — ou sejam trezentos e vinte anos depois da última obra de Gil Vicente. Uma das coisas que, em primeiro lugar, ferirá a sensibilidade de determinados admiradores do poeta, é a convicção de que, sendo a revista — ou melhor julgando êles que é — um género teatral infe-

rior, chamar a Gil Vicente revisteiro, é comprometer inglòriamente o seu altíssimo prestígio intelectual. Trata-se dum critério muito respeitável, — mas que está longe de ser infalível. O facto de, por vezes, o espectáculo de revista ter descido ou, talvez com mais propriedade, ter tido necessidade de descer a um nível mental inferior, não pode generalizar a circunstância de se admitir êsse baixo nível mental como coeficiente para caracterizar êsse espectáculo. Se, desconfiados do seu sangue acentuadamente plebeu, quisermos desbravar a sua árvore genealógica, constataremos que as suas raízes têm de procurar-se nas antigas festas vindimárias celebradas na nobre Grécia de Apolo. Se descrentes da sua alta dignidade literária ou artística, assistirmos a uma revista bem feita na sua estrutura teatral e bem realizada na sua montagem cénica, teremos de confessar que poucos espectáculos nos poderão dar, como êste, tantos motivos de cenografia, de coreografia, de música, de decoração, de estética plástica, — de beleza comunicativa. A maior virtude duma revista deve basear-se na variedade e diversidade dos seus elementos construtivos. Dentro da revista cabem, à maravilha, os quadros de comédia, os *sketches* de observação e as notas de sentimento. A fantasia tem de aliar-se à realidade. A Colombina que canta deverá suceder sempre, embora fugitivamente, uma Pierrette que chora. Por cada vinte pernas de bailarina terá de haver um coração. Por conseqüência, um autor de revistas não poderá deixar de possuir as qualidades que caracterizam o dramaturgo e o comediógrafo e, mais ainda, deverá ter essa tão rara virtude de saber equilibrar e dosear essas qualidades, não nos fazendo sorrir de menos, nem chorar de mais. Em que ficará pois diminuído o prestígio intelectual de Gil Vicente — se lhe chamarmos, e justamente, revisteiro? Dir-me-á agora a sensível erudição de outros admiradores do poeta que não consta da didascália vicentina que o autor do *Auto da Feira* alguma vez tivesse feito revistas. A êste argumento, na aparência decisivo, poder-se-ia responder que o autor do *Pranto de Maria Parda* nunca fêz, nos seus trinta e quatro anos de vida teatral, outra coisa que não fòsem revistas. Não iremos, porém, tão longe. O que poderemos afirmar é que alguns dos autos de Gil Vicente constituem, pela sua construção, pelo seu desenvolvimento,

pelos seus intuitos, pela sucessão das figuras caricaturais que neles intervêm, pelas próprias expressões proferidas pelos personagens que atravessam a cena, verdadeiras revistas. Falta-lhes evidentemente, se as compararmos com os espectáculos de hoje, o concurso duma maquinaria teatral aperfeiçoada, o jôgo dos cenários, os efeitos de luz, a movimentação de grandes massas corais, mas sobra-lhes a graça, a intenção, o traço caricatural, o espírito crítico. — qualidades que são em grande parte, a alma e o sorriso dêste género teatral. A revista, como sabem, é uma sucessão de quadros e de números, uns de pura fantasia, outros de intenção caricatural, outros ainda de expressão caracterizadamente sentimental que, em regra, o *compère*, personagem encarregado de esclarecer o público e de criticar os factos que decorrem no palco, vai comentando com o seu melhor sorriso, ou através do diálogo que sustenta com o chefe de quadro (a quem cabe a missão de apresentar êsses vários números) ou com a própria figura comentada, ou ainda através dum monólogo dirigido directamente ao público. O *compère* é, pois, um elemento essencial à revista e, a tal ponto, que tôdas as tentativas feitas para o pôr de parte não têm sido coroadas de inteiro êxito: o mais que se tem conseguido é mudar-lhe o nome ou a indumentária. No fundo permanece o mesmo. A sua necessidade é tão evidente — como é antiga a sua tradição que poderemos remontar ao teatro vicentino. Sempre que falo em revista refiro-me tão sòmente à revista tal como se escreve e representa em Portugal e que, a-pesar da notória influênciã estrangeira, sobretudo franceza, conserva ainda uma fisionomia própria e uma personalidade bem definida. Como sabem também a revista (e, nesta parte, não apenas a revista portuguesa) vive do número musicado — a cançoneta, o *couplet*, o dueto, o terceto, o côro, o bailado, — elemento essencial à estrutura e ao dinamismo dêste género de espectáculos. Além dêstes factores, a revista necessita de ser fundamentalmente popular, entendendo-se por popular, não, como tantos imaginam, baixa de nível mental ou de estéticã plástica, mas alegre, expontânea, pitoresca, flagrante nos seus tipos caricaturais, simples na sua expressãõ literária, fácil nos seus ritmos melódicos, acessível na intenção dos seus comentários à maioria do público, — numa palavra: comuni-

cativa. Espectáculo para o povo deverá inspirar-se na alma, no coração, na graça, na risonha ternura do próprio povo. A própria definição, como peça em que se passam em revista alguns factos flagrantíssimos duma época determinada, condiciona o carácter acentuadamente popular do espectáculo. Pois bem. Compulsemos todos estes elementos e vejamos se êles se encontram ou não, representados em alguns dos autos de Gil Vicente. É fora de dúvida que sim. De-certo nos levaria longe a demonstração da existência desses elementos em tôdas as peças do poeta em que êles porventura existem; assim limitar-me-ei a exemplificar-lhes a minha tese — perdoem-me o luxo desta expressão doutoral! — falando-lhes de duas obras de Gil Vicente que, pela sua estrutura cénica, pela sua beleza literária, pela sua perspectiva social e pela sua repercussão popular, têm de ser consideradas talvez das mais notáveis dentre as quarenta e quatro que o seu espantoso talento dramático floriu e o seu admirável instinto histriónico interpretou: quero referir-me ao *Auto da Feira* e ao *Auto da Barca do Inferno*. Definidas vulgarmente como farsas, são, no fundo duas autênticas revistas — a que nem sequer faltam as apoteoses.

O *Auto da Barca do Inferno* foi representado no Natal de 1516, não como muitos supõem na capela do Paço da Ribeira, mas na própria câmara da rainha D. Maria — à semelhança do que já sucedera ao *Monólogo do Vaqueiro*. Inspirado possivelmente nas *Danças Macabras*, espécie de poemas dramáticos medievais em que a morte passava em revista o que algumas pessoas, nem sempre excelentes, se tinham permitido fazer em vida, êste auto acusa, entretanto, pela sua observação, pelo seu desenvolvimento dramático e pelas personagens que nele figuram um sabor acentuadamente português e um cunho caracterizadamente vicentino. A cena que deveria então ter sido armada sob um amplo reprêgo de tapeçaria, representa um braço de mar onde estão duas barcas: uma que conduz os virtuosos para o Paraíso e a outra que conduz os pecadores para o Inferno. Quando se inicia o auto estão em cena o Diabo; o companheiro do Diabo; surgindo pouco depois, numa névoa doirada, um Anjo, — que é o arrais do céu. Excluída a segunda figura, sem qualquer finalidade especial a não ser a de

acolitar o seu amo (porque se trata, na verdade, dum simples criado de bordo, chamemos-lhe assim) as outras duas desempenham um papel preponderante através de todo o auto: o Diabo desempenha o papel do *compère* e o Anjo o de chefe de quadro, para me servir da terminologia actual. Sucessivamente vão aparecendo outras figuras, tôdas elas admiráveis de pitoresco e de observação: o fidalgo solarengo e enfiado com o seu pagem e a sua venerável cadeira de espaldar; o onzeneiro a quem o Diabo trata por parente; o parvo, o boçal Joanne; o sapateiro burlão; o frade espadachim e namorado que entra bailando com uma moça; a alcoviteira Brizida Vaz; o judeu escarnecedor dos preceitos da igreja; o carregador venal; o bacharel orgulhoso da sua ciência jurídica; o criminoso enforcado pela justiça de El-Rei, em razão dos muitos furtos que fêz, — caricaturas magistrais movendo-se, intrigando, dançando, falando, exprimindo-se dentro do seu meio e da sua idiossincrasia própria. Acabam, como é natural, por ir todos para o inferno, à excepção do pobre Joanne, o parvo, que nunca pecou senão por «simpreza» de espírito, como diz Gil Vicente. O auto vive da diversidade de figuras; do que elas dizem; da maneira como vestem; do bailado — e, em grande parte, dos comentários e das réplicas do Diabo, cheias de espírito e de intenção irónica, às expressões proferidas pelo Anjo e pelas várias personagens. Quer dizer: estamos em presença duma autêntica revista, pelo desenvolvimento da acção, pela seqüência de tipos e pela urdidura cénica, nem lhe faltando, como hoje, o final mais espectacular, porque, deve dizer-se, o auto termina pelo aparecimento de quatro fidalgos cavaleiros da Ordem de Cristo, floridos de cruces vermelhas, que vêm cantando a quatro vozes e que passando desdenhosamente em frente do Diabo se dirigem para a barca do Paraíso cujo arrais os recebe e saúda como cavaleiros de Deus.

O cavaleiros de Deus  
A vós estou esperando  
Que morrestes pelejando  
Por Cristo, senhor dos céus.

No *Auto da Feira* representado, segundo tôdas as probabilidades em Almeirim, onde se encontrava a côrte de D. João III, no Natal de 1528, a efabulação e a construção são, de certo modo, semelhantes. O auto começa por um prólogo — como tantas vezes sucede nas revistas de hoje — prólogo dito por Mercúrio em que se explicam, com mais ou menos pitoresco, as atribuições de Marte, Júpiter, Vénus e o Zodíaco com as suas «doze moradas». Mercúrio, Deus das mercadorias, abre então a feira, nomeando mercador-mor o Tempo que entra em seguida com a sua tenda onde vende remédios para a fortuna e para a adversidade, conselhos, verdades, justiça, tranqüilidade, paz e até — louvado seja o Senhor — as próprias chaves do céu. A-pesar-de tudo, o Tempo, receando que os compradores, perdidas as virtudes, prefiram a feira do Diabo, convida o auxílio de Deus que logo lhe envia, como nas antigas mágicas, um serafim que é nada mais, nada menos que um anjo do primeiro côro divino e, por consequência, um excelente pregoeiro. Mas, inesperadamente, surge o Diabo, uma espécie de diabo bufarrinheiro, com uma pequena tenda diante de si, exclamando, perante o assombro do Anjo e do Tempo:

Eu bem me posso gabar  
E cada vez que quiser  
Que na feira onde eu entrar  
Sempre tenho que vender  
E acho quem me comprar.

Seguidamente entra, cantando, uma figura de mulher, representando Roma, a quem o Anjo acolhe com um sorriso mas a quem diz algumas verdades incontestáveis, alusão evidente à atmosfera que envolvia então a vélha cidade dos papas. Depois da saída de Roma, aparecem dois lavradores, Amâncio Vaz e Denis Lourenço a queixar-se das respectivas mulheres: a do primeiro, de nome Branca Anes é tão brava que espanca o marido, com frequência; a do segundo, de nome Marta Dias, é tão mansa que não acudiria ao seu, mesmo que o visse malhado como centeio verde. Acontece, porém, que as duas mulheres vêm igualmente à feira e se

dirigem ao Diabo que foge, ao ouvir uma delas pronunciar o nome de Jesus, enquanto faz o mesmo o marido de Branca Anes de-certo convencido que a mulher é, depois da pulga, o ser vivo que mais procura aproximar-se do homem para o devorar. O auto termina — é a apoteose — com uma folia cantada por nove moças frescas e alegres, em louvor do nascimento de Cristo, ao som de telhas e adufos, como num grande presépio do Natal. Esta peça, vive das mesmas qualidades da anterior: diversidade de figuras, poder de observação, graça exuberante, réplicas felizes, sobretudo do personagem que representa o Diabo, intérprete risonho do evidente septicismo de Gil Vicente — como já o era o diabo da *Barca do Inferno*. Trata-se, pois, de duas verdadeiras revistas em que se focam e se comentam figuras e factos conhecidos que constituíam, ao tempo, autênticos «casos do dia» e em que Gil Vicente já entre-meava — e com que talento! — os números de música com os diálogos falados como um revisteiro de hoje. Quer num auto, quer noutro lá encontramos o *compère*; com características mais ou menos definidas, lá vemos o chefe de quadro; sucedem-se os números declamados, cantados e bailados; ambos terminam com um final mais espectacular, à semelhança dos espectáculos actuais do género; e se não nos são apresentadas «girls» com as saias pelo pescoço é porque o autor da *Mofina Mendes* estava certamente convencido, e talvez com razão, de que as mulheres são tanto mais desejadas, — quanto menos se revelam. Poder-se-á dizer como última objecção que a revista deve ter um carácter essencialmente popular quer nos seus motivos inspiradores, quer em relação ao público a que se destina — o que parece, à primeira vista, não se verificar nos autos de Gil Vicente, cheios de opulenta literatura e representados na côrte. Ora a verdade é que a maior parte da obra do poeta, pelas figuras que nela passam, pela linguagem em que estas figuras se exprimem, e até pela filosofia fácil que delas se desprende, é uma obra para o povo: só circunstâncias especiais de favor régio fizeram com que essa obra tivesse um feliz acolhimento na côrte. De resto Gil Vicente não era fidalgo; vivia entre a plebe; é às suas personagens populares que êle confia, em regra, a missão de erguer a voz do bom-senso — e se uma mão misteriosa o levou,

com freqüência, da humilde casa da Rua Jerusalém, em Lisboa, onde vivia, às quadras opulentas do Paço Real, essa mão era seguramente a mão de Apolo.

Creio, pois, que Gil Vicente poderá apontar-se como autor das primeiras revistas que se escreveram em Portugal; os seus tipos não morreram; o seu fogo sagrado ainda hoje se mantem, bem vivo — e eu próprio (que o grande Gil me perdoe) ainda recentemente fiz do seu diabo do *Auto da Feira* o chefe de quadro duma das minhas revistas...

LUIZ D'OLIVEIRA GUIMARÃES